

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**
Período de Análise: 01 a 31 de Dezembro de 2008
Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Crise pode prejudicar atualização de Kyoto – Estado de São Paulo – Vida & - 01/12/2008.....	6
Apressar o passo – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 01/12/2008	6
Debate sobre clima recomeça alterado por Obama e crise – Folha de São Paulo – Ciência – 01/12/2008.....	7
Com promessa de meta contra desmate, Brasil chega fortalecido para conferência – Afra Balazina – Folha de São Paulo – 01/12/2008.....	8
O circo de Carlos Minc – Isto É Dinheiro Rural – dezembro – 2008	9
Brasil quer reduzir em 4,8 bilhões de toneladas emissões de dióxido de carbono – Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 01/12/2008.....	11
Alterações no clima podem reduzir áreas de plantio no NE – Sítio Eletrônico do MST – 01/12/2008	13
Amazônia Legal concentra assentados – Estado de São Paulo – Nacional – 02/12/2008	14
Desmatamento em 2009 terá de ser o menor da história para cumprir meta – Herton escobar e Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2008	14
Oposição da Polônia a corte de CO2 se torna alvo de crítica – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2008.....	17
Metas para o clima – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 02/12/2008	17
Meta contra o desmate ainda é "tímida", diz Minc – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 02/12/2008.....	18
Britânico propõe 42% de corte de gases se acordo global vingar – Folha de São Paulo – Ciência – 02/12/2008.....	20
Plano para proteger a Amazônia exalta o agronegócio – Sítio Eletrônico do MST – 03/12/2008.....	21
Governo vai afastar Incra de ação sobre terras da Amazônia – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 04/12/2008.....	21
Stephanes propõe anistia a desmatador – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 04/12/2008.....	22
ONGs saem de debate sobre Código Florestal – Herton Escobar e João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008.....	23
Mercado de carbono cresce 41% no 1º semestre – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008.....	24
Valor para floresta em pé – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008.....	24
Para exorcizar o Protocolo de Kyoto - José Eli da Veiga – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008.....	26
Comunidade tradicional quer debater desmate evitado – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008.....	28
Stephanes e Minc trocam acusações sobre desmatamento – Folha de São Paulo – Brasil – 05/12/2008.....	29
Maggi ataca Incra e defende motosserra movida a etanol – Sítio Eletrônico do MST – 05/12/2008.....	30
Inpe registra 541 km2 de desmate da floresta amazônica no mês de outubro – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/12/2008	32

Amazônia Legal tem 22% de cidades em terras da União – Eduardo Scolese - Folha de São Paulo – Brasil - 06/12/2008	32
Projeto autoriza doação de terras públicas a cidades – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 06/12/2008	33
Amazônia não é parque da Europa, diz Jobim – Sérgio D'Ávila – Folha de São Paulo – Brasil – 06/12/2008	34
Desmatamento na Amazônia caiu em outubro, aponta Inpe – Folha de São Paulo – Brasil - 06/12/2008	35
Carbono de floresta põe ONGs em choque – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Ciência - 06/12/2008	35
ONU FAZ ATLAS DE FLORESTAS RELEVANTES – Folha de São Paulo – Ciência – 06/12/2008.....	37
Idiotia ruralista – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência - 07/12/2008.....	37
Decreto restringe entrada de ONGs e missionários em terras indígenas – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008.....	38
Tema mobiliza militares – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008	41
'Cientista não é nosso inimigo' , diz Minc – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008	41
Mau senso – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião - 08/12/2008.....	42
Reunião do clima na Polônia entra em semana decisiva sem avanços – Folha de São Paulo – Ciência - 08/12/2008	43
BRASIL APROVA NOVAS PROPOSTAS PARA DOHA – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/12/2008	43
UE muda e apóia Brasil na criação de fundo ambiental – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Internacional – 09/12/2008.....	44
Biocombustível não ameaça áreas verdes – O Globo – Caderno de Biocombustíveis – 09/12/2008	45
Acordo completo do clima não sai em 2009, diz ONU – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 10/12/2008	46
Brasil deve liderar debate sobre o clima - Marcos Sawaya Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 13/12/2008	47
Pesca é a que mais sofre com danos ambientais – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2008.....	49
Cidades ignoram política ambiental – Alexandre Rodrigues – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2008.....	50
Conferência lança fundo de adaptação ao aquecimento – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2008.....	51
Ações cobram R\$ 2 bi e reflorestamento no PA – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2008.....	52
Procuradoria no Pará ajuíza 107 ações por desmatamento – Pabrlo Solano – Folha de São Paulo – Brasil - 13/12/2008	53
Conferência do clima acaba sem avanços na Polônia – Afra Balazina - Folha de São Paulo – Mundo - 13/13/2008.....	53
ITENS DEBATIDOS NO ENCONTRO DO CLIMA – Folha de São Paulo – Mundo – 13/13/2008.....	55

Ambientalistas apontam vácuo de liderança da UE em reunião – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Mundo - 13/12/2008	55
Meio ambiente: falta estrutura, sobram desafios - Fábio Vasconcellos – O Globo – O País – 13/12/2008	56
Emergentes saem mais fortalecidos de Poznan – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 14/12/2008.....	57
'Conferência alcançou o que estava previsto' – Estado de São Paulo – Vida & - 14/12/2008.....	58
Bush se despede de foro do clima "sem arrependimento" – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 14/12/2008	59
Cúpula da Polônia teve fim "triste", diz embaixador – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 14/12/2008	60
O Brasil na Conferência de Poznan – José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 15/12/2008.....	61
Sem mudar leis, regularização de lotes no AM levará mais de mil anos – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008	63
Busca de solução acaba em disputa entre ministros – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008	64
Em RR, problema é queda-de-braço com União – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008	65
Decreto 6686/2008 dá um ano para averbar Reserva Legal – Sítio Eletrônico da Fetraf – 15/12/2008	66
Avanços e contradições – Marina Silva - Folha de São Paulo – Opinião - 15/12/2008.....	67
Regras ambientais atrasam assentamentos – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008	68

Segunda Quinzena

O aliado oculto do desmate – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/12/2008	69
MINC DERRUBA ADIAMENTO DE PUNIÇÃO POR DESMATE – Folha de São Paulo – Brasil - 16/12/2008	70
Nível do mar sobe 0,5 cm em 5 anos – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 17/12/2008.....	71
Recua corte de mata virgem no AM – Liège Albuquerque – Estado de São Paulo – Vida & - 17/12/2008	72
Cai desmatamento no Amazonas, diz Ibama – Kátia Brasil – Folha de São Paulo – Brasil - 17/12/2008.....	72
MDA defende ações conjuntas para combate ao desmatamento – Sítio Eletrônico do MDA – 18/12/2008.....	73
“Frente à crise, nós vamos mostrar o novo modelo de desenvolvimento da Amazônia” – Agência Carta Maior – 19/12/2008	74
A Lei da Mata Atlântica – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 21/12/2008.....	77
Sarkozy vai cobrar de Lula meta de emissões - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Nacional – 21/12/2008	79
Chico Mendes – Marina Silva - Folha de São Paulo – Opinião – 21/12/2008.....	80

76% de mata de campeã em desmate vai para pecuária – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil- 21/12/2008.....	81
Poder de setores que desmatam se reflete nas eleições municipais – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008	82
Filha de Chico Mendes vê vitória de desmatadores – Matheus Pichonelli e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008	83
Seringueiro se tornou símbolo da Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008	84
Reserva já teve 3.000 hectares devastados – Matheus Pichonelli e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008	84
Viagem à Amazônia - Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 22/12/2008.....	85
País consegue contornar pressões para controlar emissão de gases-estufa – Estado de São Paulo – Nacional – 23/12/2008	87
Países criam instituto para explorar Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 24/12/2008.....	87
Nova reserva "fecha" fronteira do Brasil na região amazônica – Cláudio Dantas Siqueira – Folha de São Paulo – Brasil – 27/12/2008	88
Preocupados, militares buscam aproximação com o "Evo" do Amazonas – Folha de São Paulo – Brasil – 27/12/2008	90
Lei de proteção prejudica bioma em SC – Desirée Antônio – Folha de São Paulo – Ciência – 27/12/2008.....	90
Norma é economicamente inviável, afirma professor – Desireê Antônio – Folha de São Paulo – Ciência – 27/12/2008.....	91
Falha não é da legislação, diz fundação – Desireê Antônio – Folha de São Paulo – Ciência – 27/12/2008.....	92
As metas do plano sobre mudança do clima – Luiz Pinguelli Rosa _ Folha de São Paulo – Opinião – 29/12/2008	93
Estudo revela efeitos em cascata do aquecimento - Alexandre Gonçalves – Estado de São Paulo – Vida & - 30/12/2008.....	94

Crise pode prejudicar atualização de Kyoto – Estado de São Paulo – Vida & - 01/12/2008

Onipresente em todas as reuniões de líderes mundiais, a crise do sistema financeiro internacional será também protagonista na Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), que começa hoje, em Poznan, na Polônia. A cúpula reúne as maiores autoridades em ambiente de 190 países em busca de um consenso sobre uma proposta de atualização do Protocolo de Kyoto, em 2009. O risco é de que a crise torne mais difícil um acordo ambicioso que permita a criação de metas de redução das emissões de gases de efeito estufa. “O aquecimento global é um problema ambiental que precisa de uma resposta econômica”, reconhece Yvo de Boer, secretário-executivo do Painel de Mudanças Climáticas das Nações Unidas.

Apressar o passo – Marina Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 01/12/2008

NOVOS NÚMEROS da taxa anual de desmatamento apontam aumento de 3,8% em relação a 2007, expressivamente menor do que as previsões. Estamos indo bem? Não, significa apenas que aprendemos a andar no rumo correto, mas precisamos apressar o passo. Afinal, são quase mais 12 mil km² de floresta que se vão.

O alerta vermelho não pode ser desligado. O desmatamento vinha em forte alta de 2001 a 2004. De 2004 a 2007, com o Plano de Combate ao Desmatamento, a taxa caiu 57%.

No final de 2007, as pressões para expansão da frente predatória e a falta de ações para consolidar práticas produtivas sustentáveis impediram que a tendência de baixa se mantivesse.

Para frear o repique e, ao mesmo tempo, avançar no estabelecimento de um novo status no combate ao desmatamento foram necessárias medidas administrativas e legais, tomadas pelo presidente Lula a partir do final de 2007: proibição de desmatamento nos 36 municípios com maior ilegalidade; recadastramento de propriedades e responsabilização da cadeia produtiva; reforço à fiscalização do Ibama, com apoio do Exército e da Polícia Federal; resolução do Conselho Monetário Nacional proibindo empréstimos para produtores em desacordo com as legislações ambiental e fundiária.

Unindo-se a organizações da sociedade civil, Estados e municípios, pessoas do Ministério do Meio Ambiente, da Polícia Federal, dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda, da Indústria e Comércio, da Defesa e da Ciência e Tecnologia agigantaram-se para além de suas obrigações funcionais no desmonte de quadrilhas, nas operações de fiscalização, na mobilização para ações integradas, na criação do sistema de detecção em tempo real, na obtenção da resolução do CMN.

O desmatamento aumentou, mas não o quanto se temia. A curva agora está descendente, ou seja, as medidas acertaram em cheio. E é preciso mantê-las, aperfeiçoá-las e ampliá-las. O Plano de Combate ao Desmatamento tem que atravessar o tempo de governos e interesses específicos e atingir o tempo da nação.

Ainda há motivos para preocupações. A degradação provocada pelo fogo foi excepcionalmente alta, e a movimentação intensa para alterar o Código Florestal traz, por parte de alguns, a intenção de flexibilizar perigosamente as regras.

É necessário não se deixar levar por demandas pontuais, perdendo o esforço feito até aqui. É como se soltássemos a direção do carro à beira do abismo. Só que neste carro está a maior biodiversidade do planeta e todo o ganho econômico, social e ambiental que ela, bem gerida, pode dar ao país. *contatomarinasilva@uol.com.br

Debate sobre clima recomeça alterado por Obama e crise – Folha de São Paulo – Ciência – 01/12/2008

Uma mistura de pessimismo econômico e otimismo político deve pautar a 14ª Conferência do Clima da ONU em Poznan, na Polônia, que começa hoje.

O encontro é o início da negociação do regime de combate ao aquecimento global que sucederá o Protocolo de Kyoto, válido até 2012. Como pano de fundo, há uma crise global que deverá encarecer as medidas para reduzir a emissão de gases do efeito estufa.

Por outro lado, os Estados Unidos -país que não ratificou o tratado de Kyoto e vinha sendo o principal entrave diplomático no debate- sinalizam com mudanças, após o presidente eleito Barack Obama tomar posse. "A América está de volta", afirma o senador democrata John Kerry, que deve participar do encontro de Poznan como um dos observadores que produzirão um relatório para Obama. "Após oito anos de obstrução, atraso e negação, os EUA voltam a se juntar à comunidade mundial para lidar com esse desafio global."

A idéia em Poznan é lançar as bases para concluir o novo acordo do clima no fim de 2009, num encontro em Copenhague (Dinamarca).

Os entraves econômicos para a negociação, porém, não serão poucos. Um relatório do Secretariado da ONU para Mudança Climática feito no ano passado estimou que o custo de cortar em um quarto as emissões de gases estufa até 2030 seria de US\$ 200 bilhões por ano. O documento foi revisto recentemente -após a crise financeira global- e o preço foi reajustado para um valor 170% maior.

A crise já está atrapalhando debates internos na União Européia. Países que dependem muito do carvão como fonte de energia, como Polônia e Itália, já pressionam a

UE para mudar alguns pontos de seu plano de metas até 2020, que seria deixar as emissões do bloco 20% menores do que eram em 1990.

A economia também pode se tornar um fator adicional na pressão sobre países em desenvolvimento que ficaram desobrigados de assumir metas de redução de emissões no Protocolo de Kyoto. O discurso de resposta de nações como a China, porém, será pedir mais dinheiro. O governo chinês defende que os países ricos concedam às pobres uma ajuda financeira que represente 0,7% de seu produto interno bruto.

Espera-se que cerca de 9.000 pessoas participem do encontro de Poznan, entre integrantes de governos, pesquisadores, industriais e representantes de ONGs ambientais. As sessões da conferência com integrantes de alto escalão dos governos estão marcadas para os dias 11 e 12. Até 150 ministros de meio ambiente devem comparecer. **Com agências internacionais*

Com promessa de meta contra desmate, Brasil chega fortalecido para conferência – Afra Balazina – Folha de São Paulo – 01/12/2008

A proteção das florestas tropicais como forma de conter as emissões de CO2 estará entre os principais temas em discussão em Poznan, e o Brasil chega preparado para ser um dos líderes nesse debate. Uma das propostas defendidas pelo país será a de que a redução do desmatamento seja contabilizada no esforço de mitigação de países em desenvolvimento e que as nações ricas os apoiem com tecnologia e financiamento.

O Brasil chega ao encontro bem municiado para esse debate. Depois de divulgar que o desmatamento na Amazônia ficou estável em relação ao ano anterior, o governo apresenta hoje o Plano Nacional de Mudança Climática, que prevê uma meta redução de 40% na taxa de desmatamento entre 2006 e 2010, em relação à média do período 1996-2005.

Segundo o diplomata Luiz Alberto Figueiredo Machado, brasileiro que preside o grupo que negocia o acordo pós-Kyoto, a área de florestas é uma das que possui maior consenso até agora. Ele elaborou o documento que irá orientar as discussões em Poznan -o texto será aperfeiçoado no decorrer do encontro e deve servir de base para um primeiro esboço daquilo que será decidido em Copenhague, em 2009.

O governo brasileiro era bastante criticado por não querer assumir metas internas. O Brasil e outros países em desenvolvimento são desobrigados de reduções compulsórias de suas emissões pelo acordo de Kyoto, mas têm sido pressionados pelas nações ricas a adotá-las.

No caso do Brasil, o desmatamento responde por mais de 70% das emissões de gases-estufa. A adoção de meta mensurável, reportável e verificável de redução no desmate será a maior contribuição do país no combate à crise do clima, e diplomatas brasileiros

esperam ganhar argumentos para cobrar de nações ricas o financiamento à sua política de clima.

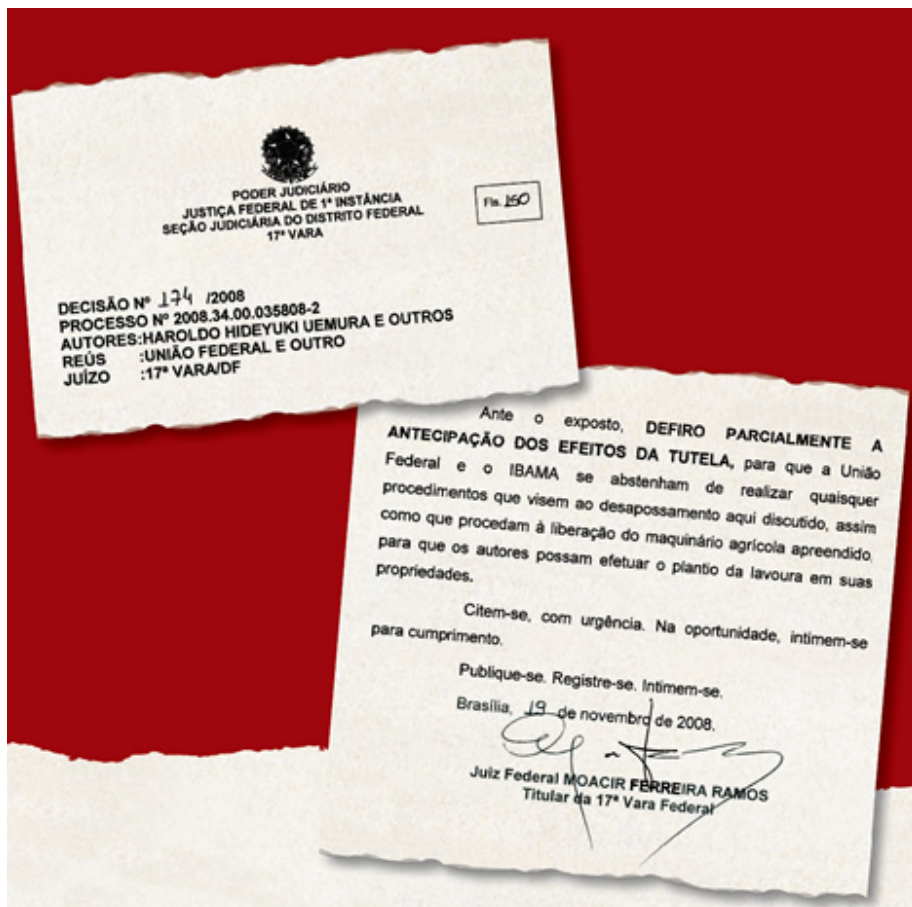
A conferência fará uma revisão do Protocolo de Kyoto e avaliará em que medida é possível ampliar o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), através do qual países industrializados investem em projetos ambientais nos países pobres em troca de créditos de carbono. O esquema, hoje, não inclui a proteção de florestas como valor negociável.

O governo brasileiro, porém, quer mesmo que o desmatamento evitado seja contemplado num mecanismo distinto do MDL. Segundo analistas também contrários à medida, a inclusão de florestas no MDL derrubaria a cotação de mercado do carbono e atrapalharia a adoção de metas. (AFRA BALAZINA)

O circo de Carlos Minc – Isto É Dinheiro Rural – Ibiapaba Netto - dezembro – 2008

Muita atenção, fazendeiros: há um ministro à solta e seu nome é Carlos Minc. Imbuído da idéia de produzir ações espetaculosas em diversas regiões do Brasil, o chefe do Meio Ambiente se envolveu, recentemente, em mais uma ação polêmica. No início de novembro, ele desencadeou a "Operação Veredas", cujo objetivo era identificar propriedades que, supostamente, estariam invadindo áreas do Parque Nacional Veredas Tropicais, na região de Luís Eduardo Magalhães, no oeste do Estado da Bahia. Como alvo, foram escolhidas algumas propriedades, entre elas a do agricultor Haroldo Uemura. Com apoio da polícia local e cobertura de diversos veículos de imprensa, Carlos Minc chegou ao local de helicóptero. Diante das câmeras e com uma série de papéis, acusou o dono das terras de ter desmatado uma significativa área sem permissão. Por fim, embargou o local, máquinas e apreendeu os grãos ali plantados, qualificando-os de "soja pirata". Tudo em rede nacional. Ocorre que, ao observar o auto de infração, o fazendeiro percebeu o engano. As coordenadas contidas no processo não estavam dentro de sua fazenda, e sim oito quilômetros além de suas cercas.

Nos documentos do Ibama a área desmatada consta sob as coordenadas geográficas 10°, 10', 45.2" - 45°, 35', 04.2". Por sua vez, a propriedade de Uemura está entre os limites das coordenadas 10°, 10', 45.2" - 45°, 38', 04.2". "Não é razoável ter de passar por isso", disse Uemura à DINHEIRO RURAL. Assim que percebeu o equívoco, o advogado do fazendeiro, Rogério Marinho Leite, entrou com um recurso para suspender toda a ação provocada pelo ministro. No último dia 19 de novembro o juiz Moacyr Ferreira Ramos, titular da 17ª Vara Federal, acolheu os argumentos da defesa. Uemura poderá, por enquanto, voltar a plantar e colher. "Quanto ao risco de dano irreparável, resta ele evidente, já que o desapossamento arbitrário dos autores e o impedimento ao plantio da lavoura no período adequado impulsionam a ocorrência de graves prejuízos econômicos e comprometem os compromissos financeiros por aqueles assumidos", escreveu o magistrado.



JUSTIÇA ENVOLVIDA: dias após a ação do ministro do Meio Ambiente, um juiz federal desfez os efeitos da "Operação Veredas", que embargou por engano a propriedade e máquinas do agricultor Haroldo Uemura, de Luís Eduardo Magalhães, no oeste baiano

Agora, o processo seguirá em duas frentes. De um lado, o fazendeiro terá de provar que a área atuada não corresponde à sua propriedade, o que segundo seu advogado está evidente pelos próprios documentos anexados ao processo. **Por outro, será aberto um processo de reparação de danos morais contra o Estado. "Também podemos abrir um processo contra a pessoa física do ministro Carlos Minc, visto ter ocorrido um evidente abuso de autoridade que levou meu cliente à execração pública"**, diz o defensor. Mas, antes disso, há outras pendências pela frente. Procurada pela reportagem de DINHEIRO RURAL, a assessoria de imprensa do Ministério do Meio Ambiente disse que as coordenadas foram fornecidas pelo Ibama e que ainda não havia sido notificada de qualquer tipo de erro na operação desencadeada no oeste baiano. Se é possível reverter o constrangimento público não se sabe. Porém, um pedido de desculpas, no mínimo cairia muito bem. Segundo Sérgio Pit, vice-presidente da Associação dos Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), a entidade tomará providências. "Somos a favor da legalidade, mas o ministro também não pode estar acima da lei", diz

Brasil quer reduzir em 4,8 bilhões de toneladas emissões de dióxido de carbono – Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA – 01/12/2008

O governo brasileiro quer reduzir em 72% o índice de desmatamento na Amazônia até 2017. O Plano Nacional sobre Mudança do Clima, lançado nesta segunda-feira no Palácio do Planalto, prevê a redução de 40% no primeiro quadriênio, 30% no segundo e 30% no terceiro, atingindo cinco mil Km² em 2017. Isso equivale a 4,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) a menos na atmosfera. O documento aponta outras medidas a serem tomadas nas áreas de produção de energia elétrica, álcool, biodiesel e carvão. "Isso é mais do que o esforço de todos os países desenvolvidos. A Inglaterra, por exemplo, quer reduzir 80% até 2050", avaliou o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

O documento, elaborado com a participação de 17 ministérios, traz, pela primeira vez, metas voluntárias nacionais para redução de emissões de gás carbônico provocadas pelo desmatamento. As metas de redução têm como base a média de desmatamento entre 1996 e 2005 que é de 19 mil km².

No Brasil, o desmatamento e as queimadas são responsáveis por 75% das emissões de gases causadores do efeito estufa. Segundo Minc, o estabelecimento de metas de redução de emissões - que enfrentava resistência no governo brasileiro - só foi possível porque mudou a relação política dentro do governo e a percepção da sociedade e de outros segmentos sobre o tema. "O bom de ter meta é que cada um tem que fazer sua parte", disse Minc ao afirmar que não só o governo federal, mas a sociedade como um todo tem de assumir seu papel, suas responsabilidades e trabalhar para que os objetivos do plano sejam alcançados.

O ministro informou ainda que o plano passará por avaliações anuais. "O plano não é uma obra acabada. Vamos ter acompanhamento setor por setor, meta por meta, todo ano. Assim podemos fazer os ajustes necessários e avaliar nosso desempenho", esclareceu durante sua apresentação do plano aos representantes do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. A secretária de Mudanças Climáticas do MMA, Suzana Kahn, também participou da reunião.

Segundo Minc, no plano há também metas importantes de redução associadas ao etanol e ao biocombustível que, em 15 anos, vão significar a redução de 508 milhões de toneladas de CO₂. "Queremos ampliar em 11% ao ano a participação desses combustíveis na nossa matriz", afirmou o ministro.

Somado ao esforço de combate ao desmatamento haverá estímulo a políticas de incentivo para uso de energias limpas como a solar, incentivo ao uso de automóveis que emitam menos e gastem menos combustível, à reciclagem, além de metas importantes para redução do desperdício de energia.

O aumento do número de árvores plantadas é outra meta importante do plano. "Queremos passar de 5,5 milhões de hectares para 11 milhões de hectares em 2017, sendo 2 milhões de nativas", informou Minc.

O passo seguinte é a definição de metas setoriais com compromissos por setor e por região. Minc informou que no início de 2010 o plano deverá passar por uma revisão incorporando novas sugestões e os dados do novo inventário de emissões que está em elaboração pelo Ministério de Minas e Energia.

Objetivos - Com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, o governo brasileiro pretende incentivar o desenvolvimento de ações no Brasil e colaborar com o esforço mundial de combate ao problema. Além disso, quer criar condições internas para enfrentar as consequências sociais e econômicas das alterações climáticas.

O plano possui oito objetivos centrais e está estruturado em quatro eixos: mitigação; vulnerabilidade, impacto e adaptação, pesquisa e desenvolvimento; e capacitação e divulgação.

Nesta sua primeira fase, o plano busca organizar as ações em curso, reforçar medidas existentes e identificar e criar novas oportunidades, para permitir o intercâmbio de experiências e a integração de ações nos mais diversos segmentos da sociedade. Tem a função principal de maximizar os resultados positivos do conjunto dos esforços nacionais em favor do clima global e fortalecer o processo adaptativo do País ao sistema climático.

Nas próximas fases, deverão ser incluídos os mecanismos de avaliação do desempenho das ações em curso e respectivos resultados. Serão também apresentadas ações e instrumentos complementares, incluindo pactos com os estados da federação, destinados a garantir que os objetivos possam ser alcançados.

Nesse sentido, devem ser realizados estudos sobre novos mecanismos econômicos de estímulo ao desenvolvimento sustentável, contemplando incentivos fiscais e tributários, dentre outros.

Para que o plano seja resultado de um diálogo permanente com a sociedade civil, será mantido ainda o canal de comunicação com o objetivo de garantir a ampla participação da população em todas as suas fases.

Para cada objetivo apresentado foram estabelecidas ações para alcançá-los. O entendimento do governo é que para que o desenvolvimento do País ocorra em bases sustentáveis, as ações governamentais dirigidas ao setor produtivo deverão buscar, cada vez mais, a promoção do uso mais eficiente dos recursos naturais, científicos, tecnológicos e humanos.

Segundo o plano, os esforços em fomentar um nível de desempenho nos setores da economia, pautado nas melhores práticas em cada um dos setores específicos, serão uma forma de se buscar reduzir o conteúdo de carbono do produto interno bruto brasileiro, aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, fazer crescer a renda e gerar excedentes econômicos que possam garantir maiores níveis de bem-estar social.

Principais objetivos do Plano Nacional sobre Mudanças do Clima

- 1) Identificar, planejar e coordenar as ações para mitigar as emissões de gases de efeito estufa geradas no Brasil, bem como àquelas necessárias à adaptação da sociedade aos impactos que ocorram devido à mudança do clima;
- 2) Fomentar aumentos de eficiência no desempenho dos setores da economia na busca constante do alcance das melhores práticas;
- 3) Buscar manter elevada a participação de energia renovável na matriz elétrica, preservando posição de destaque que o Brasil sempre ocupou no cenário internacional;
- 4) Fomentar o aumento sustentável da participação de biocombustíveis na matriz de transportes nacional e, ainda, atuar com vistas à estruturação de um mercado internacional de biocombustíveis sustentáveis;
- 5) Buscar a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quadrienal, em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o desmatamento ilegal zero;
- 6) Eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil, até 2015;
- 7) Fortalecer ações intersetoriais voltadas para redução das vulnerabilidades das populações;
- 8) Procurar identificar os impactos ambientais decorrentes da mudança do clima e fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas para que se possa traçar uma estratégia que minimize os custos sócio-econômicos de adaptação do País.

Alterações no clima podem reduzir áreas de plantio no NE – Sítio Eletrônico do MST – 01/12/2008

Um estudo divulgado na semana passada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e da Fundação Oswaldo Cruz aponta que as mudanças de clima em decorrência do aquecimento global podem reduzir as áreas de plantio no Nordeste.

O estudo aponta que entre as principais conseqüências dessa possível redução estão a escassez na produção de alimentos básicos e a precariedade na saúde dos nordestinos, principalmente dos mais pobres. No levantamento, os pesquisadores afirmam ainda que apenas a aposta em políticas públicas voltadas para a população do campo podem amenizar tal situação, principalmente no investimento em tecnologias para adaptação dos cultivos agrícolas às mudanças no clima e programas de transferência de renda.

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo afirmam que este é o primeiro levantamento realizado no mundo que envolve em uma visão integrada das condições social, econômica e climática para explicar cenários futuros. Eles alertam ainda que as mudanças climáticas em curso no planeta tendem a afetar com maior intensidade, no Brasil, as populações mais pobres, sobretudo as que habitam a região Nordeste do país, incluindo os migrantes.

Amazônia Legal concentra assentados – Estado de São Paulo – Nacional – 02/12/2008

Entre 2003 e 2007, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assentou quase 449 mil famílias no País. Desse total, 307 mil (68%) receberam terras na Amazônia Legal - de acordo com levantamento feito pelo professor Ariovaldo Umbelino, da USP. Em artigo divulgado ontem pelo Boletim Dataluta, da Unesp, ele afirma que essa distribuição mostra que o governo evita assentar famílias nas áreas onde estão os acampamentos de sem-terra para não enfrentar o agronegócio e nem os parlamentares que o defendem - e que fazem parte de sua base de apoio.

Desmatamento em 2009 terá de ser o menor da história para cumprir meta – Herton escobar e Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2008

O governo federal lançou ontem o seu Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que traz como meta principal uma redução progressiva do desmatamento na Amazônia nos próximos dez anos. A primeira etapa é reduzir em 40% a média anual de desmate no período 2006-2009, em relação à média dos dez anos anteriores (1996-2005), que foi de 19.500 km² de floresta derrubada. Ambientalistas classificaram a meta como “tímida”. Mas nem tanto. Para cumprir o plano, segundo cálculos do Estado, o desmatamento em 2009 terá de ser o menor da história - 9.200 km², no máximo.

Em 20 anos de monitoramento e fiscalização, o desmatamento na Amazônia jamais caiu abaixo de 11.000 km². A taxa anual mais baixa foi a de 1991, quando 11.030 km² de floresta desapareceram do mapa. Este ano, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) estima que o índice ficará em torno de 12.000 km² - o que já é visto como um resultado muito positivo.

Pela meta do governo, a média do desmatamento no período 2006-2009 não poderá passar de 11.700 km², o que significa que o total de área desmatada nos quatro anos não poderá ser maior do que 46.800 km². Nos últimos três anos, incluindo 2008, já foram derrubados 37.600 km² de floresta, o que deixa um “saldo” de apenas 9.200 km² para desmatar em 2009 sem estourar o limite do plano.

Nos quadriênios seguintes (2010-2013 e 2014-2017), segundo o plano, o desmatamento deverá ser reduzido em mais 30% cada, comparado à média dos quatro anos

anteriores. A expectativa, com isso, é que em 2017 a taxa anual de desmate seja de 5.000 km². Até lá, mesmo se todas as metas forem cumpridas, outros 70 mil km² de florestas vão desaparecer - uma área maior do que a dos Estados do Rio e Sergipe juntos.

Estima-se que de 80% a 90% dos desmatamentos praticados na Amazônia são ilegais. “Ora, se é ilegal, a meta deveria ser zero”, criticou o diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão. “O que o governo está dizendo é que vai conviver com a ilegalidade até 2017.” “Estamos longe de ter um plano que atenda à dimensão do problema que enfrentamos”, disse o diretor da organização Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Roberto Smeraldi, que discursou na cerimônia de lançamento do plano. Segundo ele, a falta de metas mais rígidas contra a destruição da floresta “é uma forma de o governo respaldar e legitimar um fato”.

FLORESTA QUENTE - O desmatamento é a principal fonte de emissão de gases-estufa do Brasil, por causa do dióxido de carbono (CO₂) que é liberado na queima e na decomposição da matéria orgânica da floresta. Cerca de 75% do CO₂ lançado pelo País na atmosfera é produzido dessa forma.

Por isso, há anos, o governo brasileiro vem sendo pressionado - externamente e internamente - a assumir metas mensuráveis de redução do desmatamento, como forma de reduzir também suas emissões de CO₂ e sua contribuição para o aquecimento global. O anúncio do plano ontem, em Brasília, coincidiu com a abertura da conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em Poznan, na Polônia (mais informações nesta pág.).

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que a realização do plano evitará a emissão de 4,8 bilhões de toneladas de CO₂. Com isso, o País ganha uma base de cálculo para quantificar e valorizar seus estoques de carbono. “A gente tinha objetivos, mas não tinha procedimentos e cronogramas”, disse Minc. “Não podíamos cobrar dos setores redução do desmatamento, pois não havia um plano nem uma meta.”

Ambientalistas elogiaram a mudança de postura do governo, que até muito recentemente não aceitava discutir nenhum tipo de meta. “Só o fato de estarmos falando sobre metas já é um avanço enorme”, disse o pesquisador Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Ao mesmo tempo, porém, criticaram a falta de metas rígidas - não só sobre desmatamento, mas sobre energias renováveis, medidas de adaptação às mudanças climáticas e outros temas. O plano incentiva o plantio de pinus e eucalipto como forma de “zerar a perda líquida de cobertura florestal” até 2015. E não traz metas para a conservação do cerrado. “É tudo muito insuficiente”, disse o diretor da ONG Vitae Civilis, Rubens Born.

METAS ANUNCIADAS ONTEM - Reflorestamento: Previsão de plantio de 5,5 milhões de hectares de florestas, sendo 3,5 milhões de hectares com pinhos e eucaliptos e apenas 2 milhões referentes a espécies nativas, até 2020

Limite: Entre 2009 e 2017, o desmatamento na Amazônia poderá ser de, no máximo, 70 mil km² de floresta. Essa área é maior que os territórios dos Estados de Sergipe e do Rio juntos

Legalização: Aumentar no mercado a oferta de madeira legalizada, ou seja, aquela retirada da floresta com a permissão do governo

Recursos: Arrecadar US\$ 1 bilhão em doações do exterior para o Fundo Amazônia, criado neste ano e que já recebeu doação da Noruega

Outros setores: Troca de 1 milhão de geladeiras antigas por ano, em um período de dez anos

Energia: Aumento do consumo de carvão vegetal “sustentável” em substituição ao carvão mineral

Combustível: Fomento à indústria do etanol para alcançar aumento médio anual de consumo de 11% nos próximos dez anos

Ausência: O plano não traz metas de limite de desmatamento no cerrado, um dos biomas mais vulneráveis. Neste ano, o cerrado deve perder cerca de 20 mil km² de cobertura natural, contribuindo para o aquecimento global

NÚMEROS - 9,2 mil km quadrados é o máximo que o País poderá desmatar no ano que vem para cumprir a primeira etapa da redução progressiva do desmatamento na Amazônia

70 mil km quadrados é a área total de desmatamento da floresta amazônica que o governo vai tolerar entre 2009 e 2017, uma extensão de matas superior ao território dos Estados do Rio e de Sergipe, somados

5 mil km quadrados é a taxa de desmate anual esperada para 2017, caso o plano do governo seja bem-sucedido

Oposição da Polônia a corte de CO2 se torna alvo de crítica – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 02/12/2008

Com a missão de encaminhar um acordo internacional pós-Kyoto, a 14ª Conferência do Clima das Nações Unidas começou ontem, em Poznan, sob o signo da contestação contra sua anfitriã. A Polônia vem sendo questionada por estar, ao lado da Itália, bloqueando o acordo ambiental negociado pelos 27 países da União Européia. O projeto prevê a redução até 2020 de 20% das emissões de gás de efeito estufa - tendo como referência o ano de 1990.

O acordo vem sendo articulado por Bruxelas e será debatido na próxima Cúpula do Conselho Europeu, em 12 de dezembro. Nas duas últimas reuniões, em outubro e novembro, os governos da Itália e da Polônia impediram o avanço das discussões. O argumento é que, por causa da crise econômica global, metas ambiciosas de redução das emissões de dióxido de carbono (CO2) podem representar custos elevados demais.

Para alcançar o corte de 20%, matrizes energéticas muito poluidoras, como a termoeletrica, precisariam ser reestruturadas ou abandonadas em favor de energias renováveis. Daí a rejeição polonesa ao projeto. As centrais a carvão do país produzem 94% da energia consumida na Polônia.

Para denunciar a contradição da anfitriã, que vem bloqueando o acordo europeu, o Greenpeace está realizando protestos em diferentes pontos do país. “É estranho que a Polônia bloqueie o acordo na Europa porque estudos indicam que em 40 anos eles poderiam deixar o carvão de lado”, disse, em Poznan, um dos coordenadores do Greenpeace, Bart Von Opzeeland.

Acuadas, as principais autoridades da Polônia se esforçaram para vender a imagem de um governo empenhado em impedir o pior das mudanças climáticas. Donald Tusk, primeiro-ministro, argumentou que se encontrará no sábado, em Gdansk, com o presidente em exercício da União Européia, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, para encaminhar uma solução. “Estamos muito próximos de obter um acordo”, disse.

Metas para o clima – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 02/12/2008

A CONFERÊNCIA sobre mudança climática iniciada ontem em Poznan (Polônia) reúne cerca de 180 nações em torno da quase impossível tarefa de alinhar um acordo internacional para substituir o Protocolo de Kyoto após 2012, quando expira. Decisões, se vierem, acontecerão só na fase ministerial da reunião, dias 11 e 12. Permanece o contexto paralisante da disputa Norte-Sul que marca a negociação internacional do clima desde 1992, ora agravada pela crise financeira que assola o mundo. Mas já surgem indicações de que o impasse pode começar a ser rompido sob a liderança de poucos países -entre eles o Brasil.

Até o presente o processo estava empacado pela recusa dos EUA de ratificar Kyoto e, portanto, de comprometer-se com metas de redução de gases do efeito estufa sem que países em desenvolvimento -China à frente- fizessem o mesmo. Estes exigiam que todo o ônus recaísse sobre os países ricos, inclusive o de financiar e transferir tecnologias limpas aos mais pobres. Quanto a assumir compromissos de redução, isso estava fora de questão.

Assim como no caso da Rodada Doha sobre liberalização do comércio, o Brasil agora se afasta um pouco da rota rígida preconizada por parceiros como Índia e China. No plano nacional de mudança climática apresentado ontem pelo presidente Lula foram afinal incluídas metas quantitativas para redução de emissões, coisa que o país antes descartava.

O compromisso anunciado é cortar em 40% os índices de desmatamento entre 2006 e 2010, mantendo-o abaixo de 11.700 km² ao ano. Para efeito de comparação, a média anual de desmate entre 1996 e 2005 foi de 19.500 km². Como derrubadas de florestas respondem pela maior parte das emissões brasileiras, na prática isso equivale a assumir uma meta verificável.

"A gente já pode dizer, alto e bom som, que apresentamos (...) um [plano] melhor do que a China e do que a Índia", discursou ontem o presidente Lula. Parece manifesta a intenção de ocupar uma posição de liderança nas negociações de Poznan, que preparam o terreno para a derradeira conferência do clima, em Copenhague, dentro de um ano.

O Brasil se perfila, assim, na companhia do Reino Unido, que também atua de modo audacioso para reduzir suas emissões e destacar-se na reunião da Polônia. Os britânicos divulgaram ontem a proposta de um pioneiro orçamento nacional de carbono para cumprir o objetivo de cortar 80% dos gases-estufa até o ano 2050. A novidade está no plano de reduzir algo entre 34% e 42% das emissões já em 2020.

Como os EUA de Barack Obama se encaminham para metas similares, pode-se concluir que as chances de Poznan e Copenhague redundarem em fracasso diminuiram um pouco.

Meta contra o desmate ainda é "tímida", diz Minc – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 02/12/2008

Com uma série de ressalvas e admissões de ajustes e mudanças nos próximos anos, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) anunciou ontem metas de redução na taxa de desmatamento para a Amazônia Legal. O objetivo é que, em 2017, a devastação anual da floresta atinja no máximo 5.000 km² contra os 11,9 mil atuais.

As metas integram o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima, anunciado ontem por Minc e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em evento no Palácio do Planalto. Como a **Folha** antecipou na edição de sábado, a meta de redução do desmatamento será dividida em três quadriênios (veja quadro à direita).

"Temos metas. Elas são tímidas ainda, mas podemos melhorá-las", disse o ministro do Meio Ambiente, que admitiu rever os objetivos. "Elas [metas] podem estar subestimadas ou superestimadas. Faremos reavaliações anuais. O plano não é uma obra acabada." Além disso, Minc apresentou condicionantes para o cumprimento das metas. Disse que a responsabilidade não é só da União, mas também dos governos estaduais e da sociedade civil, e afirmou que, além de contratar cerca de 3.000 novos fiscais ambientais, o governo federal precisa, entre outros pontos, fazer a regularização fundiária e aprovar o zoneamento econômico-ecológico.

Sobre a regularização fundiária, o governo prepara um plano para iniciá-la, batizado Terra Legal. O Incra é o órgão responsável pelo processo, mas reclama de falta de estrutura física e verbas. Já o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia Legal, assim como o zoneamento específico da cana, continua parado no governo. Outra meta anunciada é a ampliação da área de floresta plantada do país. O plano fala em dobrar a atual área até 2020, passando de 5,5 milhões para 11 milhões de hectares, sendo 2 milhões de hectares em espécies nativas. O resto seria preenchido por eucaliptos.

A definição dessas metas deve ser usada pelo governo brasileiro como ferramenta diplomática, passando o chapéu para recolher doações ao Fundo da Amazônia. A Noruega, por exemplo, já se comprometeu a injetar US\$ 1 bilhão. "Podemos pensar em US\$ 1 bilhão por ano", disse ontem Minc.

Sobre a contribuição contra o aquecimento global, o plano prevê que, com as metas de desmatamento, o país deixará de emitir 4,8 bilhões de toneladas de dióxido de carbono. O plano fala ainda na ampliação do uso dos biocombustíveis, dos programas de reciclagem e para economizar energia elétrica.

Lula encerrou o evento com uma rápida fala. Disse que vai conversar com o ministro Tarso Genro (Justiça) sobre a ampliação da fiscalização na Amazônia e que, no próximo ano, reunirá no Planalto os prefeitos da lista dos 36 municípios que mais desmatam no país.

"É preciso que a gente discuta com eles e estabeleça metas", disse o presidente. "Para isso, temos que estender uma mão nos dispendo a ajudá-los, mas com a outra mão temos que dizer que haverá punição, se não cuidarem corretamente da preservação ambiental."

Obrigação interna - Apesar de verem avanços no plano, ambientalistas criticam o fato de ele condicionar o cumprimento das metas à obtenção de recursos externos. "O governo deixa uma justificativa pronta para descumprir as metas", diz o diretor de políticas públicas do Greenpeace, Sérgio Leitão. "Ele fala que o mundo precisa ajudar a preservar a Amazônia, como se isso não fosse, antes de tudo, uma obrigação de nós, brasileiros."

Britânico propõe 42% de corte de gases se acordo global vingar – Folha de São Paulo –
Ciência – 02/12/2008

O Comitê de Mudanças Climáticas do Reino Unido recomendou ontem que o país corte pelo menos 34% de suas emissões de gases do efeito estufa até 2020, em comparação aos níveis de 1990, e eleve essa meta para 42% assim que um novo acordo global para redução de emissões for assinado.

Atualmente, a legislação britânica estabelece um corte de 26% para este período. O objetivo das recomendações, que integram um relatório do comitê, é permitir que o país alcance a meta de 80% de redução nas emissões de gases do efeito estufa até 2050 -prevista na Lei de Mudança Climática, aprovada na semana passada no país.

Entre as sugestões para diminuir emissões estão a redução do uso de combustíveis fósseis e o aumento do uso de energias renovável e nuclear. Também orienta o desenvolvimento do uso de biocombustíveis sustentáveis e carros elétricos.

O comitê é um órgão independente, formado por especialistas de diversas áreas. As recomendações serão analisadas agora pelo governo.

Europa dividida - A União Européia chega à 14ª Conferência do Clima da ONU, em Poznan (Polônia), dividida.

O primeiro-ministro polonês, Donald Tusk, afirmou ontem, na abertura do encontro, que a União Européia está "muito perto" de um acordo para o novo pacote para combater a mudança do clima. Mas afirmações de outros representantes de países europeus demonstram que o consenso não está tão próximo assim.

A Polônia depende maciçamente de carvão e tem procurado concessões nas negociações do grupo. O país apóia o objetivo de reduzir gases de efeito de estufa, desde que isso não cause o fechamento de usinas ou aumento do preço de eletricidade aos consumidores.

O ministro italiano Andrea Ronchi reclama que o pacote contra o clima pode levar ao encarecimento da eletricidade "Penalizará nossa indústria, aumentará custos para os cidadãos, ameaçará empregos e fará a Itália empobrecer", diz.

Dinamarca, que faz pressão contra o carvão, diz que já foram feitas concessões suficientes à Polônia. Para tentar quebrar o impasse, a UE fará uma reunião neste final de semana. Sua decisão será apresentada nas sessões do alto escalão da conferência, nos dias 11 e 12.

*Com agências internacionais

Plano para proteger a Amazônia exalta o agronegócio – Sítio Eletrônico do MST – 03/12/2008

Reduzir em 72% o desmatamento na Amazônia até 2017 é um dos objetivos do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, divulgado, nesta segunda-feira (1/12), pelo governo brasileiro. Em números, isso significa que até 2017 o país reduzirá o desmatamento em até cinco mil quilômetros quadrados. No Brasil, os desmatamentos e queimadas são responsáveis pela liberação de aproximadamente 75% dos gases causadores do efeito estufa.

O professor de Geografia Agrária da USP (Universidade de São Paulo), Ariovaldo Umbelino, afirma que o Plano tem alguns pontos positivos, como a preocupação de diminuir a emissão de gases que prejudicam a camada de ozônio. Mesmo assim, segundo ele, o Plano dá importância ao agronegócio, tendo em vista que o governo não está preocupado em mudar uma das principais causas do desmatamento.

“O próprio Plano exalta o papel do agronegócio. O governo está consciente que o agronegócio vai continuar pressionando a floresta. O país já fez a opção do agronegócio. O controle do desmatamento é apenas um aspecto desse plano. O país quer fazer a proteção ambiental, mas não está mexendo na matriz econômica que é a geradora do desequilíbrio ambiental”.

O professor ainda defende a afirmação mostrando em quais números o governo pretende chegar investindo no agronegócio.

“Estão levando em conta o aumento da demanda nacional de etanol. De 20 bilhões de litros produzidos em 2008, para 52 bilhões de litros em 2017. Isso significa que o número de hectares de cana plantado, que hoje é de nove milhões, em 2017 será de aproximadamente 24 e 25 milhões. Essa cana com certeza será plantada na área de pecuária, vai fazer com que a pecuária entre na área da floresta, fato que vai pressionar o desmatamento”.

Governo vai afastar Incra de ação sobre terras da Amazônia – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 04/12/2008

O governo já tem pronto o texto de uma medida provisória que afasta o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do processo de regularização de terras na Amazônia Legal. Ao mesmo tempo, a MP cria a Agência Executiva de Regularização Fundiária da Amazônia (Aerfa), que será vinculada à Presidência e deverá normatizar, organizar e coordenar a implementação do processo de regularização de terras na região, o primeiro passo do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

A Aerfa ficará investida dos poderes da União para, em substituição ao Incra, promover a discriminação das terras devolutas federais na Amazônia Legal, com autoridade para reconhecer as posses legítimas, bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontrarem desocupadas. A MP deverá transferir do Incra para a Aerfa a gestão do patrimônio fundiário da União. “A insegurança jurídica causada pela desordem fundiária é obstáculo fundamental ao desenvolvimento da Amazônia. Por isso, a regularização fundiária é hoje a prioridade

absoluta de todos os governadores e consenso na sociedade civil da região”, disse ao Estado o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, que coordena o PAS. Ele não quis entrar em nenhuma polêmica com o Incra. Mas, nos bastidores, a informação é de que o afastamento do órgão que até agora cuidou das questões fundiárias deverá ocorrer porque o governo considera que o Incra costuma tomar decisões mais políticas do que técnicas.

“A Aerfa será uma autarquia leve e flexível, voltada ao planejamento, condução estratégica e monitoramento das ações de regularização fundiária executadas pelos institutos estaduais de terra conveniados”, afirmou Mangabeira. “Porque não há como resolver o problema fundiário da Amazônia sem colaboração entre a União, os Estados e os municípios.”

De acordo com Mangabeira, com a nova agência, será possível fazer com que a federação de fato resolva problemas como o da regularização fundiária da Amazônia, que dizem respeito a todos.

“Estima-se que hoje de 400 mil a 500 mil posses - cerca de 90% dos estabelecimentos rurais da Amazônia - sejam irregulares. E, a cada ano, formam-se novas 10 mil posses. Então, é um problema que o governo federal, sozinho, jamais vai resolver”, argumentou Mangabeira, que antes de ter cargo na Esplanada classificou o governo Lula como “o mais corrupto da história”.

Stephanes propõe anistia a desmatador – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Brasil – 04/12/2008

Uma proposta do Ministério da Agricultura e de parlamentares ruralistas para alterar o Código Florestal não só libera o plantio de dendê e outras espécies exóticas em áreas destinadas à recuperação de floresta nativa na Amazônia como anistia os produtores de todo o país que plantaram em áreas de preservação permanente (APPs) até 31 de julho do ano passado.

As APPs são os topos de morro, as encostas e as margens de rios. Como o nome indica, elas não podem ser ocupadas e, pela lei, precisam ser recuperadas. A proposta foi discutida anteontem em Brasília, numa reunião de que participaram os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura) e parlamentares da bancada ruralista. Se aceita após uma reunião na próxima semana, pode ser posta em votação na Câmara dos Deputados ainda neste ano.

Ambientalistas afirmam que a proposta é pior do que o projeto que está atualmente no Congresso para alterar o Código Florestal, uma lei de 1965 modificada por uma Medida Provisória que vem sendo reeditada todo ano desde 2001.

Para Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra Amazônia Brasileira, as idéias apresentadas são uma "tática" dos ruralistas. Segundo ele, a radicalização do discurso pode ter a intenção de fazer parecer que as propostas anteriores eram um "mal menor". O projeto que está na Câmara, apelidado de "floresta zero", é criticado por ambientalistas por, na prática, reduzir a reserva legal (percentual mínimo de floresta a ser preservado em imóveis rurais) na Amazônia de 80% para 50%.

Além de anistiar as APPs que foram usadas até julho de 2007, a proposta de Stephanes aumenta para 50% a porcentagem de plantio de dendê na recomposição da floresta em reserva legal. Na prática, isso reduz a reserva legal para fins de recuperação a 30%.

Na opinião de André Lima, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), é grave Stephanes apresentar uma proposta "que anula a base legal que dá sustentação para o combate ao desmatamento" justamente um dia depois de o governo apresentar o Plano Nacional de Mudanças Climáticas e admitir metas internas de redução da devastação.

A justificativa dos ruralistas é que, se o Código Florestal atual for respeitado, o agronegócio acabaria. Minc disse ontem que nem a sua pasta nem o Ministério de Desenvolvimento Agrário aceitam os termos do Ministério da Agricultura. "As propostas estão acirradas e pioradas. Em vez de tentarem negociar, eles extremaram."

Ruralistas rachados - Segundo Minc, nem todos os ruralistas apóiam a proposta de Stephanes. "Temos conversado com a Kátia Abreu [DEM-TO, presidente da Confederação Nacional da Agricultura] e ela tem uma posição muito mais próxima disso que a gente está discutindo com as ONGs." Procurado, o Ministério da Agricultura disse que a questão ainda está em debate.

ONGs saem de debate sobre Código Florestal – Herton Escobar e João Domingos – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008

ONGs que participavam das discussões de projeto de lei para modificar o Código Florestal desistiram de negociar com o governo. O racha foi comunicado via e-mail conjunto, depois que foram impedidas de participar de reunião na terça em que o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, propôs anistia a quem desmatou áreas de preservação permanente (APPs).

“A proposta apresentada pelo (ministério) e pela Frente Parlamentar da Agropecuária é uma verdadeira bomba-relógio para fomentar novas situações como aquelas de Santa Catarina, legalizando e incentivando a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis”, afirmam as ONGs Amigos da Terra, Conservação Internacional, Greenpeace, Imazon, Instituto Centro de Vida, ISA, Ipam, TNC e WWF.

Segundo as ONGs, a proposta de Stephanes contraria o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, apresentado um dia antes. Além da anistia à destruição de APPs, a proposta reduziria as áreas de reserva legal na Amazônia e no cerrado. “Com essa proposta não há diálogo”, disse Raul Telles, do Instituto Socioambiental. “O que estão propondo é inacreditável”, disse Paulo Prado, da Conservação Internacional.

Em nota, o Ministério da Agricultura afirma defender o desmatamento zero e que seu trabalho quer impedir ações predatórias. Ainda segundo o ministério, o debate está em fase de apresentação de sugestões. “O debate no momento é de propostas. Nenhuma decisão foi tomada”, afirma a nota, que prossegue: “O Ministério da Agricultura não apresentou, tampouco apóia, a anistia para os desmatadores.”

O ministério diz compreender que a defesa ambiental exija posição protecionista mais rígida. Mas afirma que não se pode ignorar as áreas agrícolas consolidadas nem deixar de buscar formas de flexibilização do uso do solo.

Mercado de carbono cresce 41% no 1º semestre – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008

Um dos focos dos debates da 14.^a Conferência Internacional do Clima, em Poznan, o Mercado de Carbono, mecanismo estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, cresceu 41% em 2008, de acordo com relatório divulgado ontem, na Polônia. Segundo a Associação Internacional para o Comércio de Emissões (Ieta), os negócios envolvendo direitos de emissão de gases de efeito estufa movimentaram 38 bilhões nos primeiros seis meses do ano, soma recorde.

O porcentual se refere ao conjunto dos gases de efeito estufa, entre os quais dióxido de carbono, metano, óxido nitroso e perfluorcarbonetos. Se considerado apenas o comércio de emissões de CO₂, o avanço foi ainda maior. A alta foi de 56%, para 1,84 bilhão de toneladas.

Valor para floresta em pé – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008

Um dos setores com maior expectativa de avançar na reunião de Poznan é o de florestas, em torno do mecanismo conhecido como RED (redução das emissões por desmatamento). Há um consenso entre os especialistas em negociação climática internacional de que a redução do desmatamento será a principal contribuição de países em desenvolvimento, que ainda têm florestas, para a redução das emissões de gases-estufa. A atividade é responsável por cerca de 20% do carbono liberado na atmosfera em todo o mundo. No Brasil, essa cifra era de 75% no único inventário realizado no País, em 1994.

Após o assunto ter sido incluído no mapa de ação de Bali, na COP do ano passado, ele ganhou um grupo de trabalho próprio em uma das três reuniões realizadas neste ano pelos negociadores internacionais. Em agosto, em Acra (Gana), o líder do grupo, o diplomata brasileiro Luiz Alberto Figueiredo Machado, buscou intensificar as discussões e acredita ter obtido alguns avanços. O tema que ficou de fora do Protocolo de Kyoto deve aparecer no acordo que valerá depois de 2012, suportado muito provavelmente por algum mecanismo financeiro. A dúvida que permanece é se será dentro de um mercado de crédito de carbono ou de um fundo global com doações voluntárias que financiariam estratégias para a redução do desmatamento.

Desde Bali o Brasil defende essa segunda opção, por acreditar que a primeira pode gerar uma espécie de permissão para mais emissões. E já se antecipou às negociações globais e criou um fundo próprio, o Amazônia, que conta com doações de países estrangeiros para ajudar a cortar o desmate. Noruega foi o primeiro a aceitar a proposta e doou US\$ 1 bilhão dividido em parcelas até 2015. O Brasil só poderá usar esse dinheiro se mantiver o desmatamento abaixo da média ocorrida entre 1996 e 2005, que foi de 19.500 km².

“Acreditamos que mercado é uma coisa complicada, pois pressupõe troca. Com o crédito, ao não desmatar aqui, dá direito de alguém emitir mais em outro lugar. E não garante que alguma floresta não vai acabar sendo desmatada em outro país”, afirma Suzana Kahn Ribeiro, secretária de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente. Segundo ela, o Brasil continuará defendendo essa idéia para os demais países com floresta agora em Poznan.

Só que uma das críticas que esse tipo de financiamento recebe é justamente por não pressupor alguma troca. Quem investir no fundo ganha, claro, um planeta melhor, mas em momentos de crise, o retorno financeiro pode ser priorizado. “As doações podem apresentar um limite no longo prazo. E não dá para se pautar pela Noruega, não sabemos se outros países compartilham essa visão. Acredito que um mercado com créditos florestais é a única maneira de conseguir um processo de financiamento com sustentabilidade, porque dá algo em troca”, afirma Paulo Moutinho, coordenador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

Suzana discorda. Para ela, os países que vierem a investir no Fundo Amazônia tomarão essa atitude porque “têm muito a perder com as mudanças climáticas”, diz. “A contenção do desmatamento ajuda a evitar um mal maior. Os países sabem que um problema que traga sérias catástrofes não é bom pra ninguém. As mudanças climáticas vão trazer empobrecimento, acentuar as desigualdades, e isso pode representar perda de mercados.”

Segundo a secretária, a idéia não é só contar com o financiamento externo. “Estudamos outras soluções econômicas para a manutenção da floresta, como o pagamento por serviços ambientais, a valorização dos produtos extrativistas, além do aumento da fiscalização.”

Para completar, críticos do mercado apontam o temor de que a negociação de créditos de carbono florestal acabe inundando o mercado de carbono com um crédito muito barato - acredita-se que é mais caro tornar uma matriz energética limpa (ação que hoje rende créditos de carbono dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto pelo Protocolo de Kyoto) do que manter a floresta em pé. E a presença desses créditos poderia desestimular ações de descarbonização. Moutinho defende que uma solução é atrelar a entrada dos créditos ao aumento das metas de redução. Assim, se um país resolvesse comprar créditos de carbono florestal para compensar suas emissões, teria de assumir um compromisso maior. Figueiredo acredita que o incentivo à proteção de florestas acabará sendo mais amplo. “Provavelmente teremos vários mecanismos de financiamento.”

Para exorcizar o Protocolo de Kyoto - José Eli da Veiga – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008

O debate desencadeado pela Convenção do Clima (UNFCCC), adotada no Rio em 1992, foi inteiramente dominado por apenas dois dos três princípios fundamentais de justiça que precisam ser respeitados na construção de um regime internacional que venha mitigar o aquecimento global. Um é relativo ao passado, outro, ao presente, mas nenhum, ao futuro. De acordo com isso, o protocolo firmado cinco anos depois em Kyoto estabeleceu que a participação de cada país deva corresponder a sua responsabilidade histórica, e que os compromissos nacionais sejam proporcionais às respectivas capacidades. Isto é: quem começou a sujar é que deve limpar, e quem pode mais tem de fazer mais. Princípios necessários, porém insuficientes para que a temperatura global aumente menos de 2°C neste século.

Infelizmente ficou de fora o terceiro princípio, que se refere ao futuro: o da sustentabilidade. Esse cada vez mais badalado termo “sustentabilidade” pode ser definido de mil maneiras, mas qualquer uma delas evocará alguma preocupação com as condições de vida das próximas gerações. Ou ainda melhor - com o cuidado de se evitar que haja uma redução no número possível de gerações futuras em razão da aceleração do processo de extinção da espécie humana.

Agora, com a mudança climática, tudo se passa como se as atuais gerações estivessem em uma embarcação que está começando a afundar. Nada mais bizantino do que um grupo se obrigar a tapar os buracos que fez no casco, se outro ficar livre para continuar a fazer seus furos, mesmo que mais recentes ou menores.

É óbvio que foi um punhado de países do chamado primeiro mundo que provocou a saturação da atmosfera com gases-estufa. Também é claro que são os países com mais capacidade em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) os que têm melhores condições de contribuir para que o problema seja minorado.

Mas de pouco adiantará que metas de redução de emissões sejam assumidas por essa duplamente determinada primeira divisão, se houver uma segunda divisão que continue a entupir a atmosfera com o carbono de seu ainda mais sujo crescimento

econômico. Pior: a aumentar essas emissões em ritmo bem superior ao que normalmente se supõe.

São sempre lembrados os horríveis desempenhos de meia dúzia de emergentes: Coréia do Sul, China, Indonésia, Brasil, Índia e África do Sul. Mas estragos similares estão sendo feitos por mais 16 países da semi-periferia. Por isso, o mais sério desafio das negociações que levarão à reconstrução do regime climático em dezembro de 2009 é garantir que o terceiro princípio - da sustentabilidade - não seja mais uma vez desprezado. Todos os grandes emissores de gases-estufa precisarão assumir compromissos de autocontrole. E será necessário algum arranjo internacional capaz de constranger governos que eventualmente deixem de cumpri-los.

Todavia, não se pode ter a ilusão de que esses dois requisitos fundamentais para a mitigação do aquecimento global prevaleçam em confusas e turbulentas conversações entre as quase 200 nações signatárias da Convenção do Clima. Só um bom acordo prévio entre os países responsáveis pela maior parte das emissões poderá ter o dom de impedir que a cúpula de Copenhague, no ano que vem, seja um grande circo seguido de velório. Então, tudo dependerá dessa razoável instância de governança mundial que veio para ficar: o G-20.

As 19 nações que fazem parte do G-20 são responsáveis por bem mais de 80% das emissões. Um acordo entre elas já seria meio caminho andado, até porque o 20º participante é a União Européia. No entanto, também será necessário que esses países obtenham a adesão de mais uma dúzia de nações da semi-periferia, que já são grandes emissoras e que não estão no G-20. A saber: Irã, Nigéria, Congo, Tailândia, Filipinas, Argélia, Malásia, Venezuela, Tanzânia, Myanmar, Egito e Emirados Árabes Unidos. Desse bloco “G-20+dúzia” partiram 91% das emissões de 2004. E ele será responsável por quase todas as emissões quando começar a etapa pós-Kyoto, a partir de 2013.

A melhor proposta para os países da semi-periferia é a de “Aliança Tecnológica”, entendida como um benéfico esforço mútuo de troca e cooperação, que realmente supere a velha cantilena sobre “transferência de tecnologia”. Idéia que foi felizmente lançada em recente relatório da agência federal alemã para o meio ambiente, intitulado “Propostas de Contribuições das Economias Emergentes para o Regime Climático pós-2012 da UNFCCC”. E que reforçará a proposta da China à atual conferência das partes (COP-14), mesmo que só para marcar posição, pois o mais provável é que seja liminarmente rejeitada por razões de caráter burocrático.

Daí porque o melhor dos cenários para essa reunião de Poznan seria a emergência de duas dinâmicas paralelas. Primeiro, a montagem de uma coalizão com capacidade de garantir que a questão do aquecimento global esteja na pauta do histórico conclave do G-20 convocado para abril. Segundo, o início de séria articulação entre as outras 12 economias imundas com as quais o G-20 precisará construir uma inédita cooperação internacional em CT&I.

Tal cenário pode ser considerado exageradamente otimista neste início de recessões econômicas provocadas por uma das piores crises financeiras de que se tem notícia. A

previsão para 2009 é que pelo menos dez economias estarão no vermelho. Em ordem decrescente: Irlanda, Reino Unido, Espanha, Dinamarca, Itália, EUA, Cingapura, França, Suíça e Japão. Entretanto, grande parte das elites dirigentes desses dez países está percebendo com rapidez os diversos benefícios de uma mudança mais intensa das matrizes energéticas, pois isso estimulará nova revoada de inovações capazes de promover a próxima fase de expansão do capitalismo mundial.

Além disso, serão estratégicos investimentos bem escolhidos em pesquisas voltadas para a busca de soluções tecnológicas antiaquecimento. Não somente para a recuperação econômica. Principalmente para a segurança global, pois a distribuição geopolítica das principais fontes de energias fósseis torna inevitável a multiplicação de conflitos bélicos.

Não faltam motivos, portanto, para que se tenha alguma esperança de que o Protocolo de Kyoto seja exorcizado em 2009. E um papel de destaque nesse exorcismo poderia ser desempenhado pelo Brasil. Desde que suas elites dirigentes deixassem de querer leiloar a repressão aos desmatamentos e queimadas (que estão longe de ser apenas amazônicos) e simultaneamente passassem a orientar o sistema brasileiro de CT&I para a viabilização da futura economia de baixo carbono. Em suma: deixar de priorizar o espelho retrovisor na busca do caminho que poderá levar o País ao século 21.

*** José Eli da Veiga é professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP, pesquisador associado do Capability & Sustainability Centre da Universidade de Cambridge e co-autor do livro Desenvolvimento Sustentável: Que Bicho é Esse? (Autores Associados, 2008). Página na web: www.zeeli.pro.br**

Comunidade tradicional quer debater desmate evitado – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 05/12/2008

A eventual regulamentação de um mecanismo financeiro que possa render ganhos com o desmatamento evitado tem movimentado comunidades de povos tradicionais de florestas de várias partes do mundo, que pedem para participar do debate.

Índios e seringueiros do Brasil estão otimistas, achando que poderão lucrar se for feito algum pagamento por essa redução. Já povos dos demais países com cobertura amazônica prevêm um “desastre” se as emissões evitadas em florestas forem negociadas em um mercado de carbono. O temor é que, com a valorização do carbono florestal, as populações tradicionais acabem expulsas de suas terras por quem quer ganhar com esse novo comércio.

Esse medo é mais sentido nos países que, ao contrário do Brasil, não têm política de proteção de terras indígenas. Líderes florestais manifestaram, em um encontro em outubro em Barcelona (Espanha), acreditar que um mecanismo de redução das emissões por desmatamento (RED) pode acabar minando o direito à terra, que há anos vem sendo

reivindicado em nações como os demais países amazônicos, a República Democrática do Congo e a Indonésia.

“Já estamos enfrentando uma pressão crescente por causa das mudanças climáticas, dos conservacionistas que querem nos impedir de usar nossas terras na floresta para fins econômicos e das empresas que detêm concessões governamentais para extrair minério, água e biocombustíveis das terras que são nossas há gerações”, afirmou, no evento, Tony James, da Guiana, presidente da Associação dos Povos Ameríndios. “Cada vez mais se ouve falar a respeito do comércio de carbono, mas os povos indígenas não estão sendo incluídos nas discussões. Queremos saber: quem será o dono do carbono? Que impacto isso terá sobre nós?”, questionou.

A situação no Brasil, único país do mundo que tem uma lei que garante aos povos indígenas a manutenção de suas terras - e que tem reservas de desenvolvimento sustentável para povos extrativistas -, é bastante diferente. Aqui eles consideram que um mercado de carbono ou o Fundo Amazônia podem ser revertidos em investimentos nos próprios povos.

“Há anos já discutimos a necessidade de um sistema de beneficiamento, de um modelo de pagamento pelos serviços ambientais que prestamos”, afirma Manoel Cunha, presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, que se apresenta em Poznan na semana que vem em um evento paralelo à conferência principal. “Vivemos da floresta, conservando essa floresta, por que não sermos recompensados por isso?”

Ele acompanha o tema desde a COP em Bali e acredita que a inclusão de florestas no debate foi um avanço. “Pelo Protocolo de Kyoto, só recebe quem plantou (vendendo créditos por reflorestamento, por exemplo), mas não quem evitou o desmate. Conseguimos incluir e já foi um ganho. Em Poznan, queremos fortalecer as bases desse mecanismo. Ele vem ao encontro das nossas necessidades, é parecido com a gente.”

Agora, se isso vai vir por meio de um mercado ou de um fundo, ele já não sabe. Só defende que o investimento seja vinculado à melhoria do processo produtivo dos extrativistas. “Se recebemos uma simples bolsa, pode incentivar um comodismo. Se investir na produção, ficaremos motivados a manter aquela atividade”, diz.

Stephanes e Minc trocam acusações sobre desmatamento – Folha de São Paulo – Afra Balazina - Brasil – 05/12/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, defendeu ontem sua proposta para alterar o Código Florestal, disse que nunca foi favorável ao desmatamento ilegal e chamou o Ministério do Meio Ambiente de "incompetente" no combate à destruição da floresta.

A proposta, apresentada na terça-feira, inclui uma anistia para quem desmatou as áreas de preservação permanente (APPs) e plantou nesses locais até 31 de julho de 2007. APPs são topos de morro, margens de rios e encostas -áreas que não podem ser ocupadas e

precisam ser recuperadas. Segundo Stephanes, é preciso manter a agricultura "em topo de morro, serra e várzea em áreas já consolidadas, onde as pessoas estão produzindo há 50 ou há 100 anos".

Para ele, se o código for mantido como está, "toda a produção de uva do Rio Grande [do Sul], de fruta de Santa Catarina e metade do café de Minas Gerais estariam proibidos". "Isso tem de ser corrigido ou vamos efetivamente assumir publicamente que a metade do café de Minas tem de ser erradicado."

O ministro enfatizou, porém, que nunca defendeu o desmatamento. "Se alguém derruba ilegalmente a madeira, ponha-se na cadeia. Isso não é problema meu. Isso é problema de incompetência do Ministério do Meio Ambiente, que não consegue colocar na cadeia os caras que derrubam madeira." Após sua proposta receber críticas de ambientalistas, o ministro também respondeu a eles: "Ambientalistas não plantam. Eles comem, poluem".

"Descompensado" - O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) afirmou que sua pasta não tem competência para prender, mas "multa, embarga e ajuíza ações". "Me custa crer que uma pessoa com a experiência dele tenha feito um comentário tão injusto. Mas vou relevar. Concedo perdão não aos desmatadores, mas ao ministro temporariamente descompensado."

Minc disse que enviou ontem a Stephanes uma lista de 12 propostas para recomeçar o diálogo no sentido de reformar o Código Florestal, de 1965. Nove ONGs, entre elas a Amigos da Terra Amazônia Brasileira, o Greenpeace e o Ipam, afirmaram que irão se retirar da negociação. "A proposta (...) é uma verdadeira bomba-relógio para fomentar novas situações como aquelas de Santa Catarina, legalizando e incentivando a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis", dizem em nota.

Maggi ataca Incra e defende motosserra movida a etanol – Sítio Eletrônico do MST – 05/12/2008

O que é chamado de trabalho escravo, na maioria das vezes, não passa de pequenas irregularidades trabalhistas. Uma prova de que a questão indígena está sendo bem conduzida é o aumento da população de índios. E a demora da regularização fundiária é um problema causado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que "está ocupado pelo Partido dos Trabalhadores [PT]". Esse foi o retrato do Brasil apresentado pelo governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, em evento realizado na capital norte-americana, nesta terça-feira (2).

A palestra do governador sobre desenvolvimento e conservação ambiental foi organizada pelo Instituto Cato - organização não-governamental (ONG) destinada a promover a "liberdade individual, os mercados livres e a paz". Ele esteve em Washington depois de participar de um encontro sobre aquecimento global convocado pelo governador da Califórnia e ex-astro de filmes de ação de Hollywood, Arnold Schwarzenegger.

Diante de uma platéia com cerca de 15 ouvintes mais interessados nos recortes de produtividade mato-grossenses e nos benefícios do livre comércio, Blairo Maggi classificou como "uma honoraria" o troféu "Motosserra de Ouro" que recebeu dos ambientalistas do Greenpeace. "Digo, no bom humor, que vou me esforçar para que, assim como nossos tratores e aviões agrícolas, as motosserras também passem a ser movidas a etanol".

O governador, que já foi chamado de "Rei da Soja", mostrou estar à vontade para expor sua interpretação particular de preservação ambiental. Para ele, o governo deu "um grande passo" na contenção do desmatamento ao aceitar discutir metas, como parte de medidas mais flexíveis, com projeção para o futuro. Blairo é um dos principais opositores de ações mais duras como a Resolução 3.545 do CMN (Conselho Monetário Nacional), que exige documentação relativa à titularidade da terra e à regularidade ambiental para o desembolso de financiamentos de instituições bancárias a produtores rurais com propriedades situadas no bioma amazônico.

O ministro chefe da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), Roberto Mangabeira Unger, mereceu elogios do político. Trata-se de "um grande entendedor da Amazônia", definiu o governador do Mato Grosso. O único setor do governo federal criticado foi o Incra. Segundo ele, o processo de legalização das terras na Amazônia tem sido lento porque o órgão responsável pela tarefa foi ocupado por membros do PT. O Incra, acusa Blairo, resiste em aceitar decisões de administrações passadas e em reconhecer os títulos de pequenos proprietários concedidos na época da colonização da Amazônia.

Blairo Maggi também aproveitou a sua apresentação de 18min para cobrar a participação dos países ricos na preservação ambiental. "Uma das principais propostas construídas em Los Angeles é a compensação financeira para que os proprietários não desmatem a floresta. Os quatro governadores brasileiros e os governadores da Indonésia que participaram do encontro concordaram em lutar para levar essa proposta a diante", disse. Também participaram do evento na Califórnia a governadora Ana Júlia Careppa, do Pará, Eduardo Braga, do Amazonas e Antônio Waldez Goes, do Amapá, e representantes do México, China, Indonésia, Canadá, Inglaterra e Índia.

Ao falar sobre o papel do seu governo em outras questões ligadas à sustentabilidade como a exploração do crime de trabalho escravo, o entusiasmo do político não foi o mesmo. "Que esse tipo de exploração existe no Brasil, existe. Quanto ao fato de o Estado do Mato Grosso estar entre os que mais fazem uso desse tipo de mão-de-obra no país, estamos trabalhando em parceria com o governo federal e com a OIT para mudar isso."

O governador fez questão de dizer que tanto o Estado do Mato Grosso quanto o Grupo Amaggi - grande grupo que produz e comercializa soja de propriedade de sua família - são signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, iniciativa que reúne empresas comprometidas em cortar relações econômicas com agentes flagrados explorando mão-de-obra escrava. Na verdade, a empresa da família do governador é signatária, mas o Pacto Nacional não se destina à incorporação de governos.

Na hora de explicar o trabalho escravo no Brasil, contudo, ele disse o que realmente pensa. "O trabalho na agricultura é sazonal. Se o proprietário de uma fazenda tiver funcionários sem carteira assinada, nem que seja no cumprimento de uma tarefa de um dia, e um fiscal do Ministério do Trabalho passar, pode enquadrar o fazendeiro como explorador de mão-de-obra escrava por isso. Na verdade, é isso que existe no Brasil, mão-de-obra análoga à escravidão, que é isso, irregularidade trabalhista".

Inpe registra 541 km² de desmate da floresta amazônica no mês de outubro – Giovana Girardi – Estado de São Paulo – Vida & - 06/12/2008

O desmatamento na Amazônia atingiu 541 km² no mês de outubro, de acordo com dados do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que vê o desmate em tempo real. O índice é 8% inferior ao registrado em setembro, quando foram derrubados 587 km², porém 8,59% maior que o mesmo período do ano passado. Foram registrados 233 km² no MT e 218 km² no PA.

A novidade é que a partir de agora a divulgação dos dados do Deter deixa de ser mensal e volta em um relatório trimestral só em fevereiro. Isso será feito porque nos meses de novembro, dezembro e janeiro os Estados da Amazônia ficam pesadamente cobertos de nuvens, o que prejudica a visualização do desmatamento e da degradação por parte do satélite.

Por causa disso, a taxa de desmatamento pode parecer pior ou melhor em um Estado que em outro, quando na verdade só não está sendo integralmente observada. “Com um relatório trimestral teremos uma média melhor para dizer como está sendo a evolução em cada lugar. A informação será mais equilibrada”, explica Gilberto Câmara, diretor do Inpe. Mas mesmo sem os relatórios, alertas de desmatamento continuarão sendo enviados de 15 em 15 dias para o Ibama.

Isso já funcionava assim nos anos anteriores, mas o Inpe passou a divulgar os dados mensalmente no período chuvoso porque no último semestre de 2007 o desmatamento voltou a crescer, chegando a um pico em dezembro. Segundo Câmara, o ano passado foi atipicamente seco nesse período, o que possibilitou mais queimadas e propiciou o desmate. Para este ano, no entanto, a previsão é de normalidade de chuvas, o que deve tornar o processo de desmate mais difícil. “A indicação que temos é de um comportamento mais tranquilo, de modo que poderemos fazer o relatório com calma. Mas se sentirmos que haverá aumento, divulgaremos o alerta na hora.”

Amazônia Legal tem 22% de cidades em terras da União – Eduardo Scolese - Folha de São Paulo – Brasil - 06/12/2008

Levantamento recém-concluído pelo governo federal revela que 22% dos 769 municípios da Amazônia Legal têm a zona urbana construída em terras da União -o que provoca transtornos e prejuízos às administrações municipais. Sem as escrituras de posse, essas 172 prefeituras enfrentam dificuldades para arrecadar impostos e receber recursos federais.

O governo promete reverter essa situação a curto prazo com uma regularização fundiária sob a responsabilidade do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A ação é uma prioridade para o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger.

Prefeito da rondoniana Nova União, Luiz Gomes Furtado (PR) diz que a falta da documentação dificulta a assinatura de convênios com a União: "Sem a escritura não tem convênio. Há recursos do PAC disponíveis para saneamento, mas não posso efetivar o convênio".

José Macedo (DEM), prefeito de Guarantã do Norte (MT), reclama dos prejuízos na arrecadação de impostos: "Claro que deixamos de arrecadar".

A Amazônia Legal é integrada por 769 municípios nos Estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Segundo o Incra, 436 (56%) estão cobertos em algum ponto por terras federais. Em 172 isso ocorre na zona urbana.

"O objetivo é o reordenamento territorial. Dizer o que é urbano e o que é rural e tirar da ilegalidade as pequenas e médias cidades. Vamos transferir para os municípios essas léguas patrimoniais que ainda estão em nome do Incra", diz o presidente do órgão, Rolf Hackbart.

Quando a zona urbana está sobre terras federais, o morador não possui o registro de posse da propriedade, enquanto o prefeito não consegue legalizar lotes urbanos e tem dificuldades para acessar recursos da União para a construção de escolas e postos de saúde.

"Aqui o comércio não pode crescer. Eles [proprietários] não têm documento de posse dos estabelecimentos e, por isso, não conseguem crédito nos bancos", diz o prefeito Nelson Baumgratz (PR), de Novo Mundo (MT): "Aqui a gente cobra IPTU, mas, se fosse seguir a legalidade, não poderia. É como se fosse uma taxa de lixo, de limpeza, mas falta a legalidade para essa cobrança".

A cidade "não tem cartório civil nem de imóveis. Como não tem escritura para fazer, não tem sentido que tenha cartório", afirma.

O Incra não quantificou o número total de áreas nessas condições, mas as maiores manchas estão no Amazonas e no Pará. Em quantidade menor, mas significativa, estão Roraima, Amapá e Rondônia.

Para requerer a área, a prefeitura é obrigada a acionar a Justiça, com processos que podem levar até dez anos. O governo quer desburocratizar a legislação para que a União possa doar a terra ao município. Projeto de lei será enviado ao Congresso.

Projeto autoriza doação de terras públicas a cidades – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 06/12/2008

Um projeto de lei que autoriza o governo federal a doar aos municípios essas porções de terras públicas da Amazônia Legal está pronto para ser enviado ao Congresso Nacional.

A **Folha** teve acesso ao texto. Ele aponta a doação dessas áreas "para fins de regularização de área urbana consolidada ou para expansão urbana", a depender do interesse das administrações municipais. O governo federal avalia que não terá problemas para aprová-lo na Câmara e no Senado.

De acordo com o projeto de lei, serão consideradas áreas urbanas consolidadas aquelas que apresentem "sistema viário implantado", assim como "densidade ocupacional característica". Já as chamadas áreas de "expansão urbana" são aquelas já definidas no Plano Diretor do Município.

O projeto prevê ainda que terá de ser submetida à aprovação do Congresso a transferência a um mesmo município de terras que, se somadas, ultrapassarem 2.500 hectares. (ES)

Amazônia não é parque da Europa, diz Jobim – Sérgio D'Ávila – Folha de São Paulo – Brasil – 06/12/2008

A Amazônia não é parque de europeus, e colocá-la sob a agenda estrangeira pode empurrar para a ilegalidade 20 milhões de brasileiros que vivem ali. A afirmação é do ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, e foi feita ontem, durante evento em Washington sobre o futuro das relações Brasil-EUA sob Barack Obama.

"Não há que se pensar que nós podemos preservar a Amazônia para o deleite de europeus que desejam ver e fazer uma espécie de parque de árvores para as suas visitas de fim-de-semana ou para passeio deliciado com seus netos", afirmou o brasileiro, depois de dizer que tinha jogado fora o discurso preparado por sua assessoria e falaria de improviso.

Para Jobim, a região tem uma agenda ecológica produzida fora do país. "Isso nos coloca naquele conflito radicalizado", em que "os preservacionistas absolutos acabam empurrando uma população de mais de 20 milhões de pessoas para a ilegalidade". Jobim participava de mesa com Thomas Pickering, ex-vice-secretário de Estado.

Ele passou os dois últimos dias em encontros com o secretário da Defesa norte-americano, Robert Gates, e o futuro conselheiro de Segurança Nacional de Barack Obama, o general reformado James Jones. Os EUA estão interessados na compra que o Brasil fará de caças para a Força Aérea Brasileira, em que a Boeing norte-americana é uma das finalistas.

"O Brasil sabe claramente que a floresta amazônica é uma necessidade e um benefício do mundo, e o Brasil sabe que compete a ele preservar esse espaço a bem do mundo e próprio, mas é ele que vai preservar, numa política definida por ele", disse.

Para conseguir isso, disse o ministro, "temos de ter a capacidade de dizer não. E para fazer isso precisamos ter a capacidade dissuasória de Defesa". Esse era, afirmou, um dos motivos de sua viagem. "Essa é a razão que dissemos com clareza ao Robert Gates".

Segundo o ministro, os EUA têm interesse em participar da renovação da FAB, mas é reticente em transferir tecnologia de seus armamentos. "Se essa resposta não for dada, a conversa não continua", disse Jobim.

No fim, sobrou ataque para o Itamaraty. Aos diplomatas Jobim disse que deixaria a definição da parceria com os EUA, "seja o nome que quiserem dar". "Isso os nossos companheiros do Itamaraty saberão tratar, porque em advérbio de modo e adjetivo eles são de uma competência absoluta".

Desmatamento na Amazônia caiu em outubro, aponta Inpe – Folha de São Paulo – Brasil - 06/12/2008

O sistema de alerta do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) apontou um total de 540 km² de áreas em processo de desmatamento na Amazônia em outubro deste ano, o que equivale a dois territórios do Estado de Tocantins.

O número é menor do que o observado no mês de setembro, quando foram 587 km². No mês de outubro do ano passado, foram 498 km².

Os dados são do sistema Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real), que mapeia tanto áreas de corte raso (totalmente desmatadas) como aquelas que estão em processo de degradação florestal.

Segundo o Inpe, é importante mapear a degradação, já que o desmatamento não é um evento, mas um processo. A conversão de floresta em área totalmente desmatada pode levar de alguns meses até vários anos para ser concluída.

De acordo com o relatório, os Estados que mais tiveram alertas de desmatamento no mês de outubro foram Mato Grosso (232,8 km²) e Pará (218,2 km²). Entre as cidades, aparecem na liderança Altamira (73,5 km²), Itaituba (52,9 km²) e Tucuma (44,5 km²), todas no Pará.

Ao citar os dados do Deter na semana passada, o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) afirmou que houve uma retomada do viés de baixa no desmatamento da Amazônia. Segundo ele, o acumulado de cinco meses do Deter, entre junho e outubro de 2008, caiu 23% em relação aos mesmos meses do ano anterior.

Os dados do Deter são divulgados mensalmente. Porém, por conta da grande intensidade de nuvens de novembro a janeiro na região, o Inpe só voltará a divulgar os números em fevereiro.

Carbono de floresta põe ONGs em choque – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Ciência - 06/12/2008

Bonecos representando signatários de um manifesto pelo clima espalhados por Poznan, sede de reunião das Nações Unidas sobre o tema; cada um representa 10 mil assinaturas - Dois documentos publicados nos últimos dias colocaram lenha na fogueira da discussão sobre o futuro das florestas, com visões muito diferentes sobre a tática de utilizar compensações financeiras para combater o desmatamento, conhecida como Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, na sigla em inglês).

A discussão é central no debate sobre o aquecimento global porque as mudanças no uso da terra -principalmente o desmatamento tropical- respondem por 20% da emissão anual global de gases-estufa.

De um lado, o grupo ambientalista internacional Amigos da Terra afirma que o Redd não só não cumpre o seu objetivo como pode acabar por ter o efeito contrário, piorando as coisas. De outro, o Global Canopy Programme afirma que a tática é o modo mais eficiente

de proteger as florestas.

O Redd é uma das principais propostas para conter o aquecimento global e faz parte das discussões em curso até a próxima semana em Poznan, Polônia, para definir o regime de proteção ao clima após 2012, quando o Protocolo de Kyoto expira. Ontem foi o Dia das Florestas em Poznan.

Uma das propostas para o mecanismo prevê que países ricos comprem créditos de carbono gerados pela manutenção das florestas em pé. O dinheiro serviria para incentivar desmatadores a abandonarem suas atividades; os créditos poderiam ser usados para compensar, em parte, a emissão de gás carbônico por queima de combustíveis fósseis países ricos.

Num relatório divulgado na semana passada, a Amigos da Terra diz que o mercado de carbono de florestas prejudica as comunidades locais, incentiva a corrupção nos países mais pobres, premia os poluidores e não barra as emissões.

O problema é que os países desenvolvidos continuariam a poluir e a consumir, com uma preocupação menor em diminuir suas emissões. "Os países ricos querem comprar sua rota para escapar de parar de poluir", disse um dos autores do relatório, Joseph Zacune.

A iniciativa também acabaria por beneficiar os desmatadores, porque o valor seria pago com base no que essas atividades lucrariam se continuassem a destruir as florestas, incentivando um aumento antes da proibição. Além disso, nações que desmatam mais acabam sendo mais ajudadas do que aquelas que fazem o seu dever e conservam suas florestas.

A visão é combatida por Andrew W. Mitchell, diretor e fundador do Global Canopy Programme, editor de um "Little Redd Book" sobre o tema. "Trabalho com conservação há 35 anos e tudo o que tentamos até agora não funcionou. Estamos perdendo 13 milhões de hectares de florestas por ano. Acabar com isso é difícil e caro, deve custar entre US\$ 20 bilhões e US\$ 30 bilhões por ano. Esse dinheiro não vai surgir da filantropia."

Segundo ele, o Redd nem foi definido ainda, já que o modelo final só será decidido no ano que vem, então as críticas de que premia quem desmata mais são precipitadas. Sobre a "fuga" dos países ricos, ele diz que uma coisa não exclui a outra. "Existe uma consciência nos países desenvolvidos de que não é "ou", mas sim "e", diz.

"A razão por que as árvores caem é porque as florestas valem mais mortas do que vivas. O serviço que elas produzem não é reconhecido pelos governos nem pelo mercado, então elas têm de ser convertidas em alguma outra coisa que valha dinheiro", afirma Mitchell.

Brasil - O governo do Brasil é contra usar florestas para gerar créditos de carbono, e propõe que o Redd seja alimentado por doações voluntárias.

Governos estaduais, no entanto, são favoráveis ao mercado. O do Amazonas assinou neste ano um acordo com a rede de hotéis Marriott para compensar emissões usando a conservação de uma unidade de conservação estadual. No mês passado, o governador Eduardo Braga assinou um acordo com seu colega Arnold Schwarzenegger, da Califórnia, que abre a possibilidade de investimentos californianos em Redd no Amazonas. "A posição do governo brasileiro contra a iniciativa é positiva, mas existe uma preocupação muito

grande com a política de "saldo de desmatamento", em que a derrubada de uma parte da floresta é compensada com a conservação ou a expansão de uma outra", diz Zacune.

Já Mitchell diz que o Brasil precisa e deve fazer parte dele. "Ninguém paga o país pelo serviço que ele presta ao mundo, de conservar as florestas e evitar a emissão de gás carbônico. A perda de capital natural é enorme para o mundo."

ONU FAZ ATLAS DE FLORESTAS RELEVANTES – Folha de São Paulo – Ciência – 06/12/2008

Um atlas da ONU divulgado em Poznan (Polônia) aponta florestas que, se protegidas, beneficiam tanto o clima global quanto a preservação de espécies raras. Ele mostra a sobreposição de áreas altamente biodiversas e de grande estoque de carbono. Entre elas estão regiões da Amazônia, de Madagascar, do Congo e das Filipinas. Segundo o atlas (www.unep.org/pdf/carbon_biodiversity.pdf), se o mundo quiser salvar anfíbios e aves raras, por exemplo, deve proteger as matas da Amazônia Equatoriana.

Idiotia ruralista – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência - 07/12/2008

Idiotia é uma forma de retardo grave. Com alguma licença, o termo pode ser aplicado à mais recente manobra do Ministério da Agricultura, em conluio com a Frente Parlamentar da Agropecuária (vulgo bancada ruralista do Congresso Nacional), para desfigurar o Código Florestal. Por qualquer ângulo que se considere, ela é atrasada e retrógrada.

A proposta foi vazada por ONGs que participaram de duas reuniões de um grupo de trabalho composto pelas pastas da Agricultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. Já não participam mais.

Os ambientalistas retiraram-se em protesto contra uma sugestão de mudança que faz o debate sobre a mudança do Código Florestal recuar sete anos, à proposta de reforma do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). Seu projeto baixava de 80% para 50% a reserva legal de propriedades que tivessem derrubado floresta tropical na Amazônia, e de 35% para 20% as áreas de cerrado na mesma região.

Em 2001, quando esse projeto foi aprovado em comissão mista do Congresso, houve um enorme protesto. A reforma do código não prosperou. Agora se levanta do túmulo. A nova investida ruralista, chancelada ao que parece pelo ministro Reinhold Stephanes, ressuscita o projeto Micheletto. Se não o corpo, por certo seu espírito. Um espírito chantageador, que acusa o Código Florestal de inviabilizar a agricultura nacional, embora esta tenha prosperado como nunca durante sua vigência.

Propõe-se ali, por exemplo, uma anistia para todas as áreas de preservação permanente (APPs, coisas como margens de corpos d'água e topos de morro) ocupadas irregularmente antes de 31 de julho de 2007. Em outras palavras, a velha política brasileira

de premiar quem descumpre a lei.

Há mais, porém. A redução da reserva legal a até 50% (floresta amazônica) e até 20% (áreas de cerrado na Amazônia) reviveria à sombra do zoneamento ecológico-econômico. Onde ele fosse feito, os governos estaduais teriam a prerrogativa de instituir percentuais menores que 80% e 35%, respectivamente.

Para usar uma metáfora bem rural, seria pôr a raposa para cuidar do galinheiro. Para usar outra, seria abrir a porteira -pela qual passariam então a boiada e bancada do desmatamento, sem aperto nem afobação.

Espantoso é o momento escolhido para ventilar o retrocesso. Na mesma semana, o governo federal anunciou o compromisso de reduzir o desmatamento em 40%, até 2010, e em mais 60%, até 2017, chegando a 5.000 km² anuais (contra 19.500 km² na média anual do período 1996-2005 e 11.900 km², agora).

Divulgou, também, um aumento de 4% na taxa de desmatamento amazônico de 2007/2008 em relação a 2006/2007. Interrompeu-se, assim, a série de três quedas anuais sucessivas. Ainda assim, era algo a comemorar com moderação, pois no final de 2007 havia expectativa de que fosse bem maior, de uns 40%.

Pior, a proposta ruralista-ministerial veio à luz na semana em que começou em Poznan (Polônia) a reunião de negociação internacional sobre mudança climática. O governo brasileiro tinha para exibir ali o trunfo da adoção de metas quantitativas de combate ao aquecimento global, reduzindo sua principal fonte de emissões de carbono (desmatamento).

O aval de Stephanes à proposta arrasadora, se confirmada, sinaliza o seguinte para eventuais doadores internacionais ao Fundo Amazônia: nossas metas não devem ser levadas a sério.

**MARCELO LEITE é autor dos livros "Ciência - Use com Cuidado" (Editora da Unicamp, 2008) e "Brasil, Paisagens Naturais - Espaço, Sociedade e Biodiversidade nos Grandes Biomas Brasileiros" (Editora Ática, 2007).*

Decreto restringe entrada de ONGs e missionários em terras indígenas – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008

Um decreto à espera da assinatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva criará restrições para a entrada de pesquisadores, missionários e organizações não-governamentais em terras indígenas. O texto obriga os religiosos, cientistas e ONGs a submeterem seus projetos à prévia análise do Ministério da Justiça. Se a reserva estiver próxima à faixa de fronteira ou na Amazônia Legal, a autorização dependerá ainda da avaliação do Ministério da Defesa e do Conselho de Defesa Nacional.

O decreto é parte da estratégia do governo para controlar a ação das organizações não-governamentais e coibir a biopirataria e a exploração ilegal de recursos no Brasil, especialmente por estrangeiros. O documento chegou à Casa Civil uma semana antes do

juízo da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol (RR) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), marcado para a próxima quarta-feira.

O texto obriga que pessoas físicas e jurídicas que queiram desenvolver atividades nas reservas entreguem ao Ministério da Justiça um plano de trabalho que especifique o objetivo do projeto, o prazo necessário para sua execução, as estimativas de gastos e as fontes de financiamento. Além disso, as ONGs precisam ter cadastro no Ministério da Justiça.

Caso o pesquisador seja estrangeiro, precisará de visto específico e deverá indicar o percurso a ser feito na terra indígena e as datas previstas para o início e término dos estudos. Ele não poderá, portanto, valer-se do visto de turista para entrar na reserva.

No caso de ONG estrangeira, os responsáveis deverão apresentar o comprovante de autorização para funcionamento no Brasil e certidão de regularidade emitida pelo ministério.

A licença para entrar na reserva será cancelada se o objeto do estudo for alterado sem a autorização do Ministério da Justiça. Os pesquisadores deverão, nesta hipótese, deixar imediatamente a região. O estrangeiro poderá ser deportado se não tiver visto específico para a atividade que for desenvolver.

O pesquisador, missionário ou ONG que estiver em terra indígena quando o decreto for publicado terá 180 dias para pedir autorização do Ministério da Justiça, preenchendo todos os requisitos previstos no texto.

FISCALIZAÇÃO - Atualmente, a entrada em terras indígenas é regulada por uma portaria da Fundação Nacional do Índio (Funai), destinada a proteger especificamente direitos sobre “as manifestações, reproduções e criações estéticas, artísticas, literárias e científicas” dos índios.

Porém, por falta de estrutura e fiscalização, missionários ou pesquisadores podem burlar essa barreira. “Hoje o controle, quando feito, acaba sendo muito frouxo. Além do que, não há qualquer acompanhamento da atividade de quem entra na reserva”, afirmou o secretário de Assuntos Legislativos do ministério, Pedro Abramovay.

Em alguns casos, índios que pouco tiveram contato com o homem branco são abordados por religiosos interessados em catequizá-los. Depois de feita a aproximação, o processo para a retirada desses missionários das aldeias torna-se complicado, até porque os índios acabam aderindo à religião.

A edição do decreto é a segunda iniciativa do governo no controle, especialmente, das ONGs estrangeiras. A primeira foi obrigá-las a renovar o registro no Cadastro Nacional de Entidades (CNEs), da Secretaria Nacional de Justiça.

Para garantir o respeito a essas regras, admitem integrantes do governo, é preciso, além da legislação, estabelecer a presença do Estado com o aumento da fiscalização nas terras indígenas.

AS REGRAS - O que diz o texto do decreto - O decreto vale para pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que queiram desenvolver atividades nas reservas indígenas

O texto exclui as organizações dirigidas exclusivamente por índios ou comunidades indígenas sem vínculo com pessoas jurídicas

Para entrar na reserva e desenvolver as atividades será necessária autorização do Ministério da Justiça

Se a terra estiver na Amazônia Legal ou na faixa de fronteira, a autorização dependerá da Defesa e do Conselho de Segurança

Deverão constar nos pedidos de autorização o plano de trabalho, estimativa de gastos e indicação das fontes de financiamento

No caso de estrangeiros, será preciso ainda indicar o percurso a ser feito na região e as datas para início e término do trabalho

O estrangeiro precisará de visto de pesquisador para desenvolver suas atividades em terras indígenas

As ONGs precisam estar cadastradas no Ministério da Justiça e devem apresentar anualmente a Certidão de Regularidade

Se a ONG for estrangeira, precisará ainda apresentar comprovante de autorização para funcionamento no País

Quem estiver trabalhando em terra indígena na data em que o decreto entrar em vigor terá 180 dias para solicitar a autorização

O estrangeiro que exercer as atividades indicadas no decreto com visto de turista poderá ser deportado

A autorização para ingresso na terra indígena terá prazo determinado e o pedido de prorrogação precisa do aval do ministério

Se houver desvio de atividade durante o trabalho, a autorização da ONG para funcionar no País poderá ser cassada

Tema mobiliza militares – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008

As iniciativas do governo federal para ter maior controle sobre as organizações não-governamentais que atuam na Amazônia são uma espécie de resposta às críticas dos meios militares. Elas começaram a ser anunciadas em abril, logo após o comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno Ribeiro Pena, ter dito durante uma palestra que a política indigenista praticada no País é “lamentável, para não dizer caótica”.

Segundo o general, que é contrário à demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol em área contínua, como determinou o presidente da República, existem ONGs internacionais que estimulam os índios a lutar pela divisão do território nacional.

Dias depois, o ministro da Justiça, Tarso Genro, admitiu a existência de ONGs que “escondem interesses relacionados à biopirataria e à tentativa de influência na cultura indígena, para apropriação velada de determinadas regiões”.

'Cientista não é nosso inimigo' , diz Minc – Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 08/12/2008

A proposta inicial do governo era controlar o ingresso de pesquisadores e ONGs nas unidades de conservação, em especial na Amazônia. Porém, foi obrigado a recuar diante da resistência do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de acordo com relatos de assessores do Palácio do Planalto.

Em entrevista ao Estado, o ministro confirmou ser contrário à edição de um decreto para controlar a entrada das organizações em unidades de conservação e disse que o ministério está recadastrando as ONGs que atuam no setor como forma de evitar a biopirataria e o desmatamento.

“No cadastro, estamos tirando as ONGs ecopicaretas. Se tem safadeza na economia, na política, em tudo que é lado, por que não imaginar que tem ecopicaretagem no meio ambiente? É claro que tem. Por isso, estamos refazendo o cadastro. Mas não vejo que tenhamos de fazer um decreto para dizer como deve ser o acesso das ONGs nas unidades de conservação. Temos norma para o turista, o cientista, o seringueiro e várias coisas.”

Minc defende o acesso de pesquisadores. Para ele, o aumento das pesquisas é uma forma de proteger o meio ambiente. “Consideramos que o cientista não é nosso inimigo. Considerar que todo cientista é um biopirata é um atraso, até porque você pode usar a ciência dele para conhecer melhor. Quem conhece melhor, mais defende”, disse o ministro do Meio Ambiente. “Essa tese de que a unidade deve ser uma fortaleza está ultrapassada. Minha tese é a seguinte: a melhor defesa não é o não-uso; a melhor defesa é o bom uso.”

EM 2001 , quando o Congresso Nacional estava para alterar o Código Florestal, reduzindo a reserva legal (área de proibição de desmate em cada propriedade rural) na Amazônia, 287 entidades da sociedade civil lançaram na internet a campanha SOS Florestas, para pressionar contra a medida.

O provedor do Senado Federal entrou em colapso: num único final de semana, meu endereço eletrônico recebeu 35 mil mensagens.

O mesmo aconteceu com todos os deputados e senadores. Outra avalanche de e-mails chegou ao Palácio do Planalto. Na comissão, os ruralistas ganharam por 13 a 2 (Fernando Gabeira e eu), porém, antes da votação final em plenário, a pressão foi vitoriosa. O presidente Fernando Henrique, respaldado pela sociedade, retirou o projeto que continha a proposta.

Agora, tenta-se uma espécie de "liberou geral", na contramão do combate ao desmatamento. Proposta apresentada pelo ministro da Agricultura quer reduzir a reserva legal na Amazônia, anistiar desmatadores de áreas de preservação permanente -como topos de morros, encostas e margens de rios- e transformar o zoneamento ecológico-econômico obrigatório em mera peça de "orientação". Também dispensa transgressores de recuperar áreas degradadas e os habilita a receber financiamentos hoje vedados na Amazônia.

Não bastasse, o ministro Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) propõe regularização fundiária dissociada do zoneamento e com alto risco de legalizar terras públicas griladas.

Não sobrou nem o bom senso. O mundo enfrenta mudanças climáticas severas; entre nós, Santa Catarina tenta emergir de um desastre provocado, em grande medida, pela imprevidência ambiental, mas o mau senso quer premiar a ilegalidade. É total a contradição com planos do governo (mudanças climáticas, combate ao desmatamento, Amazônia sustentável) e com o discurso do Brasil na conferência de mudança do clima, no qual acertadamente assume metas de redução do desmatamento.

ONGs que participavam de grupo de trabalho informal com os ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e a Frente Parlamentar Ruralista comunicaram a decisão de deixar as discussões. Vêm a proposta do ministro como bomba-relógio para novos casos como o de SC, ao incentivar, na prática, a ocupação de áreas de risco.

O que fazer? A sociedade brasileira não pode permitir tal retrocesso. De várias formas, ela já demonstrou ser sensível à proteção ambiental. Um exemplo são os 41 milhões de protestos contra desmatamentos e queimadas na Amazônia no site Globo Amazônia em apenas três meses de funcionamento. Que essa força se mostre, porque o momento é grave. *contatomarinasilva@uol.com.br

Reunião do clima na Polônia entra em semana decisiva sem avanços – Folha de São Paulo – Ciência - 08/12/2008

A conferência do clima da ONU (Organização das Nações Unidas), que está sendo realizada em Poznan, na Polônia, entra na última semana sem nenhum avanço significativo.

Nas palavras do embaixador francês para o clima, Brice Lalonde, "estamos em um momento complicado". Para o diplomata europeu, além dos problemas políticos de sempre, que travam o debate sobre a redução das emissões dos gases do efeito estufa, existe agora a crise financeira.

"Todo mundo sabe que haverá menos dinheiro sobre a mesa para os próximos anos", disse Lalonde, na Polônia.

No cenário político, os dois principais obstáculos para um acordo climático promissor podem ser localizados nos próprios países ricos. A Europa assiste a discussões intermináveis pela montagem do seu próprio plano de mudança climática. Nos Estados Unidos, o governo eleito de Barack Obama, que tem feito muitas declarações de apoio às questões ambientais, não vai funcionar antes da posse em 20 de janeiro.

"Se nos falta impulso em Poznan, será muito difícil encontrá-lo durante o caminho que está a nossa frente", disse um delegado europeu que também participa das negociações diplomáticas na Polônia.

Quase 10 mil delegados de 150 países, inclusive do Brasil, estão na Polônia. A semana decisiva da conferência terá seu ponto alto depois de amanhã. É o dia marcado para que os ministros de meio ambiente dos países participantes da reunião desembarquem em Poznan. **Com Associated Press*

BRASIL APROVA NOVAS PROPOSTAS PARA DOHA – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/12/2008

Divulgadas pela OMC (Organização Mundial do Comércio) na noite de sábado, as novas propostas para tentar fechar um acordo sobre o núcleo da Rodada Doha ainda em 2008 foram recebidas pelo Brasil como "uma boa base" para a convocação de uma reunião ministerial. Mas o próprio diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, admitiu que "ainda há um longo caminho" para um acordo.

UE muda e apóia Brasil na criação de fundo ambiental – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Internacional – 09/12/2008

O Brasil passou a contar em Poznan com um aliado de peso em seu esforço diplomático para financiar a luta contra o desmatamento de florestas tropicais. Em meio à 14ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 14), delegados da União Européia informaram que o bloco de 27 países vai defender a idéia de um fundo mundial para financiar políticas públicas e projetos privados contra a derrubada de matas nativas. Em tese, a posição da Europa reforça a proposta do Brasil na Polônia.

▪ [Acompanhe a reunião de Poznan](#)

Até a última sexta-feira, fim da primeira semana da etapa de negociações em torno de um novo acordo ambiental para suceder o Protocolo de Kyoto, a UE defendia que o financiamento do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) fosse baseado no mercado de carbono. Na quinta-feira, os delegados brasileiros descartaram que os países ricos pudessem compensar suas emissões por meio da compra de créditos.

Uma reunião bilateral realizada no sábado mudou o panorama. “Nós encontramos um acordo”, confirmou ao Estado o embaixador Brice Lalonde, delegado da França e da União Européia em Poznan. “O Brasil não gosta da idéia de que os certificados de desmatamento evitado possam compensar as emissões de outros países”, disse. Segundo o diplomata, os ministros de Meio Ambiente dos 27 países-membros da UE já discutiam a inclusão de um fundo mundial para financiamento de REDD. “A UE está se alinhando à idéia de um fundo, que deve ser decidido no contexto de um acordo em Copenhague (em 2009)”, confirmou Artur-Runge Metzger, diretor de Estratégias Climáticas da Comissão Européia.

Pela proposição européia, em um primeiro momento o fundo seria abastecido apenas com recursos públicos internacionais. Após o início da experiência, com o aprimoramento dos métodos, a inclusão de meios de quantificação da redução do desmate e de monitoramento das regiões incluídas nos projetos de preservação, dinheiro privado poderia ser agregado. “É mais difícil incluir o mercado, mas será necessário porque, de outra forma, não haverá dinheiro público suficiente”, argumentou Lalonde.

Avesso ao mercado de carbono como sistema de compensação no que diz respeito às florestas, o Brasil sugere a criação de um mecanismo similar ao Fundo da Amazônia - criado neste ano e premiado com uma promessa de doação de US\$ 1 bilhão do governo da Noruega.

No início da noite, um membro da delegação brasileira na COP 14 confirmou as negociações: “A reunião bilateral foi muito boa. O que ficou claro é que os europeus entenderam que não queremos créditos de carbono para reduzir desmatamento.” O diplomata, porém, surpreendeu-se com a postura da UE: “Se já, de forma tão rápida, a reunião resultou na mudança de posição européia, não fomos comunicados.”

A negociação em torno do REDD é um dos principais interesses da diplomacia ambiental do Brasil em Poznan. Mas o País ainda terá de vencer a resistência de países como os EUA, que preferem o mercado de carbono.

A ATUAÇÃO DE CADA UM - Estados Unidos: Em Poznan, seus delegados estão divididos entre os de George W. Bush e os de Barack Obama, que atuam como observadores. A linha é ditada por Bush. Cética em relação a acordos de redução das emissões de gases-estufa, não se compromete com metas. Defende temas periféricos, como transferência de tecnologia e adaptação

União Européia: Tem papel crucial, mas enfrenta dificuldade para encontrar um acordo entre os 27 países-membros para oficializar o Pacote Energia-Clima, que prevê a redução em 20% das emissões, a economia de 20% de energia e o uso de 20% de energia de fontes renováveis até 2020. Alemanha, Itália, Polônia e países do Leste questionam o prazo, temendo prejuízos para a economia. França e Reino Unido defendem acordo

Brasil: Apesar do aumento superior a 3% da área de floresta desmatada em 2008, com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas o País é o primeiro a se comprometer com metas de redução de emissões. ONGs questionam a ambição dessas metas e algumas delegações, como a dos EUA, duvidam do cumprimento nos bastidores

Biocombustível não ameaça áreas verdes – O Globo – Caderno de Biocombustíveis – 09/12/2008

O Brasil é o único país no mundo a apresentar clara viabilidade econômica na produção de biocombustíveis sem ameaçar áreas de proteção ambiental ou a segurança alimentar. As lavouras de cana-de-açúcar, principal matéria-prima do etanol, estão situadas entre 2 mil e 2,5 mil quilômetros de distância da floresta amazônica e compreendem apenas 1% do território nacional, enquanto a Amazônia, o Pantanal e outras áreas protegidas somam mais de 50% do território brasileiro.

Segundo o Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Manoel Vicente Bertone, não há projetos agrícolas que possam ser instalados em regiões de preservação, nem o governo federal permitirá a construção de usinas de álcool em regiões destinadas à produção de alimentos.

“Temos uma das legislações de proteção ambiental mais rigorosas do mundo.

Não existe qualquer risco de se levar a produção de cana para a Amazônia ou para o Pantanal, tampouco de se utilizarem regiões onde se cultivam alimentos. Se a cana tiver que ocupar alguma área, poderia chegar até as regiões de pecuária, substituindo pastagens subutilizadas”, afirmou Bertone.

O etanol produzido a partir da cana-de-açúcar é, atualmente, o único biocombustível verdadeiramente sustentável no mundo, mas a liderança neste mercado só virá com um planejamento político adequado – advertiu o Secretário de Produção e Agroenergia. Para isso, o governo realiza um zoneamento agro-ecológico responsável, investe em pesquisa e tecnologia, apóia o pequeno produtor, gera emprego e desenvolve a infra-estrutura e

logística no país, reduzindo o Custo Brasil. “Nosso desafio é produzir energia e agricultura em ambiente sustentável, negociando, ao mesmo tempo, as quedas de barreiras de exportação”.

Bertone salientou que a cana-de-açúcar é um produto extremamente rentável, embora o setor se encontre em franca dificuldade para manter seus investimentos devido à recente crise econômica. O representante do MAPA lembrou ainda que não cabe ao governo certificar as commodities agrícolas, sendo esta tarefa uma responsabilidade exclusiva do setor privado.

Acordo completo do clima não sai em 2009, diz ONU – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 10/12/2008

O mundo não cumprirá o prazo de fechar um novo acordo contra o aquecimento global até 2009, admitiu ontem na Polônia a principal autoridade das Nações Unidas em mudança climática, o diplomata holandês Yvo de Boer. "Não obteremos um acordo a longo prazo totalmente detalhado em Copenhague. Não será possível", afirmou, em referência à conferência do clima marcada para o ano que vem na Dinamarca, que deveria produzir o acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto após 2012.

Falando a jornalistas ontem em Poznan, na COP-14 (14ª Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU), o secretário-executivo da convenção disse que deve-se tomar cuidado em "em ir muito longe e não alcançar nada".

Fechar um acordo em Copenhague é considerado vital para que não haja um "vazio" de regulação para a emissão de gases-estufa após 2012. No entanto, a recusa dos países em adotar cortes altos de emissão, aliada à transição dos EUA e à crise econômica, tem atravancado as negociações em Poznan. "O que precisamos alcançar em Copenhague é clareza nos pontos políticos chave", disse ele. Isso significa deixar somente os detalhes fora do acordo na Dinamarca, e não os pontos fundamentais.

O objetivo em Poznan é fazer o esboço do compromisso a ser firmado. Mas, segundo De Boer, essa reunião pode não ser suficiente -pode ser necessário mais um encontro em 2009 antes de Copenhague.

As discussões sobre florestas, mais especificamente sobre Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, na sigla em inglês), têm aquecido o ambiente gelado de Poznan. Ainda não há consenso entre as partes, por exemplo, sobre se o pagamento pela conservação virá por meio do mercado de carbono ou não.

Por não concordar com o andamento da questão, ontem o Brasil travou a discussão. O país defende um fundo com doações voluntárias para os países em desenvolvimento que evitem o desmatamento. Mas outras nações preferem que seja criado um mecanismo de compra de créditos de carbono -o que, segundo o governo brasileiro, encheria o mercado de crédito barato e não obrigaria os países ricos a de fato reduzirem suas emissões.

Thomas Becker, representante da Dinamarca, por exemplo, deu uma amostra da falta de consenso. Ele afirmou ontem à **Folha**, após um longo suspiro, que "é importante evitar o corte de florestas em países tropicais se queremos reduzir as emissões".

No entanto, ele compara a situação do Brasil com a dos esquimós. "Eles também precisam receber recursos para evitar o derretimento do gelo?", indaga. "É uma questão ética, se as árvores são de todos ou daquele país. É o mesmo que discutir quem possui o mar."

Ontem o Brasil trancou a discussão sobre Redd para evitar um "atropelamento" da questão. Entre os pontos em discórdia está se os projetos serão nacionais (o que o Brasil defende) ou regionais (que Costa Rica e Colômbia preferem).

Para Paulo Adário, do Greenpeace, a posição do Brasil neste caso é "muito boa". Segundo ele, nos projetos regionais pode haver "vazamento" -ou seja, alguém recebe dinheiro por evitar corte raso numa região, compra floresta em um lugar diferente e desmata. "Seria o dinheiro para evitar desmatamento sendo usado para destruir a floresta", disse. A repórter se hospeda em Poznan a convite da Convenção do Clima da ONU

Brasil deve liderar debate sobre o clima - Marcos Sawaya Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 13/12/2008

Terminaram ontem em Poznan, na Polônia, duas semanas de frias reuniões da 14ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 14). Apesar das calorosas emoções que cercam o tema da redução das emissões dos gases de efeito estufa (GEE), que provocam mudanças no clima, o fato é que 11 anos após a adoção do Protocolo de Kyoto os resultados ainda são bastante modestos.

Ocorre que os Estados Unidos se recusaram a ratificar o protocolo, que haviam assinado inicialmente, e a maioria dos países ricos ainda está longe de atingir as metas de redução propostas. A compensação por meio do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) também encontra imensas dificuldades burocráticas na sua operacionalização. Os países em desenvolvimento dividem-se entre os que exigem reduções expressivas, porque correm risco de desaparecer do mapa (países insulares, por exemplo), os que se recusam a avançar (produtores de petróleo) e os que esperam que os países ricos façam a sua lição de casa antes de pedir o comprometimento dos mais pobres. Apesar de ser um dos países com maior potencial para reduzir emissões de GEEs, o Brasil vinha se "escondendo" atrás da Índia e da China nesta terceira categoria. China, Brasil e Índia foram, respectivamente, o segundo, o quarto e o sexto maiores emissores do planeta em 2000! É hora de mudar de postura.

Em primeiro lugar, se fizéssemos a nossa lição de casa, com uma redução expressiva da taxa anual de desflorestamento da Amazônia, assumiríamos uma posição de liderança global nas negociações sobre o clima. Mais de 75% de nossas emissões estão relacionadas ao "pecado original" do desmatamento ilegal, cujas raízes são as deficiências da fiscalização e a falta de direito de propriedade da terra, já que apenas 4% das terras da Amazônia têm títulos incontestáveis - o que transforma a floresta num convite permanente para posseiros e grileiros. Felizmente, o governo decidiu enfrentar este problema e anunciou, numa mudança histórica de posição, metas internas de redução de desflorestamento na conferência, por meio do Plano Nacional de Mudanças do Clima,

aprovado há duas semanas pelo presidente Lula. Se, efetivamente, conseguirmos cumprir o anunciado - reduzir o desmatamento da Amazônia para o patamar de 5.740 km² por ano até 2017 -, estaremos dando um enorme passo no controle da hoje caótica ocupação da floresta. Esta meta, contudo, só será atingida se o setor privado também se engajar no processo. A moratória da indústria da soja na Amazônia e o apoio irrestrito da indústria sucroenergética à interdição de novos plantios da cana-de-açúcar na floresta amazônica e no Pantanal são exemplos de amadurecimento seguido de atitudes concretas de empresários no tema da sustentabilidade.

Segundo, temos tudo para reduzir nossas emissões de GEEs com políticas que fomentem o crescimento sustentável da parcela dos renováveis (carvão vegetal renovável, etanol e biomassa de cana-de-açúcar, biodiesel, energia eólica e solar) na matriz energética brasileira. Ao contrário da China e da Índia, o Brasil conta hoje com uma das matrizes mais limpas do planeta, com 46% de energias renováveis, e é imprescindível lutar para que ela se torne ainda mais limpa. Mas, infelizmente, a expansão de termoeletricas “sujas” à base de carvão mineral e óleo combustível e a permanente “tentação” de reduzir os impostos e/ou os preços administrados da gasolina podem levar a uma queda da participação dos renováveis na matriz energética, a exemplo do que ocorreu nos anos 1990.

Terceiro, esforços complementares podem ser feitos com a redução de emissões da agropecuária e de indústrias como siderurgia, mineração, cimento, petroquímica e outras. Tudo indica que os democratas, liderados por Barack Obama, vão mudar o rumo da matéria em 2009 e os Estados Unidos se apresentarão na 15ª reunião, em Copenhague (COP 15), com posições inovadoras, assumindo um papel de liderança nas negociações do acordo pós-Kyoto. O novo governo americano deve combinar políticas fiscais expansionistas com incentivos a tecnologias menos poluentes. No segundo semestre de 2009, a União Européia será presidida pela Suécia, um país exemplar na área do meio ambiente e da ampla utilização de bioenergias. O clima em Poznan mostrou claramente que não basta vontade política para lutar contra as mudanças do clima. Estados Unidos, União Européia, Brasil, China, Índia e Indonésia são atores centrais que precisam exercer liderança na discussão de novas metodologias e mecanismos de incentivo e em compromissos mais ambiciosos de redução de emissões.

Ao menos internamente, é hora de o governo e empresários brasileiros começarem a estudar seriamente a possibilidade de assumirmos metas ambiciosas de redução de emissões por setor, com sistemas de compensações e políticas públicas que premiem tecnologias que tragam benefícios sociais e ambientais para a sociedade. Nas discussões sobre o clima em 2009, nossos diplomatas certamente terão a oportunidade de negociar ações multilaterais mais adequadas para mitigar o aquecimento global e que sejam, ao mesmo tempo, mensuráveis, relatáveis e verificáveis. Se o inevitável acordo pós-Kyoto produzir um sistema econômico que incentive as tecnologias limpas de forma mais eficaz que o atual MDL, seguramente o Brasil não terá dificuldades em futuramente se comprometer com metas globais de reduções de emissões, até porque essa atitude tem de tudo para gerar mais benefícios do que perdas para as empresas e a sociedade. ***Marcos Sawaya Jank, professor licenciado da FEA-USP, é presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica)**

Pesca é a que mais sofre com danos ambientais – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2008

O IBGE avaliou o impacto de problemas ambientais nas atividades agrícola, pecuária e de pesca. O mais alto foi na pesca, citada por 22,1% dos municípios. Mais uma vez, o efeito foi mais forte no Norte: 39,2% dos municípios daquela região apontaram redução da quantidade e diversidade de peixes como consequência de problemas ambientais.

A maior parte dos 522 municípios que não registraram problemas ambientais fica em Estados do centro-sul, como Minas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, mas predominam os de pequena população. Entre as cidades com mais de 500 mil habitantes, apenas Porto Alegre (RS) informou não ter enfrentado consequências ambientais de grande impacto. Sete cidades informaram ter sofrido com todos os problemas listados, entre elas Marabá (PA) e Santa Maria da Serra (SP).

Pedro Jacobi, professor da Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP, vê nas grandes cidades do centro-sul a tendência de tratar problemas ambientais como parte da normalidade. “A palavra impacto talvez não seja adequada para problemas que atingem as cidades há muito tempo. É preocupante quando lixões, parques e áreas verdes sem conservação, falta de esgoto e poluição de rios não são vistos como problemas. São Paulo, por exemplo, é insustentável. Catalisadores podem reduzir emissões industriais, mas ninguém argumenta claramente sobre o ar ao planejar o transporte. Só se fala de congestionamento, como se a poluição fosse normal.” Ele chama a atenção para o grande número de conselhos ambientais sem poder real, controlados pelos prefeitos.

REPRESSÃO À PESCA ILEGAL - A Secretaria de Meio Ambiente de Marabá (Semma), no sudeste do Pará, reforçou com 30 agentes e pilotos de embarcações o combate à pesca ilegal, feita principalmente no período de reprodução dos peixes, a piracema. O resultado começa a surgir: houve queda de 40% na atividade ilegal e apreensão de 15 toneladas de peixes, a maioria filhotes, que seriam vendidos em comunidades pobres da região. Outros 10 mil metros de redes de pesca foram apreendidos.

Segundo a pesquisa de informações básicas municipais do IBGE a Semma tem recursos, pessoal e disposição para combater problemas ambientais, mas esbarra na falta de estrutura dos 38 municípios da região. “Dá pena ver tantos peixes pequenos, que não servem para consumo, serem pescados na piracema. Temos combatido a pesca ilegal, mas a região é enorme e sempre há inúmeras rotas de fuga dos criminosos”, explica o secretário da Semma, José Scherer. Ele diz que o órgão irá intensificar suas ações contra a destruição da mata ciliar no município, que já afeta os Rios Tocantins e Itacaiúnas, com enchentes cada vez maiores.

Para Scherer, a maior responsabilidade pelo desmatamento na cabeceira dos rios é a agricultura familiar nos assentamentos da região. As campanhas de educação ambiental são importantes, mas, segundo o secretário, sozinhas “não bastam” para coibir a destruição da mata.

Cidades ignoram política ambiental – Alexandre Rodrigues – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2008

Mais de 90% dos municípios do País sofreram impacto de alterações ambientais nos últimos dois anos. Mas sua estrutura para políticas de ambiente ainda não é compatível com a gravidade do diagnóstico. É o que informaram prefeitos e secretários das cidades ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divulgou ontem a Pesquisa de Informações Municipais 2008.

Embora a proporção de cidades com conselhos municipais de ambiente tenha mais do que dobrado na última década - subindo de 21,4% para 47,6% entre 1999 e 2008 -, só 1.880 dos 2.650 órgãos consultivos criados para envolver cidadãos na formulação de políticas fizeram pelo menos uma reunião nos últimos 12 meses. Se for considerado o município com conselho ativo e recurso específico para o setor, só 18,7% se enquadram nesse item. Em pouco mais de 16% há secretaria exclusiva, e a área só conta com 0,8% do total do funcionalismo municipal do País. Apenas um quarto das cidades faz licenciamento de impacto ambiental local.

Queimadas e desmatamento são as duas maiores causas de alterações ambientais frequentes nos municípios do País. Em 2002, o assoreamento de corpos d'água, que contribuiu com o transbordamento de rios nas enchentes, tinha sido o impacto mais citado pelos gestores. Esse percentual permaneceu no patamar de 53% em 2008, mas a inclusão de queimadas e desmatamento na lista fez com que essas duas categorias assumissem a dianteira, com 54,2% e 53,5%, respectivamente. Os Estados do Norte e Nordeste apontaram, proporcionalmente, mais impactos ambientais do que os do Centro-Sul.

Em média, os municípios indicaram 4,4 ocorrências de alguma alteração ambiental impactante e frequente em 2007 e 2008. Na Região Norte, o desmatamento foi assinalado por 71% das cidades; no Nordeste, por 65%. O mesmo se repete em relação às queimadas. Como consequência, queixas de poluição do ar, mais ligada no passado aos grandes pólos industriais, foram mais relatadas por prefeituras da Região Norte (36,3%) do que do Sudeste industrializado (19,2%). Ao condensar os impactos ambientais que os gestores consideraram ter afetado as condições de vida de seus habitantes, as regiões Norte e Nordeste tiveram, proporcionalmente, mais cidades atingidas (24% e 20%, respectivamente) do que Sul (9%) e Sudeste (11%).

A cidade de São Paulo listou dez problemas, entre eles poluição do ar e da água, contaminação do solo e degradação de áreas protegidas. No Estado, o assoreamento de rios, que favorece enchentes, foi apontado por 58,1% das cidades. Em segundo lugar, aparecem as queimadas (50,4%), ligadas ao corte de cana, e a poluição de cursos d'água (34,9%), cujo pior exemplo é o do Rio Tietê.

SISNAMA - De acordo com especialistas, os números mostram que é necessário fortalecer órgãos municipais de ambiente. “Muitos falham em seus objetivos de preservação por não adotarem uma gestão plena, como a responsabilidade pelo licenciamento ambiental. Fica tudo na mão do órgão estadual. Nenhum centavo obtido com a multa de um posto de gasolina irregular, por exemplo, vai para o município”, diz

Clarismino Luiz Pereira Jr., presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais do Meio Ambiente. Para Mario Mantovani, da SOS Mata Atlântica, é hora de fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), que unificaria os órgãos federal, estadual e municipal. “Isso garantiria mais verba para resolver os problemas das cidades”, diz.

Conferência lança fundo de adaptação ao aquecimento – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 13/12/2008

A 14ª Conferência do Clima das Nações Unidas encaminhou-se para o fim, no início da madrugada de ontem, em Poznan, Polônia, com a definição do Fundo de Adaptação, um dos mais importantes mecanismos de luta contra os efeitos das mudanças do clima. Além da definição do status jurídico do fundo, o esqueleto do futuro acordo que sucederá o Protocolo de Kyoto e a inclusão da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) foram dois dos avanços dos 15 dias de negociações.

O acordo em torno do relatório, no final da noite de ontem, foi possível graças à remoção de três pontos. O Brasil vetou a proposta de Captura e Estocagem de Carbono (CCS), defendida por nações árabes, Reino Unido - com aval da União Européia - e Noruega, alegando falta de consenso científico sobre o tema. Os países produtores de petróleo defendiam o uso imediato da tecnologia, que lhes permitiria receber créditos de emissões de carbono e, dessa forma, manter os níveis de poluição decorrentes da atividade. “É uma tecnologia cuja eficiência e segurança ainda não foram testados o suficiente. Não sabemos qual seria o risco de escape das bolhas de dióxido de carbono (CO2) estocadas, por exemplo”, justificou Leandro Waldvogel, um dos negociadores brasileiros.

Dois outros empecilhos estavam relacionados ao Fundo de Adaptação, destinado a auxiliar países em desenvolvimento a se adequar às mudanças do clima. À noite, um mecanismo financeiro que permitiria a extensão dos recursos, incluindo verbas de países desenvolvidos, foi vetado. Entretanto, a gestão dos recursos já existentes foi destravada com a concessão da personalidade jurídica ao Conselho de Adaptação, órgão do Banco Mundial, que agora passa a ter autonomia para liberar dinheiro aos emergentes.

Os pontos de divergência foram negociados ao longo de todo o dia na Polônia, mas a perspectiva era de que a sessão plenária, reunindo os ministros, se estendesse ao longo da madrugada. Essa reunião homologaria o rascunho do relatório, que foi distribuído no final da noite à imprensa.

PACOTE EUROPEU - A UE aprovou ontem no início da tarde, em Bruxelas, o Pacote Energia-Clima, proposta que estipula metas de redução de emissões de gases-estufa. A decisão foi tomada por unanimidade pelos 27 chefes de Estado e de governo na reunião de Cúpula do Conselho Europeu. Com isso, foi homologado o objetivo 3x20 - 20% de corte de emissões, 20% de economia de energia e 20% de uso de energias renováveis em 2020, tudo em comparação com 1990.

A decisão só foi possível graças a concessões a países do Leste Europeu. Eles terão metas mais flexíveis e subsídios na aquisição de créditos de carbono. As maiores economias, como França, Reino Unido e Alemanha, comprometeram-se a compensar as emissões extras dos parceiros.

O acordo foi saudado pelo comissário europeu de Meio Ambiente, Stavros Dimas. “A UE propõe 20% ou até 30% de redução até 2020. Isso é o que esperamos de outros países desenvolvidos”, afirmou, usando a seguir o jargão do presidente eleito dos EUA, Barack Obama, para se dirigir aos americanos: “Sim, nós podemos ter resultados em Copenhague (na 15ª Conferência do Clima).”

MAIS ELOGIOS AO BRASIL - O ex-vice-presidente dos EUA e prêmio Nobel da Paz, Al Gore, disse ontem em Poznan que os países em desenvolvimento tornaram-se líderes e elogiou a China e o Brasil em seu discurso na Conferência. Numa alusão direta ao tema, o ex-vice presidente classificou de “impressionante” o plano proposto pelo governo brasileiro para enfrentar o desmatamento. O plano também já havia sido elogiado pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, na abertura das reuniões de alto nível.

Ações cobram R\$ 2 bi e reflorestamento no PA – Estado de São Paulo – Carlos Mendes - 13/12/2008

Nove procuradores da República no Pará ingressaram na Justiça Federal com ações coletivas, cobrando mais de R\$ 2 bilhões de indenização por danos à floresta amazônica, além de fraudes e outras irregularidades, contra 107 empresas e 202 pessoas acusadas pelo desvio de 1,7 milhão de metros cúbicos de madeira.

O que foi derrubado ilegalmente equivale a 71 mil carretas. Caso sejam condenados, os acusados terão de reflorestar uma área de 364 km², equivalente à cidade de Curitiba.

As empresas que até 2007 deviam as maiores multas aplicadas pelo Ibama no Pará e as que se beneficiaram do esquema criminoso conhecido como Ouro Verde II, em que 30 pessoas foram presas por adulterações do sistema eletrônico de créditos florestais do Ibama, são os principais alvos das ações do Ministério Público. Metade delas sofre outras investigações ou aparece como ré em outros processos. Procurados, alguns denunciados não se manifestaram.

Procuradoria no Pará ajuíza 107 ações por desmatamento – Pablo Solano – Folha de São Paulo – Brasil - 13/12/2008

Um dia depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva suspender temporariamente a punição a desmatadores, procuradores da República no Pará ajuizaram ontem 107 ações por irregularidades ambientais.

Os procuradores querem que os acusados paguem R\$ 2,12 bilhões pela retirada de 1,77 milhão de metros cúbicos de madeira, suficiente para lotar 71 mil carretas. A área desmatada pelos acusados, segundo estimativa do Ministério Público Federal, é de 364 quilômetros quadrados, área pouco maior que Belo Horizonte. O procurador da República Daniel César Azeredo afirma que quase todas as empresas ou pessoas acusadas de desmatamento ilegal possuíam planos de manejo florestal inadequado para a exploração de madeira.

Ele afirma que as ações criminais propostas no Estado foram ineficientes para combater as irregularidades ambientais. Sendo assim, a Procuradoria decidiu que a partir de agora ingressará com ações indenizatórias contra os que desmatarem.

Os procuradores selecionaram as empresas que, até 2007, deviam as maiores quantias em multa ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Também foram incluídos madeireiros investigados pela adulteração do sistema eletrônico de créditos florestais do órgão ambiental federal.

As 107 ações citam 202 pessoas. Além do pagamento das multas por irregularidades, os procuradores querem o reflorestamento das áreas desmatadas ilegalmente. A maioria das ações, 15, são de Paragominas (324 km de Belém).

A Procuradoria no Pará diz que praticamente metade das empresas denunciadas é alvo de outras investigações ou respondem a processos judiciais. O órgão afirma que a maioria das empresas já cometeu outras irregularidades, como uso de mão-de-obra escrava.

O presidente do Sindicato do Setor Florestal de Paragominas, Mário César Lombardi, afirma desconhecer questionamentos da Procuradoria a madeireiros que supostamente desrespeitam as leis.

Conferência do clima acaba sem avanços na Polônia – Afra Balazina - Folha de São Paulo – Mundo - 13/13/2008

A COP-14 (14ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas) terminou às 3h da manhã de hoje em Poznan, Polônia, deixando clara apenas uma coisa: que o caminho até chegar ao resultado final do acordo que irá substituir o Protocolo de Kyoto, daqui um ano, será bastante tumultuado. A oposição entre países desenvolvidos e os em desenvolvimento ficou ainda mais acirrada nesta reunião. O único avanço foi chegar a um consenso no que diz respeito ao funcionamento do fundo de adaptação às mudanças climáticas, cujos recursos serão usados para apoiar projetos de países vulneráveis que sofrem as conseqüências do aquecimento global. Os países terão acesso direto ao fundo,

sem depender de agências internacionais como o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Essa é a boa notícia. A má é que os recursos ainda são ridículos: US\$ 80 milhões ao ano atualmente e no máximo US\$ 300 milhões em 2012, para financiar projetos em todo o Terceiro Mundo.

Havia a tentativa de ampliar as fontes de dinheiro, mas os países desenvolvidos barraram a proposta. Hoje, na prática, são os países em desenvolvimento que financiam o fundo, pois ele é alimentado com 2% dos créditos gerados pelos projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo).

A falta de acordo causou protestos por parte dos países em desenvolvimento na sessão de encerramento da COP. Também houve poucos avanços na inclusão da redução do desmatamento no regime pós-Kyoto, nenhum avanço em metas de redução de emissões, apesar do pacote europeu e nada de concreto sobre dois outros pontos cruciais da negociação, transferência de tecnologia e financiamento às nações pobres. De concreto, sabe-se que em junho deve haver um rascunho do acordo de Copenhague e que a reunião na Dinamarca foi adiada em uma semana. Um documento de 84 páginas sobre o futuro regime, preparado pelo brasileiro Luiz Alberto Figueiredo, cresceu para 100. O grupo do qual o Brasil faz parte, o G77 (bloco que reúne mais de uma centena de nações em desenvolvimento) mostrou que tem feito a lição de casa.

A China prestou contas e informou as ações realizadas internamente, como o corte de 335 milhões de toneladas de emissões de CO2 com o aumento da eficiência energética nos anos de 2006 e 2007. O Brasil trouxe seu plano de mudança climática, com meta de reduzir 70% do desmatamento até 2018. O México anunciou corte de 50% nas emissões até 2050.

Índia e África do Sul (país que sediará a conferência posterior a Copenhague, em 2011) também mostraram seu comprometimento para evitar o aquecimento global acelerado. Esses países esperavam alguma contrapartida do grupo dos industrializados -que, aliás, sempre cobraram ação efetiva e metas no clima das economias emergentes-, mas não houve nenhum sinal nesse sentido. Não houve avanço na área de transferência de tecnologia dos países ricos para os outros possam diminuir suas emissões, e também não houve anúncio de recursos para fundos que beneficiem os países menos desenvolvidos.

"Nesta conferência, quem teve o papel mais ativo foram países em desenvolvimento. Os EUA vieram com uma promessa fraca. O Canadá, Estados Unidos, Japão e Rússia tiveram uma atitude muito negativa, pouco construtiva", disse o embaixador extraordinário do clima do Brasil, Sérgio Serra.

Estrada com buracos - Para Paulo Adário, do Greenpeace, a conferência deixou a desejar. "Poznan deveria pavimentar uma estrada para Copenhague, mas a estrada continua cheia de buracos, apenas com uma visibilidade um pouco melhor", afirmou.

*A repórter **AFRA BALAZINA** ficou hospedada na Polônia a convite da Convenção do Clima da ONU

ITENS DEBATIDOS NO ENCONTRO DO CLIMA – Folha de São Paulo – Mundo – 13/13/2008

ADAPTAÇÃO - O fundo voltado para a adaptação dos países vulneráveis às mudanças climáticas, criado no ano passado, vai entrar em operação agora. Ele é alimentado com 2% dos recursos obtidos via MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo).

FLORESTA - Houve consenso de que as emissões de gases por desmatamento e degradação da floresta precisam entrar no acordo de Copenhague, no ano que vem.

METAS - Não foram discutidas metas de redução de emissões de gases-estufa na Conferência do Clima de Poznan (Polônia).

Ambientalistas apontam vácuo de liderança da UE em reunião – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Mundo - 13/12/2008

Muitas ONGs também manifestaram desapontamento e reclamaram da falta de liderança da União Européia, que sempre esteve na vanguarda na questão. Savio Carvalho, da Oxfam, afirmou que esperava mais compromissos para mitigação e mais recursos para os países vulneráveis se adaptarem às mudanças da temperatura.

Tasneem Essop, do WWF, afirmou que está orgulhosa do papel dos países em desenvolvimento. "Esses países vieram com propostas firmes." O Brasil, que sempre relutou a adotar metas contra o aquecimento, foi um exemplo. Ontem, Al Gore, Prêmio Nobel da Paz e ex-vice presidente dos EUA, classificou de "impressionante" o plano brasileiro de mudanças climáticas. Foi o segundo elogio de peso que o país colheu na conferência. Anteontem foi a vez do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, dizer que o Brasil tinha "uma das economias mais verdes do mundo". O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) afirmou ontem que o reconhecimento ao plano nacional, que possui metas -ainda que modestas- de redução de desmatamento, já tem surtido efeitos positivos.

O governo brasileiro fez reuniões com Alemanha, França e Reino Unido, por exemplo. Esses países sinalizaram com a possibilidade de repassar recursos ao Brasil. Por enquanto, o Fundo Amazônia, criado para o combate ao desmatamento, só tem dinheiro da Noruega -US\$ 100 milhões, com promessa de chegar a US\$ 1 bilhão. Segundo Minc, o país precisa de algo entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões por ano para atuar contra o desmatamento. Outros países em desenvolvimento também foram felicitados por Gore. Para ele, a China, sempre mencionada como obstáculo para deter as mudanças climáticas, agora está pronta.

Sobre o fato de só haver mais um ano para o acordo sobre as metas para o período pós-2012, quando o Protocolo de Kyoto expira, ele afirmou que "pode ser feito, deve ser feito, vamos terminar esse processo". Para isso, afirma, vários encontros precisarão ser feitos antes de Copenhague, no fim de 2009. Em julho, as negociações para definir metas de redução das emissões de gases-estufa começarão efetivamente. Gore terminou seu discurso em seu melhor estilo "showman": "Yes, we can" (sim, nós podemos), declarou, numa alusão à frase de campanha de Barack Obama. A frase foi repetida por jovens na reunião. (AB)

Segundo o IBGE, 90,6% dos municípios brasileiros disseram ter sofrido danos ambientais nos últimos dois anos

A maioria dos municípios brasileiros já enfrenta problemas ambientais e não tem estrutura administrativa adequada para fiscalizar e impedir a degradação de rios e matas. As conclusões estão na sétima Pesquisa de Informações Municipais (Munic) divulgada ontem pelo IBGE.

Pelos dados, 90,6% das cidades (5.040) informaram ter sofrido alguma ação com conseqüências ambientais, nos últimos dois anos. Embora a maioria das prefeituras (80%) tenha alguma unidade responsável pela área do meio ambiente, apenas 18,7% apresentam condições de enfrentar os problemas do setor porque têm recursos e órgãos específicos, além de conselhos municipais.

Segundo o IBGE, um terço dos conselhos municipais ambientais está inativo. Em relação aos recursos, a pesquisa identificou 2.079 cidades que informaram ter verba carimbada para ações ambientais. Na região Centro-Oeste, o percentual chega a 57,3%, seguido do Norte (54,1%) e do Sul (49,1%).

O Sudeste (37,2%); já o Nordeste (20,4%) apresentam uma proporção abaixo da média nacional. Os recursos específicos para meio ambiente são maiores à medida que aumenta o porte dos municípios: de 29,6% com até 5.000 habitantes para 97,3% entre os com mais de 500 mil habitantes.

— A maioria dos municípios apresenta alguma estrutura voltada para o meio ambiente, mas o funcionamento ainda é bastante precário — afirma Vânia Pacheco, gerente da Munic.

Entre as ocorrências de impacto ambiental mais citadas, as queimadas foram registradas em 3.018 cidades (54,2% dos municípios em todo país), seguidas do desmatamento (2.976, ou 53,5%) e do assoreamento de corpos d'água (2.950, ou 53%). As três ocorrências foram as únicas apontadas por mais da metade dos municípios, e, segundo o IBGE, elas estão relacionadas: o assoreamento tem como causas o desnudamento dos solos, ocasionados, em geral, por queimadas e desmatamento.

Sete cidades brasileiras registraram os 14 tipos de ações com impacto ambiental pesquisados pelo IBGE: Bannach (PA), Marabá (PA), Tupiratins (TO), Bela Cruz (CE), Santa Maria da Serra (SP), Novo Machado (RS) e Luiziana (GO). Entre as cidades com mais de 500 mil habitantes, somente Porto Alegre informou não ter havido registro de ocorrência com impacto ambiental.

As queimadas foram mais apontadas nas regiões Norte (74,2% dos municípios) e Centro-Oeste (62,4%). O desmatamento, no Norte (71% dos municípios) e no Nordeste (64,8%) do país. E o assoreamento do corpo d'água foi predominante no Centro-Oeste (63,3%) e no Sudeste (60,2%).

A poluição da água ocorre mais no Sudeste (43,6%) e Sul (43,2%). Já a escassez de água, no Sul (53,5%) e no Nordeste (52,3%).

Legislação ambiental é desafio, diz especialista Segundo o IBGE, 829 municípios disseram que a alteração ambiental afetou as condições de vida da população. Esse tipo de problema é mais comum nas regiões Norte (24,1% dos municípios) e Nordeste (20,3%) e menos freqüente no Sudeste (10,6) e no Sul (9,3%).

— Em qual cidade não temos despejo de esgoto in natura nos rios? O grande desafio do Brasil é ter uma estrutura séria para a implementação da legislação ambiental. É importante reduzir a burocracia dos órgãos ambientais — afirma o ambientalista e advogado Rogério Zouein.

No Sudeste, as 78 cidades do Espírito Santo confirmaram ter havido alguma ocorrência de impacto ambiental nos últimos dois anos. No Rio, a proporção é de 97% (90 municípios), seguido de Minas (88,39%) e São Paulo (84,96%). No Rio, o problema mais apontado foi o assoreamento de corpo d'água (68%), seguida da poluição da água (63%) e queimadas (59,8%).

Emergentes saem mais fortalecidos de Poznan – Andrei Netto – Estado de São Paulo – Vida & - 14/12/2008

As negociações da maratona ambiental de 15 dias que resultaram no relatório final da 14ª Conferência do Clima das Nações Unidas, fechado na madrugada de sábado na Polônia, demonstraram a vitória de um grupo de países. Enaltecidos por personalidades da comunidade ambientalista e reconhecidos pelas maiores ONGs do mundo, emergentes como Brasil, China, Índia, México e África do Sul foram alçados ao protagonismo do futuro acordo do clima, em Copenhague, em 2009.

A nova configuração de forças nasceu da conjunção de três fatores na Polônia. Um deles foi a transição de poder nos Estados Unidos, que reduziu à discrição total a delegação americana enviada por George W. Bush. O outro foi o impasse na União Européia, cujos líderes se dividiam em torno da aprovação ou não de suas metas - o Pacote Energia-Clima. O último deles foi o abandono, por parte dos emergentes, do discurso da “responsabilidade histórica”. Esse argumento atribuía ao processo de industrialização dos países desenvolvidos, a partir do século 18, a responsabilidade pelo aquecimento global, e desobrigava os mais pobres de também empreenderem ações fortes de mitigação.

Essa postura permitiu que países como o Brasil assumissem, ao longo do último ano, uma ação mais proativa no cenário internacional, desarmando o argumento dos EUA, que condicionava suas atitudes à fixação de metas por emergentes.

A nova conduta foi marcada por projetos como o Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Com ele, Brasília se comprometeu, pela primeira vez, com metas de redução de emissões de CO2. Embora criticado por ONGs internamente, o plano - cujo objetivo é reduzir em 73% o desmatamento até 2017 - fez sucesso nos corredores de Poznan.

QUERIDINHOS - Ao longo da segunda semana da COP 14, as palavras de apreço aos emergentes se multiplicaram. Yvo de Boer, secretário-executivo do Painel do Clima da Organização das Nações (ONU), martelou todos os dias que esses países haviam assumido suas responsabilidades. A cobrança, argumentava, recairia sobre as nações mais ricas.

Uma lista de prêmios Nobel - como o coordenador do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), Rajendra Pachauri, e o economista Wangari Maathai -

também enalteceram os novos protagonistas. Richard Worthington, um dos líderes do Greenpeace, reconheceu o novo cenário: “Países em desenvolvimento como o Brasil, que criou o Fundo da Amazônia e já tem US\$ 1 bilhão para enfrentar o desmatamento, o México, a África do Sul, a China dão sinais. Mas não vemos avanços dos países ricos.” “Estou particularmente orgulhosa do papel dos países em desenvolvimento nessa conferência”, reiterou Tasneen Essop, membro da WWF África do Sul.

MÍDIA - Leandro Waldvogel, diplomata do Itamaraty envolvido nas negociações, relativizou a aclamação internacional do Brasil e dos emergentes. “As pessoas se deram conta do peso político que o país já tinha nas negociações. Somos, com certeza, um dos cinco maiores players das rodadas do clima das Nações Unidas”, afirma, fazendo uma concessão: “Talvez com o plano de mudanças climáticas tenhamos sido mais midiáticos.”

Quarto maior emissor do mundo, o Brasil, como os demais emergentes, será cobrado pelas metas de preservação que assumiu - e corre risco de desmoralização caso não as cumpra. Além disso, nadará em águas mais turvas em Copenhague, entre 30 de novembro e 11 de dezembro de 2009.

Lá, as negociações com nações ricas serão duras, e a pressão, imensa. “O embrião do acordo final está desenhado”, disse, confiante, Luiz Alberto Figueiredo, chefe da delegação brasileira em Poznan.

'Conferência alcançou o que estava previsto' – Estado de São Paulo – Vida & - 14/12/2008

Eram 2h38 da madrugada de sábado quando o presidente da 14ª Conferência do Clima, Marciej Nowicki, declarou encerrados os trabalhos na sessão plenária que discutia os últimos termos do relatório. Sem surpresas, o texto homologou avanços, como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e o Fundo de Adaptação - embora desprovido de US\$ 20 bilhões em recursos. “Agora é a hora da verdade”, disse o secretário-executivo do Painel do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), Yvo de Boer. “Esta conferência alcançou o que estava previsto.” Para ele, a idéia de “visão compartilhada” do problema, o Fundo de Adaptação, a REDD e o acordo alcançado pela União Européia para metas de 20% de redução das emissões de gases estufa foram pontos altos.

De Boer reconheceu que a COP 14 foi frustrante na questão do financiamento do Fundo de Adaptação, que, homologado e sob responsabilidade do Banco Mundial, ficou sem a provisão de US\$ 20 bilhões negociada no acordo. Países pobres reclamaram da não inclusão do pagamento de créditos de carbono no fundo.

Nem mesmo a aprovação do pacote da União Européia amenizou a insatisfação das ONGs presentes ao evento. Os protestos foram expressados por líderes da Climate Action Network, rede que reúne 400 das principais ONGs da área. “O que vimos em termos de

mitigação e de metas é a repetição dos argumentos da Conferência de Bali, em 2007”, disse Jennifer Morgan, da E3G.

Entre diplomatas e políticos, a análise era de que Poznan havia atingido os objetivos. Elogiado até por ONGs pela “dignidade” de sua atuação, o chefe da delegação americana, Harlan Watson, avaliou o evento a pedido do Estado: “A conferência correu dentro do que as delegações imaginavam. Os objetivos foram alcançados e isso representa um passo à frente rumo às decisões de fato, que serão tomadas em Copenhague.”

Bush se despede de foro do clima "sem arrependimento" – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 14/12/2008

Os Estados Unidos, "vilões" do aquecimento global por não aceitarem a adoção de metas obrigatórias de redução das emissões de gases de efeito estufa do Protocolo de Kyoto, não estão arrependidos. Essa foi a mensagem da delegação do presidente George W. Bush na última Conferência do Clima, em Poznan (Polônia). Na próxima reunião, em março, na Alemanha, os EUA já estarão sob comando de Barack Obama.

Os representantes de Bush tentavam ontem na Polônia até o último minuto -sem muito sucesso- mostrar que o país tem feito algum progresso na área do clima. Para isso, prepararam uma revista com uma espécie de prestação de contas chamada "Estados Unidos: Ações em Mudança Climática".

Em nenhum momento, porém, os americanos demonstraram remorso por terem enfraquecido o Protocolo de Kyoto, para redução dos gases-estufa, ao não ratificá-lo. "Sempre estivemos comprometidos com a Convenção do Clima da ONU", disse Paula Dobriansky, chefe da delegação dos EUA.

"Trabalhamos muito agressivamente e avidamente, tanto com quem apoiou o protocolo quanto com quem não o ratificou." Segundo ela, Kyoto, que obriga países desenvolvidos a reduzir em cerca de 5% suas emissões de gases-estufa até 2012, não foi tão relevante. "O que é mais importante aqui é ver a evolução entre onde estávamos alguns anos atrás e onde estamos agora", argumentou Dobriansky. "Há grande urgência e desejo de um acordo internacional ambiental efetivo, do qual os EUA façam parte e países emergentes também empreendam ações."

O país sempre impôs como condição para o acordo que emergentes como China e Índia também adotassem metas de redução de gases. Na Polônia, países em desenvolvimento foram os que mais apresentaram propostas concretas. Com efeito, o presidente do Conselho de Qualidade Ambiental da Casa Branca, James Connaughton, criticou os países desenvolvidos que entraram no Protocolo de Kyoto por assumirem metas que não conseguirão cumprir até 2012.

Com os EUA travancando as negociações, contudo, soa um pouco cínica a alegada expectativa de Dobriansky sobre o acordo que entrará em vigor após Kyoto: "Teremos um ano empolgante em 2009 para alcançar um muito bem sucedido resultado em Copenhague [sede da última reunião de 2009]".

Lição de moral - Diante desse cenário, é estranho os EUA ensinar algo ao Brasil sobre combate a poluentes, mas eles criticam -com razão- a demora de brasileiros para reduzir o nível de enxofre no diesel. Em entrevista à **Folha**, Connaughton fez questão de enfatizar a ação realizada nos EUA para tornar o combustível mais limpo. "As refinarias [do Brasil] precisam ser modernizadas para remover o enxofre do diesel", disse. "É tecnicamente viável e é acessível."

Quando questionado sobre as alegações das empresas de que a mudança custa caro, ele usou o mesmo argumento que o de especialistas como o médico e professor Paulo Saldiva, da USP. "É caro, mas os benefícios à saúde e em prolongar a vida das pessoas compensam o custo da alteração", afirmou.

De acordo com Connaughton, entre decidir como seria o novo combustível e implementá-lo, os EUA levaram três anos. No caso do Brasil, o prazo concedido foi de sete anos, e ainda assim as montadoras disseram que não haveria tempo hábil para produzir os motores adequados ao diesel limpo. E a Petrobras acatou o atraso. "Se nós, os maiores consumidores de combustível do mundo, fizemos isso, qualquer nação pode fazer", disse. "É questão de vontade política."

Cúpula da Polônia teve fim "triste", diz embaixador – Afra Balazina – Folha de São Paulo – Ciência - 14/12/2008

O embaixador extraordinário do clima do Brasil, Sérgio Serra, avaliou que a 14ª Conferência do Clima, em Poznan, terminou num "tom ruim", de forma "triste e decepcionante".

A declaração melancólica, diz, se deve ao fato de os países industrializados, notadamente a Rússia, barrarem mecanismos que poderiam aumentar os recursos para o fundo de adaptação às mudanças climáticas. Esse é o instrumento financeiro para apoiar projetos em países vulneráveis ao aquecimento global. Hoje, o fundo é alimentado com 2% dos créditos gerados para projetos de melhorias do chamado MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo), programa pelo qual países ricos ajudam os pobres a cortarem emissões em troca do direito de emitir mais.

Uma das idéias barradas foi a da obtenção de mais recursos com o comércio de créditos de emissões entre países ricos. Atualmente, os recursos são mínimos, de US\$ 80 milhões ao ano -e chegarão no máximo US\$ 300 milhões em 2012. A aprovação de novos mecanismos representaria um valor de US\$ 20 bilhões para o fundo. "Foi um episódio lamentável", disse Serra, ressaltando que a idéia acabou "enterrada" e não voltará à pauta de negociações no próximo ano.

Clima de enterro - Nem o otimista inveterado Yvo de Boer, secretário da Convenção do Clima da ONU, disfarçou o clima triste ao fim do encontro de Poznan, em meio à briga de países em desenvolvimento contra desenvolvidos. Visivelmente exausto após concluir os trabalhos às 3h de anteontem, ele disse que a atmosfera era "boa" na conferência do ano passado, em Bali -diferentemente da deste ano em Poznan. Boer alegou que a mudança ocorreu porque agora, de fato, começaram as negociações para o próximo

acordo de metas de redução de emissões de gases-estufa, que deve entrar em vigor após 2012. Para Boer, os países ricos avaliaram que não era o momento de oferecer mais recursos aos países pobres, pois isso os enfraqueceria nas negociações de 2009. Isso porque o objetivo das nações ricas é fazer com que os emergentes se comprometam também com as reduções de emissões de gases."Vamos ser honestos", disse, explicando que conter recursos é uma maneira de países desenvolvidos forçarem a mobilização dos em desenvolvimento.

Anfitrião do encontro, o sorridente Maciej Nowicki, ministro polonês do Meio Ambiente, tentou colocar panos quentes. "Não tivemos consenso aqui, mas vamos trabalhar para conseguir isso em 2009", disse. Aparentemente não percebeu o clima de enterro. "Poznan é o lugar em que a parceria entre o mundo em desenvolvimento e o desenvolvido para lutar contra a mudança climática avançou para além da retórica e se transformou em ação real", disse. Acredite quem quiser. **(AB)**

O Brasil na Conferência de Poznan – José Goldemberg – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 15/12/2008

Acaba de se encerrar em Poznan, na Polônia, a meio caminho entre Berlim e Varsóvia, a 14ª reunião dos países signatários da Convenção do Clima. Estas reuniões ocorrem todos os anos, com a finalidade de definir as medidas a serem tomadas pelos diversos países com o objetivo de “proteger o sistema climático para o presente e as futuras gerações”. Em 1997 ela adotou o Protocolo de Kyoto, que fixou metas obrigatórias, para os países industrializados, de redução das emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa, a serem cumpridas até 2012.

Apesar de estas metas não terem sido cumpridas por vários países, há uma enorme pressão para adotar outras ainda mais rigorosas na próxima conferência, a se realizar em Copenhague (Dinamarca) em dezembro de 2009. A Conferência de Poznan foi preparatória para a de Copenhague e apreciou os progressos feitos pelos diversos países nos últimos anos e quais as ações que estão implementando (ou pretendem adotar) para “proteger o sistema climático”.

Cada país emite quantidades diferentes de gases de efeito estufa, dependendo da sua população, do seu estágio de desenvolvimento econômico, do tipo de combustível que usa e do desmatamento que ocorre dentro do seu território. Os dez maiores emissores, pela ordem, são Estados Unidos, China, Indonésia, Rússia, Brasil, Japão, Índia, Alemanha, Canadá e Inglaterra, que representam dois terços de todas as emissões mundiais. A responsabilidade de reduzir as emissões pode ser diferente, mas não é possível aceitar que qualquer país se escuse de fazê-lo, porque com isso prejudica não só os outros, como a si mesmo.

O Protocolo de Kyoto, porém, foi ao extremo de isentar os países em desenvolvimento de reduzirem suas emissões. Essa decisão tomada em Kyoto se revelou desastrosa. Por causa dela os Estados Unidos (responsáveis por 25% das emissões

mundiais) se mantiveram fora do protocolo, usando o argumento de que teriam de arcar com custos muito elevados para cumpri-lo, prejudicando com isso a competitividade americana no comércio internacional. Além disso, argumentaram que estão subsidiando desenvolvimentos tecnológicos que resolverão o problema, o que claramente não ocorreu até agora: suas emissões aumentaram 20% entre 1990 e o ano 2000. As da China aumentaram 39% no mesmo período e respondem também por 25% das emissões mundiais (tanto quanto os Estados Unidos). A China justifica-se usando o argumento de que o país é subdesenvolvido e precisa crescer. É um pouco irônico que um país como a China, que constrói bombas atômicas e lança satélites no espaço, recorra a essa justificativa. É claro que, se todos os países a usarem, os objetivos da Convenção do Clima nunca serão alcançados.

Os argumentos do governo dos Estados Unidos são equivocados e refletem a influência que os produtores de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás) têm nesse país e que já foi usada para se oporem, no passado, à Lei do Ar Limpo, adotada na década de 1970.

A China, como os demais países em desenvolvimento, tem de tomar as medidas que julgar mais apropriadas para reduzir as suas emissões e abandonar a quimera de que os países ricos terão de pagar por elas. Não há nenhuma razão para que aqueles países, ao se industrializarem, não adotem tecnologias modernas e menos poluentes, evitando os erros cometidos no passado pelas nações que são hoje industrializadas. Esperar que os países ricos paguem por sua ineficiência é irrealista, mesmo porque frequentemente o problema não é dinheiro, mas a adoção de políticas corretas.

Sob este ponto de vista, o Brasil não está tão mal situado, porque seu parque industrial é moderno e sua matriz elétrica, relativamente limpa.

O grande problema do Brasil é reduzir o desmatamento da Amazônia. É difícil entender a resistência do governo federal a adotar metas de redução, considerando os prejuízos que essa política causou não só aos próprios brasileiros, mas também à credibilidade do País no exterior, o que se reflete em menor apoio financeiro às ações necessárias.

As razões alegadas para não fazê-lo são de dois tipos:

O primeiro é o de que a preservação da Amazônia é desejada por estrangeiros como se fosse um jardim botânico, o que impediria o desenvolvimento da região;

o segundo é o de que países industrializados deveriam pagar para evitar o desmatamento das florestas, por meio de doações, e não usar um mecanismo de mercado. Nesta visão, se o “desmatamento evitado” fosse objeto de transações comerciais, os países ricos se legitimariam em continuar emitindo.

Ambos os argumentos são equivocados:

Quem mais sofrerá com o desmatamento da Amazônia não são os estrangeiros, mas todos os brasileiros, porque a mudança de clima que ele vai provocar atingirá o Nordeste e o Sudeste do País;

os países industrializados, sobretudo da Europa, já estão adotando metas severas para redução das emissões e não estão esperando que o desmatamento da Amazônia seja reduzido para fazê-lo. Além disso, os recursos necessários são muito maiores do que os disponíveis através de filantropia.

Nas vésperas da Conferência de Poznan, a posição do governo melhorou e fixou metas para a redução do desmatamento. A nova política é um passo à frente - apesar de ter sido recebida com algum ceticismo em Poznan -, mas introduziu algumas condicionantes relativas a recursos do exterior, o que é um equívoco, porque muitas das medidas necessárias são de caráter administrativo, e não financeiro.

O que será preciso agora é se certificar de que essas metas de redução serão, de fato, atingidas. ***José Goldemberg é professor da Universidade de São Paulo**

Sem mudar leis, regularização de lotes no AM levará mais de mil anos – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008

O governo concluiu que o cipoal de leis e decretos que regulamentam a questão fundiária na Amazônia tornou impossível a regularização das terras na região, o primeiro e mais importante passo para o controle do desmatamento e início do processo de desenvolvimento sustentável. A legislação é tão confusa que a Lei 6.383/76 (das terras devolutas) condiciona a regularização de uma área à ausência de problemas em toda a gleba onde essa propriedade está inserida. Ou seja, dentro de um mesmo loteamento, se o vizinho cometer uma irregularidade, o morador ao lado não conseguirá retificar a sua situação.

As exigências são muitas: é necessário certificar toda a gleba, levantando o histórico dos remanescentes naturais e georreferenciamento por satélite com precisão de 50 centímetros. Exigiria, portanto, um trabalho de campo inviável. Nesse trabalho, se for descoberto dentro da gleba um morador que não tenha respeitado a preservação de 80% da reserva florestal ou não tenha tornado sua área produtiva, após um ano ali, nenhum loteamento do conjunto poderá sair da ilegalidade.

Nesse ritmo e cenário jurídico, segundo estimativas oficiais, só para regularizar as terras no Pará, seriam necessários 286 anos, levando-se em conta o número de servidores dos órgãos ambientais existentes. No Amazonas, não dá nem para saber se a Floresta Amazônica ainda estará de pé quando o trabalho for concluído. Calcula-se que serão necessários 1.372 anos para que seja feita a varredura em todo o Estado, conclui um estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Diante de tal realidade, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, fez o que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre faz quando está diante de um impasse: montou um grupo de trabalho para tratar do tema. Esse grupo é chefiado por Dilma, com participação dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Agricultura, Minas e Energia, Integração Nacional e Assuntos Estratégicos. Deverá apresentar as soluções para que as terras da Amazônia Legal - hoje só 10% são posses legais - sejam regularizadas num curto espaço de tempo.

PACOTE JURÍDICO - O grupo de trabalho já chegou a algumas conclusões. A principal é que a maçaroca legal inviabiliza qualquer plano para a regularização das terras na Amazônia. Portanto, no mínimo nove leis e três decretos referentes à região terão de ser modificados para que as regras sejam simplificadas. Uma medida provisória já está sendo escrita para as alterações legais, visto que o governo considera que o assunto é de extrema urgência.

“Não tem regularização fundiária na Amazônia porque a lei não permite que seja feita”, chega a dizer o ministro de Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. “Com a legislação atual, podemos criar dez órgãos, chamar o Exército, que não regularizamos.”

Exagero à parte de Cassel, a participação do Exército tem mostrado que, mesmo com a legislação tão criticada, é possível fazer um trabalho de regularização na Amazônia, embora lento. Hoje, 56 militares trabalham junto com 45 técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) numa área de 8.174,26 hectares na tentativa de regularização das terras que margeiam a BR-163, a Cuiabá-Santarém.

Conforme um levantamento dos técnicos que integram o grupo de trabalho comandado por Dilma, dos 502,2 milhões de hectares da Amazônia Legal (61% de todo o território brasileiro), 120 milhões são de terras indígenas, 67 milhões estão disponíveis para destinação a agricultores, 38 milhões foram transformados em assentamentos, 66 milhões são de áreas de conservação federal, 57 milhões de conservação estadual, 50 milhões do Instituto de Terras do Amazonas (Iteam), 15 milhões repassados pela União ao Estado de Rondônia, 7 milhões das Forças Armadas e 81,9 milhões com outras ocupações, como cidades.

Busca de solução acaba em disputa entre ministros – João Domingos – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008

Além da confusão das normas legais sobre a questão fundiária da Amazônia Legal, é grande a discórdia no governo a respeito do que deve ser feito para buscar a regularização das terras da região. Diante da grande encrenca, o grupo de trabalho liderado pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, deve apresentar as soluções no início do ano que vem.

O ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, no entanto, não concorda com o grupo de trabalho. Falou disso com o colega Guilherme Cassel, do Desenvolvimento

Agrário, que respondeu: “Mas é assim que o governo trabalha. Seu ministério está representado lá no grupo.”

Mangabeira é reticente quanto à eficiência dos grupos de trabalho. Como é o chefe do Plano Amazônia Sustentável (PAS), continua fazendo projetos. Até preparou uma medida provisória que cria a Agência Executiva de Regularização Fundiária da Amazônia, afastando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do processo.

A decisão causou confusão no governo. Cassel foi a Dilma pedir que a MP não seja editada. Ela respondeu que aguarda conclusões do grupo de trabalho.

Em RR, problema é queda-de-braço com União – Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2008

Não é só o emaranhado de leis que dificulta a legalização das terras na Amazônia. Em algumas áreas, verifica-se uma queda-de-braço entre os governos federal e estadual para ver quem controla as áreas não tituladas. “Atualmente, os grandes problemas de grilagem e conflitos de terra ocorrem em territórios pertencentes à União, que não tem competência para controlá-los e se recusa a repassá-los para os Estados”, diz Aurelina Medeiros, estudiosa da questão, especialista em planejamento agrícola e deputada estadual de Roraima pelo PSDB.

Ela mora no Estado há 30 anos. Foi uma das fundadoras do Instituto de Terras daquele Estado, chefiou em duas ocasiões a Secretaria da Agricultura e, na Assembléia, dedica-se ao debate sobre questões fundiárias. Ela recorda que desde a criação do Estado de Roraima, com a Constituinte de 1988, discute-se a transferências das terras do antigo território para o controle do Estado. Até hoje, porém, nenhum passo importante foi dado nessa direção.

Em 2001, por iniciativa da então senadora Marluce Pinto, foi aprovada a Lei 10.304, que determinava a transferência das terras para Roraima. Fixava um prazo de seis meses, a partir dali, para que fosse regulamentado o processo de transferência. “Até hoje não aconteceu nada.”

Mais tarde, entre 2006 e 2007, um grupo interministerial, do qual Aurelina fez parte, trabalhou na ante-sala do gabinete da Presidência, com o objetivo de preparar o decreto de regulamentação. “Fizemos um bom relatório, muito elogiado, mas o decreto não saiu.”

Na opinião de Marluce, o principal foco de resistência está no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que prefere estocar terras para possíveis assentamentos, e em instituições ligadas à defesa dos interesses indígenas. “Uma vez que o processo de demarcação de territórios indígenas está chegando ao final no Estado, como sinalizaram os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o maior ponto de resistência passa a ser o Incra.”

SEM ACESSO - A deputada salienta que, dos 22,4 milhões de hectares do território estadual, apenas 1 milhão está devidamente titulado. “E esses hectares legalizados são quase todos ocupados por projetos de assentamentos do Incra”, afirma. No conjunto, são 32 projetos do instituto no Estado, sendo que a maioria fracassou.

A reportagem do Estado visitou projetos onde não existem sequer vias de acesso. Chega-se aos lotes por trilhas na mata. Em outro, observa-se um grande número de lotes abandonados. “Vende-se muita ilusão”, diz a deputada.

Outra questão que a especialista enfatiza: a área reivindicada pelo Estado é uma pequena fatia do que sobrou após a demarcação de terras indígenas, áreas de preservação ambiental, terras do Exército. “Estamos discutindo apenas os direitos sobre 20% do território, o que equivale a 5,1 milhões de hectares. Se você considerar a lei de preservação ambiental, que determina que 80% de cada propriedade permaneça intocada, como reserva legal, estamos falando de 1,1 milhão de hectares.”

Aurelina vê também incompetência do governo federal para administrar as áreas que mantém sob a sua tutela, alegando que são verdadeiros “depósitos de terras improdutivas”.

Decreto 6686/2008 dá um ano para averbar Reserva Legal - Sítio Eletrônico da Fetraf - Luciane Bosenbecker – 15/12/2008

Foi publicado nesta quinta-feira (11.12) no Diário Oficial da União o Decreto 6686, que altera dispositivos do Decreto 6514, publicado em julho a pretexto de regulamentar a Lei de Crimes Ambientais (9605/98). Pelo novo texto, fica estendido até 11 de dezembro de 2009 o prazo para produtores rurais averbarem as áreas de Reserva Legal de suas propriedades. Segundo o Decreto 6514, o prazo para averbação terminava em 22 de janeiro. A Reserva Legal determina os percentuais de vegetação nativa que devem ser conservados nos imóveis. Estes índices são de 80% na Amazônia, 35% no Cerrado e de 20% nos outros biomas.

O Decreto 6686 também determina a suspensão, também até 11 de dezembro do próximo ano, dos embargos impostos diante da ocupação de áreas de reserva legal não registradas, mediante apresentação de protocolo por quem manifestar interesse em regularizar sua situação. O novo texto também define que os embargos a obras ou atividades são limitados apenas aos locais onde foram caracterizadas as infrações ambientais, não sendo aplicáveis ao restante das propriedades.

O novo decreto também dá anistia aos proprietários que receberam multas e sanções desde a entrada em vigor do decreto anterior. Caso não fizesse a averbação de Reserva legal, os proprietários ficavam sujeitos a multas, que em muitos casos superava o valor das propriedades, além de desapropriações de bens e bemfeitorias. O crédito agrícola também estava vetado para os proprietários que não cumprissem as determinações no prazo estipulado

Para a Fetraf-Sul a responsabilidade pelo cumprimento das leis e o custo da adequação das propriedades rurais tanto para as Áreas de Preservação Permanente (APP)

quanto as Reservas Legais (RL) devem ser assumidos pelo Estado e pelas empresas integradoras. Os agricultores não são os principais responsáveis pela poluição e muito menos, os únicos causadores do desequilíbrio ambiental. Por isso essa 'conta' não pode ser paga somente pela agricultura familiar. A Fetraf-Sul também defende a criação de um Fundo para indenizar as famílias que preservem suas áreas e que o Estado realize a averbação sem custo para os agricultores familiares.

Avanços e contradições – Marina Silva - Folha de São Paulo – Opinião - 15/12/2008

ENCERRADA a conferência de Poznan sobre mudança do clima, o saldo do Brasil é um importante e justo reconhecimento à sua política de metas de combate ao desmatamento, por parte de Al Gore, Ban Ki-moon, Nicholas Stern e muitos outros participantes. Com isso, aumenta o espaço de liderança brasileira na transição entre o protocolo de Kyoto e o regime que o sucederá a partir de 2012.

Nossa compreensível satisfação não pode, contudo, inibir a pressão sobre os países ricos para que cumpram suas metas obrigatórias. Embora, em tese, todos se proponham a agir, a fragmentação de caminhos é tal que a correlação necessária a uma estratégia global parece estar se diluindo. Esvai-se a noção do dever entre os maiores responsáveis pelas emissões de gases que aceleram a mudança do clima. Em seu lugar, entra uma espécie de voluntariado. Faz quem quer, como e quando quiser. Assim, quando países em desenvolvimento são elogiados por assumirem metas, é preciso lembrar que respondem por 20% das emissões. O foco principal precisa permanecer nos países ricos, que respondem por 80% e fazem tão pouco e com tanto rodeio. Que não fique a impressão de que agora a coisa vai porque os países em desenvolvimento vão fazer sua lição de casa.

No Brasil, o estabelecimento de metas coroa um processo impulsionado por um grande investimento em medidas e políticas estruturantes. Até por isso, temos moral para cobrar, dos países ricos, ética e cumprimento integral daquilo que estão devendo à humanidade e ao planeta.

Fragiliza-nos, porém, um paradoxo. Enquanto nossos representantes ostentavam em Poznan o programa de metas de redução de desmatamento, aqui era assinado decreto anistiando por um ano as multas por desmatamento. E os beneficiados diziam com todas as letras que, longe de entenderem esse período como de adaptação às normas de proteção ambiental, vêem-no como prazo para revogá-las de vez.

Não é a primeira vez que isso acontece. Na convenção da biodiversidade, o Brasil era visto como o país de postura mais proativa para a criação de um regime internacional para regular o acesso aos recursos genéticos e remunerar adequadamente as comunidades tradicionais por seus conhecimentos associados a esses recursos. Ao mesmo tempo, protelava-se aqui a aprovação de lei específica para regular esse acesso. E assim continua. O projeto está há dois anos na Casa Civil. Gestos bem acolhidos pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional têm que corresponder a atitudes coerentes ou estaremos sempre esvaziando as nossas próprias vitórias.

Regras ambientais atrasam assentamentos – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil - 15/12/2008

Por conta da ineficiência do governo federal e dos Estados, as novas exigências ambientais para a criação de assentamentos rurais têm travado a meta de reforma agrária. Há atualmente no país ao menos 12 mil famílias à espera de licenças prévias para que projetos de assentamento sejam criados -e elas, assentadas.

Dos 189 imóveis rurais adquiridos ou desapropriados neste ano pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), apenas 10% (19) tiveram as licenças prévias expedidas pelos órgãos ambientais dos Estados, de acordo com documento da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do órgão.

O Incra, porém, fez a solicitação de apenas 135 (71%) dessas áreas, num sinal de que a lentidão não está apenas na estrutura dos governos estaduais.

A licença prévia se tornou de um ano para cá um passo obrigatório para a criação de projetos de assentamento, divisão dos lotes e distribuição dos créditos aos trabalhadores rurais, muito disso por conta da pressão do TCU (Tribunal de Contas da União).

Um acórdão do tribunal reforçou uma resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) de dezembro de 2006. Segundo texto do conselho, a licença prévia deve ser expedida "na fase preliminar do planejamento" do projeto de assentamento, ou seja, entre a desapropriação da área e o assentamento das famílias.

O Conama diz ainda que "o órgão ambiental competente deverá conferir prioridade na análise e concessão da licença ambiental dos projetos de assentamentos de reforma agrária, tendo em vista a sua urgência e relevância social".

O governo da Bahia, por exemplo, admite que uma solicitação de licença prévia feita pelo Incra somente é expedida seis meses depois.

A falta de licença e de planejamento sobre o uso sustentável dessas áreas rurais tem servido de combustível para críticas aos assentamentos da reforma agrária localizados na Amazônia legal. Neste ano, o Ministério do Meio Ambiente divulgou uma lista na qual inclui assentamentos no topo do ranking de maiores desmatadores do país.

Meta - De acordo com documento do Incra obtido pela reportagem, dos 6.326 projetos de assentamento do país, apenas 1.690 (26%) tiveram suas licenças prévias ambientais solicitadas pelo órgão -sendo apenas 780 (12%) expedidas.

Neste ano, o índice de licenças expedidas é de 10%. Entre as regiões, os piores índices estão no Norte (0%), Centro-Oeste (6%) e Sudeste (8%). Na Bahia, por exemplo, dos 22 imóveis rurais comprados ou desapropriados neste ano, nenhum foi licenciado, assim como os 16 do Maranhão e os 26 do Distrito Federal.

Para 2008, a meta do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual o Incra é subordinado, é assentar 100 mil famílias. Mas, até a semana passada, cerca de 40 mil haviam sido beneficiadas. O governo já admite que a meta deste ano mais uma vez não será atingida, assim como já ocorrera nos anos de 2003, 2004, 2006 e 2007.

Impacto - "O impacto [pela não expedição das licenças] são essas cerca de 12 mil

famílias. Elas poderiam estar sendo contabilizadas como meta, mas não podemos. Eu tenho a impressão muito ruim de que não sairão mais licenças prévias neste ano", afirma o presidente do Incra, Rolf Hackbart.

A falta de licenças prévias, obrigatórias para o Incra a partir deste ano, é apenas uma das causas para o fracasso do programa de reforma agrária do governo. Entre outras, estão a incapacidade operacional do Incra, a valorização do preço da terra e o fato de o governo manter na gaveta do Planalto a proposta de atualização dos índices de produtividade (utilizados por técnicos do Incra na avaliação de uma área que pode ser desapropriada).

O aliado oculto do desmate – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/12/2008

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, se regozija com a receptividade, no exterior, do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, que prevê a redução do desmatamento na Amazônia em 73% até 2017. O plano, de fato, teve boa aceitação na 14ª Conferência dos Países Signatários da Convenção do Clima, das Nações Unidas, realizada semana passada em Poznan, na Polônia - apesar das duras críticas das ONGs ambientalistas brasileiras. Pela primeira vez, afinal, o governo se rendeu ao imperativo de fixar metas para a diminuição do desmate da Floresta Amazônica, abandonando o argumento puramente defensivo de que os estrangeiros querem preservá-la como uma reserva botânica para o seu desfrute, ao passo que o interesse nacional é o de promover o desenvolvimento da região, onde vivem 24 milhões de pessoas.

A fixação de metas, por si só, não assegura o seu cumprimento - está aí o Protocolo de Kyoto para mostrar a distância entre intenções e resultados no combate ao aquecimento global. De todo modo, trata-se de um avanço inegável perto da posição obtusa que prevaleceu até há bem pouco em Brasília. Como assinalou o professor José Goldemberg em artigo publicado ontem no Estado, o governo parecia ignorar que a principal vítima do desmatamento serão os próprios brasileiros, pelas mudanças climáticas disso resultantes no Nordeste e no Sudeste. Além disso, os países industrializados adotaram metas rigorosas para a redução das emissões de dióxido de carbono, o mais nocivo dos gases estufa, sem esperar pelo Brasil - o quinto maior emissor do mundo, exatamente devido ao desflorestamento.

O ministro Minc festeja também a redução do abate de árvores em 23% nos últimos seis meses e apregoa que "nossa meta é desmatamento zero". Muito bonito, fossem outros os dados da realidade. O primeiro deles é o custo da proteção ambiental. Segundo os cálculos oficiais, o Brasil pode precisar de mais de R\$ 9 bilhões por ano para dar conta do recado. Espera-se que o recém-criado Fundo Amazônia capte no exterior doações da ordem de R\$ 2,3 bilhões anuais. A diferença viria de fundos internacionais e do mercado de créditos de carbono - ainda uma grande incógnita. Já o segundo obstáculo é puramente brasileiro: a imensa dificuldade em regularizar as terras na Amazônia, sem o que o controle do desmatamento e o início do processo do desenvolvimento sustentável da região (onde só

10% das posses são legais) ficariam praticamente impossibilitados, no entender dos conhecedores.

O maior obstáculo à regularização fundiária está - para variar - no emaranhado de leis e decretos confusos e irracionais que tratam da questão. Um exemplo, detalhado ontem neste jornal pelo repórter João Domingos, é a Lei 6.383, de 1976, que trata das terras devolutas e limita a 100 hectares a extensão da propriedade rural para a legitimação da posse. Só que o texto condiciona a regularização de uma área à inexistência de problemas em toda a gleba de que ela faça parte, ainda que sejam diferentes os ocupantes do conjunto. Se um deles não tiver preservado 80% da reserva florestal ou não tenha tornado produtivo o seu lote passado um ano da ocupação, nenhuma outra parcela será regularizada. Cada ocupante, portanto, poderá ser penalizado por irregularidades alheias.

Com essa legislação e os atuais meios dos órgãos fiscalizadores, a varredura completa do Estado do Amazonas para fins de regularização levaria inimagináveis 1.372 anos, estima um estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Diante da enormidade, o governo montou um grupo de trabalho interministerial, sob a chefia da titular da Casa Civil, Dilma Rousseff, para sair desse labirinto de proporções amazônicas. O grupo já concluiu que pelo menos 9 leis e 3 decretos terão de ser drasticamente simplificados. A idéia é fazer as mudanças por medida provisória - aí sim um caso de relevância e urgência. Mas nem mesmo o governo se entende a respeito. O ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, se opõe ao grupo de trabalho, embora a sua Pasta nele esteja representada. Unger tem a sua própria proposta de medida provisória, que criaria uma Agência Executiva de Regularização Fundiária da Amazônia. Pelo visto, o tempo continuará jogando a favor do desmatamento.

MINC DERRUBA ADIAMENTO DE PUNIÇÃO POR DESMATE – Folha de São Paulo – Brasil - 16/12/2008

O decreto com punições aos desmatadores ganhará uma terceira versão para impedir um retrocesso no combate ao desmatamento na Amazônia e a liberação do crédito aos infratores. A nova versão foi negociada por Carlos Minc, que, ao voltar de viagem, percebeu a inclusão de um artigo sem seu conhecimento e que suspendia a punição. A Casa Civil disse que o texto não havia sido incluído a tempo nos despachos do presidente, o que seria feito hoje. Pela redação, ficarão suspensas só punições fora da Amazônia e que tenham sido aplicadas antes de 21 de dezembro de 2007.

Nível do mar sobe 0,5 cm em 5 anos – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & -
17/12/2008

Em apenas cinco anos, 2 trilhões de toneladas de gelo da Groenlândia, Alasca e Antártida derreteram e elevaram o nível do mar em 0,5 centímetro. Os dados, da Nasa, a agência espacial americana, foram apresentados simultaneamente ao anúncio das Nações Unidas de que 2008 será o 10º ano mais quente já registrado no planeta - desde que os cálculos começaram a ser feitos em 1850 - e que a década será a mais quente de que se tem notícia, com impacto também para o Brasil.

Michel Jarraud, secretário-geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM, braço da ONU), alerta que o ano de 2007 foi o pior em termos de perda de cobertura de gelo no Ártico, abrindo rotas marítimas pelo Pólo Norte e possibilitando o início de uma corrida pelo petróleo e gás na região. No ano passado, o gelo ártico cobria 4,3 milhões de km². “Estamos vendo que a camada de gelo é cada vez mais fina”, disse Jarraud.

Segundo a ONU, 200 milhões de pessoas que vivem em regiões costeiras estariam ameaçadas pelo fenômeno nas próximas três décadas. O governo das Ilhas Maldivas, por exemplo, já começa a pensar em soluções como a pura e simples realocação de sua população.

LIBERAÇÃO DE METANO - Mais da metade do derretimento de gelo dos últimos cinco anos ocorreu na Groenlândia, região que começa a experimentar uma verdadeira revolução natural. Só o Alasca perdeu 400 bilhões de toneladas de gelo terrestre. Partes do Ártico teriam registrado temperaturas quase 10°C mais quentes que em 2007. Na Sibéria, o temor é com a emissão de metano, que estava congelado em lagos. Agora, o gás pode começar a se desprender se as temperaturas continuarem elevadas.

Parte da redução da cobertura de gelo ocorre pelo aquecimento, acelerando graças às emissões de CO₂. Dados divulgados há duas semanas mostraram que nunca a concentração de CO₂ na atmosfera foi tão elevada como agora.

RECORDES REPETIDOS - O ano de 2008 registrou uma temperatura média de 14°C, 0,3 grau acima da média entre 1961 e 1990. Já 2005 foi o ano mais quente já registrado, com 14,8°C na média do planeta.

O que preocupa a OMM é que a tendência não parece estar mudando e, a cada ano, há novos recordes. Na Austrália, por exemplo, foi registrado o calor mais intenso da série histórica, com uma máxima superior a 35°C durante duas semanas inteiras. “O que estamos vendo é que fenômenos meteorológicos extremos estão sendo cada vez mais frequentes”, disse Jarraud. Em todo o mundo, o impacto dessas mudanças climáticas vem sendo sentido de forma diferente. Alguns países europeus vivem verões tropicais, enquanto o inverno foi menos frio na Escandinávia. Já na América do Sul, a Argentina registrou as temperaturas mais baixas.

Os fenômenos extremos ainda são exemplificados na ONU com a alta em julho deste ano de 3 graus Celsius na Argentina, Paraguai, Bolívia e sul do Brasil em relação à média climática do mês de julho. No Caribe, os furacões continuam a aumentar de intensidade.

Recua corte de mata virgem no AM – Liège Albuquerque – Estado de São Paulo – Vida & - 17/12/2008

Relatório anual das operações de combate ao desmatamento no Amazonas, realizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), aponta os mais baixos índices de desmate de mata primária dos últimos cinco anos. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que o Estado, com 1.558 km² desmatados em 2003, neste ano perdeu 479 km². Em 2007, foram 610,64 km². Para o superintendente do Ibama no AM, Henrique Pereira, o resultado pode ser explicado pela falta de acesso rodoviário à floresta. “Quem desmata no Amazonas tem de desbravar mata virgem”, disse. Além disso, a atuação conjunta dos governos estaduais e federal na fiscalização e autuação estaria funcionando. Este ano foram arrecadados R\$ 382 mi em multas no AM. “Com essa diminuição acelerada no desmatamento (no Amazonas), pode-se fazer uma projeção de desmate zero em 2015”, estimou Pereira.

Cai desmatamento no Amazonas, diz Ibama – Kátia Brasil – Folha de São Paulo – Brasil - 17/12/2008

O índice de desmatamento em floresta primária no Amazonas foi reduzido de 1.558,16 km² em 2003 para 479 km² neste ano, anunciou ontem o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), com base em estimativas feitas pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Em Lábrea, o único dos 62 municípios do Amazonas incluído na lista dos 36 campeões de desmates na Amazônia, a marca de 471,91 km² de floresta derrubada em 2003 caiu para 54,16 km² neste ano. Os números são do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal), do Inpe.

O gerente-executivo do instituto no Amazonas, Henrique Pereira, credita a queda nos índices de desmatamento à política federal de combate à exploração ilegal de madeira e também à criação de unidades de conservação como as reservas extrativistas do Médio Xingu e Ituxi e o parque nacional do Mapinguari, que eram alvo da ação tanto de madeireiros como de grileiros. "O trabalho que decorre dessas ações tem dado um sinal muito claro à sociedade amazonense de que o desmatamento ilegal no Amazonas é um crime que não compensa economicamente", disse Pereira.

Nas ações de campo, o Ibama no Amazonas também executou operações que resultaram em multas totais de R\$ 382,1 milhões neste ano.

MDA defende ações conjuntas para combate ao desmatamento – Sítio Eletrônico do MDA – 18/12/2008

Nesta quinta-feira (18), o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Daniel Maia, falou sobre a importância das iniciativas conjuntas para o combate ao desmatamento na região Amazônica. Por ocasião da VI Reunião do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAm), Maia afirmou que “o MDA e o Incra estão engajados em um esforço conjunto do Governo Federal para não só garantir a prevenção, mas o combate ao desmatamento da Amazônia”.

Na abertura do evento, Maia enfatizou que o MDA e o Incra atuam em duas frentes de combate ao desmatamento: articulando ações com outros ministérios e na regularização fundiária. “Temos uma perspectiva da necessidade efetiva de agilizar o processo da regularização fundiária, identificando os proprietários de cada área para termos de quem cobrar, e também estimulando a preservação”, disse.

O secretário executivo destacou ainda as diretrizes do dois órgãos para diminuir o desmatamento sem controle na região. “Estamos consolidando uma proposta para desburocratizar o processo de regularização fundiária com estados e municípios. Adicionalmente, estamos adaptando os projetos de assentamentos que levem em conta as particularidades e especificações desta região, que ocupa 60% do território brasileiro. Desde 2003, privilegiamos o agroextrativismo, para explorar a floresta, utilizá-la , mantendo-a de pé. Com isso, vamos garantir o sustento das famílias que lá vivem, preservando o meio ambiente e garantindo o desenvolvimento sustentável da região”, explicou.

A reação aos trabalhos do governo - Apesar do crescimento de 4% no desmatamento entre os anos de 2007 e 2008, o consultor do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Marcos Rosa, ressalta que esse resultado já pode ser considerado bom. “A situação acendeu um sinal de alerta que fez com o governo buscasse iniciativas e reagisse no fim do ano. Foram medidas de recadastramento de áreas rurais, embargo das áreas desmatadas, e responsabilização da cadeia produtiva”, contou.

Rosa atribui à ação conjunta dos órgãos participantes do PPCDAm a responsabilidade por estancar o processo de crescimento do desmate na região amazônica. O consultor acrescentou que essa redução chegou a 60% em maio e junho, logo após as medidas tomadas. Para 2009, acredita na redução drástica do desmatamento, devido às novas portarias, leis, decretos e instruções normativas tomadas para reverter o processo e crê ainda no aumento da fiscalização com as novas metas assumidas pelo Governo Brasileiro na Convenção do Clima das Nações Unidas, realizada no início deste mês na Polônia.

O PPCDAm reúne mais de 14 órgãos do Governo Federal além de estados e municípios e tem como objetivo avaliar instrumentos para reduzir queimadas e derrubada ilegal de árvores na Região Amazônica de maior vulnerabilidade, conhecida como Arco do Desmatamento.

**“Frente à crise, nós vamos mostrar o novo modelo de desenvolvimento da Amazônia”
– Agência Carta Maior – Clarissa Pont e Mauricio Thuswohl - 19/12/2008**

Em entrevista à Carta Maior, Ana Júlia Carepa, governadora do Pará, sede do próximo Fórum Social Mundial, afirma que “é possível um novo modelo de desenvolvimento que nós, como governo, estamos fomentando no estado mais populoso da Amazônia”. “Entendemos a importância de demonstrar nossas políticas públicas”, acrescenta, “mas sabemos que é mais importante fortalecer essa discussão dos movimentos sociais, de organização, de escolha de modelos de sociedade que queremos”.

BELÉM – A petista Ana Júlia de Vasconcelos Carepa começou na política como líder estudantil, na Universidade Federal do Pará. Arquiteta, passou a atuar no movimento sindical. Foi funcionária de carreira do Banco do Brasil e representante dos trabalhadores no Conselho Nacional da instituição. Em 1992, elegeu-se vereadora em Belém e quatro anos depois chegou à Câmara dos Deputados. Foi vice-prefeita de Belém do Pará em 1997 e depois deputada federal. Nas últimas eleições, Ana Júlia foi eleita governadora do Estado do Pará, depois de uma disputa acirrada. O Pará foi um dos Estados que recebeu auxílio de tropas federais para garantir a segurança da votação. Na última semana, surgiram denúncias de apreensão de cerca de 9.000 jornais apócrifos contra Ana Júlia, material que teria sido produzido pelo PSDB.

A algumas semanas da realização do Fórum Social Mundial 2009, na capital paraense, *Carta Maior* esteve em Belém e conversou com Ana Júlia. Para ela, a realização desta edição do encontro em um dos estados da Amazônia é “provar a sociedade que é possível sim um mundo mais justo, onde as pessoas possam realmente usufruir do produto da riqueza dos recursos naturais, mas sem precisar destruir o meio ambiente. Que a população possa se apropriar das nossas riquezas, até porque elas até então foram apropriadas por poucos”.

Carta Maior – Qual a importância do Fórum Social Mundial na visibilidade das políticas públicas realizadas pelo Governo do Pará?

Ana Júlia Carepa – Para nós, o Fórum é importante principalmente nesse momento em que se discute uma crise que tem origem exatamente nos países desenvolvidos. Para mostrar que é possível um novo modelo de desenvolvimento que nós, como governo, estamos fomentando na Amazônia. No estado mais populoso da Amazônia. Nós entendemos a importância de demonstrar nossas políticas públicas, mas sabemos que é mais importante fortalecer essa discussão dos movimentos sociais, de organização, de escolha de modelos de sociedade que queremos. Frente à crise, é importante discutir isso em plena Amazônia. O Fórum é fundamental politicamente também, porque nós sabemos que existe essa disputa de visão, principalmente para o governo que tem que trabalhar com toda a sociedade.

Muitas vezes nós sofremos críticas porque trabalhamos especialmente pra uma parcela da sociedade. Para que essa parcela tenha acesso a políticas públicas que faltaram durante muitos anos, e também para que essa parcela possa ter acesso à informação e conhecimento da melhor qualidade. Para fazer essa disputa em termos de modelo é importante que os movimentos sociais estejam organizados e fortaleçam essa visão. Para provar à sociedade

que é possível sim um mundo mais justo, onde as pessoas possam realmente usufruir do produto da riqueza dos recursos naturais, mas sem precisar destruir o meio ambiente. Que a população possa se apropriar das nossas riquezas, até porque elas, até então, foram apropriadas por poucos.

As nossas políticas públicas vão aparecer, como o Navega Pará, o Bolsa Trabalho que já recebeu prêmio como uma das melhores práticas em relação a nossa juventude. Segundo o Banco Mundial, é o melhor programa de capacitação de jovens em execução na América Latina. Nossa meta é atingir 120 mil jovens até 2010.

E o outro aspecto é o de receber as milhares de pessoas que poderão conhecer as belezas da Amazônia. O turismo que ajuda a gerar emprego e a distribuir renda será importante também. Nós vamos mostrar que não vai ser um caos, que vamos ter uma cidade com segurança. Belém não vai, em dois anos, conseguir superar todas as carências históricas que ela tem nem, mas o Governo do Estado deu passos significativos para que todos os investimentos que estamos fazendo possam ser apropriados pelas pessoas.

CM – *Em Porto Alegre, o Orçamento Participativo sempre foi um tema muito caro às discussões do Fórum. Quais experiências de democracia participativa o Pará tem para mostrar e debater durante este FSM?*

Ana Júlia – O Pará vai demonstrar o Planejamento Territorial Participativo (PTP), que é uma iniciativa semelhante ao Orçamento Participativo, mas é uma realização característica aqui do nosso estado, com uma forma diferenciada. Até porque a participação popular é um processo que se aperfeiçoa e se adapta à realidade de um local. Aqui, nós fomos aos 143 municípios do Estado do Pará e decidimos prioridades para o Plano Plurianual, que vão ser feitas ao longo de todo governo. Foram eleitos conselheiros em todas as regiões, nós temos 12 conselhos regionais e um estadual. Esses encontros dentro do PTP que vão fortalecer a participação popular e o controle social, que é uma coisa na qual a gente acredita muito, na participação democrática da sociedade na definição dos rumos da gestão.

CM – *Nas edições anteriores do FSM, em Porto Alegre, contou-se com o apoio da Prefeitura e, no primeiro ano, também do governo do Estado. Na Venezuela, o apoio era federal. Aqui, a realidade é nova. Como se dá essa relação entre o governo estadual, o governo federal e as outras prefeituras paraenses?*

Ana Júlia – A relação com o governo federal é excelente, foi nosso parceiro na organização e na concepção dos projetos necessários para que a cidade tivesse condições de receber o Fórum e de que ele acontecesse da forma mais bem estruturada possível. Com os municípios, eu diria que não foi tão simples. Eu espero que aconteça um empenho maior da Prefeitura de Belém, principalmente nas ações para a realização do Fórum. O que eu acho importante, e isso eu ouvi de uma das pessoas do Comitê Internacional, é que esse Fórum tem uma característica fundamental. Reconhece-se todo o esforço feito em Porto Alegre, outros lugares do mundo não deram apoio nenhum. Na Venezuela, já foi o contrário, por pouco não se perde a autonomia. E o Comitê reconhece que aqui no Pará essa relação com os governos federal e estadual foi muito boa. Lógico, algumas tensões sempre acontecem,

mas aqui existe um apoio sem necessariamente substituir a coordenação, até porque esse não é o nosso papel.

Nós vamos participar do Fórum de Autoridades Locais e não abrimos mão de mostrar as políticas públicas do nosso governo como uma alternativa. O Fórum chegou num momento decisivo, inclusive da existência dele. O encontro precisa dizer a que veio, mostrar para a sociedade como as coisas acontecem de forma concreta, as propostas de rumos, de como nós achamos que a sociedade deve se organizar, como o Fórum pensa as políticas públicas. Nós queremos fazer uma demonstração clara das nossas políticas públicas.

O nosso Um Bilhão de Árvores, por exemplo, é o maior programa de reflorestamento e recomposição florestal do planeta. Mostrar que é possível agregarmos valor aos nossos recursos naturais, como queremos fazer com o nosso minério, transformando nosso ferro em emprego, em desenvolvimento, em distribuição de renda. Nós somos a maior província mineral do mundo, produzimos ferro, mas esses empregos são gerados em outros países. Ora, é mais do que justo fazer com que esses empregos sejam gerados aqui no Estado do Pará. Nós não vamos abrir mão de mostrar isso pro Brasil e pro mundo. Pro mundo todo e pro
Brasil.

CM – *Uma das grandes bandeiras deste governo é promover este desenvolvimento diferenciado. Como essa idéia se estrutura dentro das discussões do Fórum, ainda mais se pensarmos que a crise econômica será tema constante do encontro?*

Ana Júlia – Isso reforça a nossa política, a nossa visão de sociedade e o que nós incentivamos de desenvolvimento. Um desenvolvimento que depende menos dos centros financeiros do mundo, que funciona a partir dos nossos recursos naturais e da valorização deles. É isso que temos que mostrar ao mundo. Eu particularmente já estive na Inglaterra, a convite do Príncipe Charles e nos Estados Unidos a convite do governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, para mostrar que é necessário aprovar uma compensação para que a população aqui possa fazer com que o desmatamento seja evitado. É a compensação pelo desmatamento evitado e isso é justo e legítimo. Porque as pessoas aqui precisam viver e precisam viver com dignidade, ter acesso à água, à habitação, saúde e moradia digna.

É mais do que justo que para que a floresta seja mantida em pé, as pessoas que vivem na floresta recebam por isso. Eles estão cuidando de um patrimônio que beneficia não só o povo do Pará, mas o povo do mundo.

Nós estamos fomentando esse novo modelo de desenvolvimento, sabemos que precisamos ter muitos investimentos na área de infra-estrutura, transporte, saneamento e abastecimento de água. Mas não temos dúvida de que o caminho para termos um desenvolvimento com sustentabilidade social e ambiental é o melhor. A marca do nosso governo é a inclusão social. Estamos transformando esperanças e sonhos em realidade. Isso é fundamental e vamos
mostrar
que
é
possível.

CM – *Nesse sentido, qual a importância do Fórum de Autoridades Locais?*

Ana Júlia – A importância está na direção do próprio Fórum. Você realiza um evento como esse onde você traz autoridades municipais, estaduais, mas também do mundo inteiro. E essa troca de experiências entre quem tem identidade com os princípios do Fórum é ótima, porque o mundo precisa conhecer coisas positivas. É importante que a gente fomenta isso no imaginário da população, que a gente ganhe corações e mentes para mostrar que é possível um novo mundo. Que não é só essa governadora mulher, ousada, do PT que está fazendo isso, são pessoas pelo mundo inteiro. E o Fórum de Autoridades Locais vai ajudar na troca de experiências de participação popular e de democracia que podem avançar mais ainda na execução das políticas públicas.

CM – *A imprensa tem publicado críticas sobre a organização do Fórum aqui. Alguns veículos da grande imprensa dizem, por exemplo, que o Governo Federal estaria “enterrando dinheiro” no Estado do Pará, como se o Fórum fosse um evento sem importância. O que a senhora pensa sobre a herança do FSM para a cidade?*

Ana Júlia – Olha, dos R\$ 129 milhões, grande parte disso é do Governo Federal. Deste total, um volume de apenas R\$ 6 milhões não resultará em benefício direto para a população. São aqueles recursos para montar palco, fazer iluminação, ou seja, é uma parcela muito pequena. Todo o restante vai ficar para o povo do Pará e para a população que mais precisa. Talvez essa imprensa maledicente ache que não haja necessidade de investir no povo pobre. Para que enterrar dinheiro no Estado do Pará? Essa é uma concepção preconceituosa mesmo. Todo esse recurso vai ficar como saneamento, drenagem, pavimentação, iluminação pública, habitação. É um benefício imenso para a sociedade do entorno. Isso só o investimento direto no Fórum. Os recursos do PAC no entorno chega a R\$ 368 milhões que vão mudar a vida de todas as pessoas que moram nessa região. Eu quero dizer que o povo do Pará agradece esses recursos e nós vamos mostrar ao Brasil e ao mundo como isso vai ser benéfico para a população que mais precisa.

A Lei da Mata Atlântica – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 21/12/2008

Na região metropolitana de São Paulo, nos últimos três anos, foram desmatados 437 hectares do que restou da mata atlântica, cinco vezes mais do que entre 2000 e 2005. Quase metade, na região da Serra da Cantareira, considerada uma das maiores florestas urbanas do mundo, fonte dos mananciais que abastecem de água mais da metade da população da Grande São Paulo. Aí foi onde houve o maior desmate da mata atlântica, seguida pelas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro (205 hectares) e de Vitória (150 hectares). Esses dados foram divulgados na quarta-feira, dia 17, pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e mostram que o desmate voltou a crescer desde que foi divulgado, em maio, o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica 2000-2005, que mostrava uma certa redução em relação ao período 1995-2000.

A mata atlântica, que se estendia por 17 Estados, num total de 1,3 milhão de quilômetros quadrados, e que correspondia a 15% do território nacional, hoje cobre apenas 1% das terras do País.

Na Serra da Cantareira, em São Paulo, uma parte da devastação deveu-se à ação de loteadores clandestinos, mas a parcela maior se deve à ocupação irregular, que se multiplicou a partir dos anos 90. Há nove meses, reportagem publicada pelo Estado denunciava os prejuízos provocados pelas licenças concedidas para novos empreendimentos na Cantareira. Desde 2005, aproximadamente 900 alvarás foram expedidos liberando a construção de casas e condomínios na Bacia dos Rios Juqueri-Cantareira, que compreende os municípios de Mairiporã, Caieiras, Franco da Rocha e São Paulo.

As licenças ambientais são concedidas mediante laudos de flora e fauna. Análises determinam o quanto pode ser construído, o total de vegetação que deve ser mantida intacta e qual o percentual de reflorestamento que tem de ser realizado após a conclusão da obra. Sem fiscalização, no entanto, raramente são cumpridas essas determinações de compensação ambiental.

Além da falta de vigilância, as leis brasileiras sobre ocupação de áreas verdes se mantiveram ultrapassadas anos a fio. Somente em 2006 foi aprovada lei específica sobre utilização e conservação da cobertura vegetal da mata atlântica. Elaborada com a colaboração de organizações e movimentos ambientalistas para assegurar a preservação e recuperação da mata, só foi regulamentada, no entanto, no mês de novembro passado, dois anos depois de aprovada.

Na solenidade de assinatura, o presidente Lula cobrou maior envolvimento dos prefeitos na preservação da mata atlântica. “Ou nós envolvemos os prefeitos ou vamos ficar correndo atrás de fumaça”, afirmou. Grande parte da cobertura vegetal está próxima ou dentro de grandes concentrações urbanas e sofre a ofensiva de agentes do mercado imobiliário. O decreto traça os parâmetros para a elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, com o objetivo de mobilizar os prefeitos para a realização dessa tarefa. O governo federal quer que os governos locais dos Estados por onde a mata atlântica se estende recuperem a cobertura vegetal, passando dos 7% que restam da cobertura vegetal original para, pelo menos, 27%.

A Lei da Mata Atlântica dá nova orientação aos órgãos de fiscalização e às secretarias estaduais de meio ambiente na definição das licenças para abertura de estradas e instalação de novos empreendimentos no bioma. Cria também incentivos financeiros para restauração dos ecossistemas, estimula doações da iniciativa privada para projetos de conservação, regulamenta artigo da Constituição que define a mata atlântica como Patrimônio Nacional, delimita o seu domínio, proíbe o desmatamento de florestas primárias e cria regras para exploração econômica.

Enfim, há agora um instrumento legal para que os governos dos Estados onde ainda há remanescentes da mata atlântica, como é o caso de São Paulo, liderem a união dos prefeitos das suas respectivas regiões metropolitanas na tarefa de reconstituir o máximo do que foi devastado e de evitar a continuidade da destruição.

Sarkozy vai cobrar de Lula meta de emissões - Andrei Netto – Estado de São Paulo – Nacional – 21/12/2008

Em sua primeira visita oficial ao Brasil, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, vai cobrar do governo brasileiro a criação de metas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. Dez dias depois da 14ª Conferência do Clima (COP) das Nações Unidas, durante a qual aprovou seu próprio programa ambiental - chamado Pacote Energia-Clima -, a União Européia defenderá no Rio a adoção de objetivos numéricos também por países emergentes, visando a um acordo em Copenhague, em 2009.

A revelação foi feita pelo conselheiro diplomático do Palácio do Eliseu, Jean-David Léville, às vésperas da viagem de Sarkozy ao Brasil para participar das cúpulas Brasil-União Européia e Brasil-França.

A menos de um ano da 15ª COP, na Dinamarca, o bloco europeu quer a mobilização de países em desenvolvimento, já que as nações industrializadas terão de se comprometer a reduzir emissões de dióxido de carbono. A pressão sobre os emergentes ocorrerá porque a Europa crê que os Estados Unidos, no governo Barack Obama, vai se incorporar às negociações internacionais. “Queremos que o Brasil aceite obrigações numéricas, já que é o quarto maior emissor de gases de efeito estufa”, disse Léville.

Depois de aprovar seu pacote 3 x 20 - 20% de redução das emissões, 20% de economia de energia e 20% de energias renováveis até 2020 -, a União Européia se sente no direito de cobrar dos demais países. Nem o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente em 1º de dezembro, e bem-sucedido na 14ª COP, na Polônia, vai reduzir a pressão.

No PNMC, o Brasil se comprometeu - desde que receba recursos internacionais - a reduzir o desmatamento da Amazônia em até 73% até 2017. Mas o País ainda não tem metas de redução de emissões de gás carbônico. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que o governo trabalha para estimá-las. O desmatamento é, no País, o principal fator a contribuir para o aquecimento global.

A agenda oficial de Sarkozy no País começa na segunda-feira, às 12 horas. Na 2ª Cúpula Brasil-UE, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá Sarkozy e ministros como Bernard Kouchner, das Relações Exteriores, e Hervé Morin, da Defesa, além do presidente da Comissão Européia, o português José Manuel Durão Barroso. Às 16 horas, será realizada entrevista coletiva com a presença dos chefes de Estado. Às 18h30, Sarkozy e a primeira-dama, Carla Bruni, terão encontro com a comunidade francesa no Museu de Arte Moderna, onde será lançado o Ano da França no Brasil. Na terça-feira haverá a principal reunião bilateral entre os presidentes.

Chico Mendes – Marina Silva - Folha de São Paulo – Opinião – 21/12/2008

VINTE ANOS sem Chico Mendes, assassinado em Xapuri no dia 22 de dezembro de 1988, aos 44 anos. O país, ainda embalado pela Constituição recém-aprovada, primeira a reconhecer a proteção do meio ambiente como dever do Estado e direito e dever dos cidadãos, via repercutir no mundo inteiro a notícia da morte do seringueiro que ousara liderar um movimento para evitar a destruição da Amazônia.

Nestes vinte anos, expandiu-se muito o espaço das preocupações ambientais no planeta. Hoje, Chico Mendes seria um entre tantos a enfrentar a resistência dos que teimam em esquivar-se de inescapáveis mudanças no estilo de desenvolvimento predador ainda dominante. E por que Chico foi tão especial? Porque se antecipou ao tempo e deu coordenadas, com clareza e simplicidade, para aspirarmos a uma era de maior convergência entre crescimento econômico, justiça social e respeito a limites no uso dos recursos naturais. Porque foi um líder profundamente comprometido com valores e original na ação.

Há quem esteja tão à frente, pela intuição, pela sabedoria, pela capacidade de se ver em muitos, que vai varando o tempo e alcança o futuro no presente. E aqueles que antecipam o tempo nunca o fazem impunemente. Mandela, Ghandi, Luther King pagaram o preço. Chico Mendes também pagou. Parece que essa capacidade antecipatória tem sempre efeito avassalador, tanto para provocar incompreensão quanto para despertar consciências ou, ainda, para abreviar a vida de quem se transforma em antena do mundo e da humanidade.

Chico viveu tudo o que suas circunstâncias permitiram e seus ideais pediram. Tinha uma visão horizontal, inclusiva, quase feminina da política. Preferia a negociação à disputa, a conversa ao conflito, a aliança ao protagonismo exclusivista, mas assumiu radicalmente todas as confrontações necessárias, até a final, com a sua própria morte tão anunciada. E ganhou, sobrevivendo a ela.

Como diz Lacan, o sentido só aparece depois. No caso de Chico, apareceu plenamente após sua morte, porque a antecipação só pode mesmo ser percebida depois. Pessoas como ele são realizadoras de sonhos, de esperança, alimentadoras de novos processos. Se "tudo que é sólido desmancha no ar", elas nos dizem que tudo que é sólido se sustenta nos sonhos.

Quando vivo, acusavam-no de ser contra o desenvolvimento da Amazônia, de fazer "o jogo dos americanos". Hoje, seu discurso é a sustentação para o discurso de todos, sinceros e insinceros, que tentam seguir carreira política, fazer investimentos ou implantar projetos na região.

contatomarinasilva@uol.com.br

76% de mata de campeã em desmate vai para pecuária – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil- 21/12/2008

Mapeamento por radar dos 36 municípios que mais desmatam a Amazônia aponta Ulianópolis (PA) como o que já perdeu a maior parte de sua floresta -76%- para dar espaço à pecuária. O levantamento feito pelo Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia), a que a **Folha** teve acesso, desfaz dúvidas levantadas no início do ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação às taxas oficiais de desmatamento.

As imagens de radar, ainda mais precisas que as dos satélites do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), já ajudam o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) a localizar criadores de gado em áreas desmatadas ilegalmente e que sofreram embargo da atividade econômica.

A estimativa é que haja mais de 500 mil cabeças de gado em áreas desmatadas ilegalmente e que desrespeitaram o bloqueio de produção, disse Flávio Montiel, diretor de proteção ambiental do instituto. Segundo ele, entre 20% e 25% das propriedades autuadas desrespeitaram o embargo. Bois "piratas" podem ser apreendidos.

Tendências do desmatamento na Amazônia foram debatidas na semana passada em seminário em Brasília. O Estado do Maranhão passou a integrar o grupo de Estados que mais abatem a floresta. Lá, o desmatamento está mais associado à produção de carvão vegetal. Na fronteira agrícola, o problema decorre sobretudo do avanço da pecuária. Pará e Mato Grosso ainda lideram o ranking dos Estados mais devastadores.

Outra tendência verificada é de desmatamento em áreas menores, que fogem do alcance dos satélites do Inpe, feito supostamente de forma a tentar burlar a fiscalização. O ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) avalia que o cumprimento das metas de desmatamento, fixadas no Plano Nacional de Mudanças Climáticas, exigirá grande esforço. Entre agosto de 2007 e julho de 2008, a Amazônia perdeu quase 12 mil quilômetros quadrados de mata. "A expansão do desmatamento segue um padrão incontrollável", disse o diretor-geral do Sipam, Marcelo de Carvalho Lopes. Os radares do Sipam rastream um território de cerca de 780 mil quilômetros quadrados -correspondente à área dos 36 municípios que registram ritmo mais acelerado de desmatamento-, entre os meses de março e outubro. Foram cerca de 350 horas de voo. As imagens de radar já foram repassadas ao Ibama e ficarão disponíveis para a fiscalização em Estados e municípios.

Entre os 36 municípios, 7 já perderam mais da metade de suas florestas, embora a lei fixe o limite de desmatamento no bioma amazônia em 20% das propriedades. Da lista, São Félix do Xingu (PA) foi o que perdeu a maior extensão de floresta: 13,5 mil quilômetros quadrados, o que corresponde a 16% do território do município, um dos maiores do Brasil. Esse número ainda pode aumentar porque a análise das imagens ainda não foi concluída. Falta analisar cerca de 3% do total.

Mais da metade das cidades da lista (19) é de Mato Grosso. O governador do Estado, Blairo Maggi (PR), foi quem mais contestou os dados do Inpe quando o instituto apontou o aumento no ritmo do desmatamento na Amazônia.

Poder de setores que desmatam se reflete nas eleições municipais – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008

Levantamento feito pela Folha a partir de dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) mostra que 25 prefeitos eleitos (69%) nesses municípios são diretamente ligados ou receberam doações de campanha vindas de pessoas e empresas ligadas à agricultura, à pecuária e à indústria madeireira.

No Pará, Estado campeão do desmatamento entre agosto de 2007 e julho de 2008, segundo o Inpe, com 5.180 km² derrubados, o resultado eleitoral de 10 dentre as 12 prefeituras da lista (83%) seguiu a regra. Em Mato Grosso, que teve o maior número de municípios na lista dos mais desmatados divulgada em janeiro (19), foi possível identificar a conexão em 14 campanhas vitoriosas (73%).

Em Juína (MT), a eleição do petista Alcir Peruzzo contou com a ajuda financeira do madeireiro Osmar Queiróz. Um dos 124 presos em 2005 pela Polícia Federal na Operação Curupira -que desmontou um esquema de exploração ilegal de madeira-, Queiróz doou R\$ 3.000 à campanha de Peruzzo.

Em Lábrea (AM), 52% dos R\$ 106.342 gastos na campanha à reeleição do prefeito Gean Campos de Barros (PMDB) vieram de duas doações feitas pelo empresário e fazendeiro Frederico Scheffer.

Reserva - O fazendeiro atualmente tenta na Justiça impedir a criação, pelo governo federal, da Floresta Nacional do Iquiri e da Reserva Extrativista de Ituxi. As duas áreas propostas estão localizadas nos 150 mil hectares que o fazendeiro possui no município amazonense.

Oito madeireiras doaram o equivalente a 40% dos custos da campanha do prefeito reeleito de Paragominas (PA), Adnan Demachki (PSDB). Ao todo, foram 12 depósitos, que somaram exatos R\$ 170 mil.

Demachki disse ter recebido "com orgulho" a ajuda das madeireiras. Segundo ele, todas têm projetos de exploração legalizados, com planos de manejo. "Eu defendo o que é legal para o município. Uma dessas madeireiras tem selo verde [a certificação internacional do setor]. Outra só usa madeira reflorestada. Então, não vejo o que contestar".

Peruzzo disse que teve doações de vários setores" em "pequenas quantidades" e que sua campanha foi "modesta e sem nenhum comprometimento".

Informado por telefone do tema da reportagem, o prefeito reeleito de Lábrea chegou a marcar um horário para falar à reportagem, mas depois não atendeu às ligações.

Scheffer defendeu as doações feitas a Barros e disse que a vitória dele não o ajuda na ação judicial que move contra a criação das áreas de preservação. A advogada de Queiróz não respondeu à reportagem.

Filha de Chico Mendes vê vitória de desmatadores – Matheus Pichonelli e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008

Vinte anos após a morte de Chico Mendes, Elenira Mendes, 24, filha do seringueiro, afirma que os desmatadores que patrocinaram o assassinato de seu pai, em 22 de dezembro de 1988, seguem vencendo a "queda de braço" na Amazônia. "Com certeza eles ganharam na época. Hoje o cenário é diferente, mas ainda estamos perdendo a queda de braço", afirma ela. "Foram criadas as reservas [extrativistas], sonho do meu pai, mas esbarramos em outro problema: como, dentro das reservas, pessoas vão sobreviver dignamente sem precisar destruir?", questiona. Elenira tinha quatro anos quando ocorreu o crime, em Xapuri (AC). Hoje, preside a ONG Instituto Chico Mendes e se dedica a projetos de educação ambiental para a região. A criação de reservas extrativistas, para uso comum na floresta, era defendida por Chico Mendes, que se opunha à divisão das terras em lotes e cercas. "Hoje os bois tomaram conta das reservas", lamenta ela.

Em setembro, a **Folha** revelou que a área desmatada na unidade de conservação federal que leva o nome do seringueiro cresceu 11 vezes desde 1988 e chegou a 6,3% da reserva, que tem atualmente cerca de 10 mil cabeças de gado. Segundo o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), há um plano para que, até 2010, a área seja só extrativista.

Mudança - Em 20 anos, Chico Mendes, que hoje dá nome ao instituto do governo federal responsável pela administração das unidades de conservação ambientais, já foi tema de livros, teses, filmes e músicas.

Elenira diz, porém, que só se deu conta da importância do pai depois dos 18 anos, quando uma tia deu a ela uma foto com uma dedicatória escrita por Mendes: "És a vanguarda da esperança. Elenira, darás continuidade um dia à luta que teu pai não conseguirá vencer". "Até então, tinha resistência em relação à questão ambiental, uma coisa ligada à morte dele. Mas ler aquilo me fez perceber que precisava me envolver", afirma Elenira, formada em administração e que se especializou em gestão de recursos ambientais.

A filha do seringueiro conta que Mendes está prestes a se tornar também personagem de histórias em quadrinhos, o "Chiquinho". Para janeiro, diz, está previsto o lançamento de uma revista de Ziraldo. Ela diz que Mendes teria hoje "grande projeção política", mas provavelmente estaria filiado ao PV -ele foi fundador do PT no Acre, Estado governado há quase dez anos pela sigla.

Neste mês, o ativista foi anistiado pela perseguição sofrida durante o regime militar por conta de suas atividades sindicais, quando foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional por "incitar atentado contra a paz". A viúva de Mendes recebeu R\$ 337,8 mil de indenização e uma pensão vitalícia de R\$ 3.000. A decisão, em meio às homenagens ao líder, ocorre no momento em que o fazendeiro Darly Alves da Silva, condenado como mandante do assassinato, passou a cumprir pena em regime domiciliar. Elenira diz que a possibilidade de encontrar com Darly causa desconforto, embora a tensão não seja a mesma da vivida pela família em 1988. "Tenho de aprender a conviver com isso."

Seringueiro se tornou símbolo da Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008

Trabalhando em seringal desde a infância, o ambientalista Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes, se tornou um dos símbolos pela preservação da Amazônia. Filho de seringueiro, começou a trabalhar na área aos nove anos de idade porque até 1970 os fazendeiros da região não permitiam escolas em suas propriedades. Participou da fundação de sindicatos de trabalhadores rurais no Acre, dentre eles o que veio a presidir, em Xapuri, no ano de 1982.

Eleito vereador em 1977 pelo MDB, promoveu debates sobre a questão ambiental. Foi quando passou a ser perseguido. Participou da fundação do PT no Acre. Em 1987, denunciou a membros da ONU que projetos financiados por bancos internacionais destruíam a floresta e expulsavam seringueiros da região. Foi convidado a discursar no Senado americano. Após isso, os financiamentos foram suspensos. Recebeu diversos prêmios na área ambiental. Em 1988, aos 44 anos, foi morto na porta de sua casa.

Reserva já teve 3.000 hectares devastados – Matheus Pichonelli e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 21/12/2008

Uma operação com apoio policial realizada em meio às homenagens a Chico Mendes na reserva extrativista que leva seu nome colocou em evidência problemas vividos nos seringais idealizados pelo ativista.

O governo federal, por meio do Ibama e da Polícia Federal, promete embargar áreas onde forem identificados desmatamentos e criações de gado acima do permitido na Reserva Extrativista Chico Mendes, criada há 18 anos. Na operação, que notificou 28 famílias em situação irregular e deu prazo para retirada ou adequação às regras, foram encontradas mais de 4.000 cabeças de gado e quase 3.000 hectares desmatados. A ação provocou reação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, que já foi presidido por Chico Mendes. "Tudo o que o governo não regulou quer fazer agora de uma vez", diz Dercy Teles de Carvalho, presidente do órgão.

Ela critica a ausência de esclarecimento sobre regras de uso e manejo nas reservas e as multas aplicadas. Diz que os seringueiros optam pela pecuária por questão de sobrevivência, já que o preço pago pela borracha -R\$ 4,10 o quilo- é baixo. Sebastião Santos, chefe do posto do Instituto Chico Mendes, órgão federal, na reserva, diz que a operação é contra desmatadores. Segundo ele, 80% das 1.800 famílias do local vivem em situação legal. Para a historiadora Benedita Maria Gomes Esteves, da Universidade Federal do Acre, autora de estudos sobre a reserva, o problema é que as unidades estão cercadas por grandes fazendas. "A população está sucumbindo em ilhas. Não foi feito trabalho, por parte do governo, para minimizar o impacto em torno das áreas". Ela critica a extinção da Secretaria do Extrativismo e a falta de projetos com universidades. Procurado, o governador Binho Marques (PT) não respondeu aos pedidos de entrevista. **(MP e JCM)**

Viagem à Amazônia - Denis Lerrer Rosenfield – Estado de São Paulo – Espaço Aberto –
22/12/2008

Visitei, no início de dezembro, a região a convite do Comando Militar da Amazônia. A viagem fez-se dentro do Programa Calha Norte, voltado para a manutenção da soberania nacional e da integridade territorial da Região Amazônica e para a promoção do desenvolvimento regional. As observações a seguir são de minha inteira responsabilidade e não envolvem nenhuma das autoridades militares que fizeram parte dessa missão.

O objetivo da missão era visitar os Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs), postos avançados do Exército nas fronteiras da Amazônia, brigadas do Exército, o VII Comar (Manaus) e o Distrito Naval de Manaus, abrangendo, portanto, as três Forças. Os locais visitados foram Manaus, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Maturacá, Sucurucu e Boa Vista.

A visão aérea da região, sobretudo na viagem à fronteira norte em direção à Venezuela e à Guiana, é de completo despovoamento, com floresta amazônica cerrada. Os Pelotões Especiais de Fronteira, no caso das visitas a Sucurucu e a Maturacá, situam-se, podemos dizer, “in the middle of nowhere”. Se não fossem eles, teríamos uma região totalmente desprotegida, que apenas poderíamos dizer que se trata de terra brasileira. A soberania não é somente uma questão abstrata de demarcação territorial, mas de efetiva presença brasileira. Sem o Exército e as Forças Armadas em geral, as portas estariam abertas para que essa região pudesse tornar-se de outras nações, o que, no vocabulário atual, significa “patrimônio da humanidade”. Não nos deixemos seduzir por esse jogo ideológico das palavras.

A presença militar nessa região de fronteira é constituída por em torno de 26 unidades militares, claramente insuficientes para as reais necessidades do País. Hoje se fala muito, a partir de um decreto assinado pelos ministros da Justiça e da Defesa, de ampliação para mais 28 PEFs, assegurando a soberania nacional nessas terras indígenas. Há, porém, um componente demagógico nessa discussão, pois os pelotões existentes têm muitas carências. Não há, atualmente, recursos para a construção desses novos PEFs. O que houve foi um ato de desviar a atenção do julgamento da Raposa-Serra do Sol, com o intuito de favorecer a demarcação contínua.

O Estado brasileiro nessas regiões é completamente ausente. Ou melhor, a sua presença se faz unicamente graças às Forças Armadas. Toda a região de fronteira amazônica se caracteriza pelos mais diferentes tipos de ilícitos, do tráfico de drogas ao desmatamento, passando por contrabando de armas e garimpo. Trata-se, literalmente, da lei da selva. As fronteiras são extremamente permeáveis, pois, por exemplo, a distância entre um pelotão e outro varia de 150 a 300 quilômetros.

O Cimi e a Funai têm propagado a idéia de que o Exército não é necessário, pois os índios defendem a fronteira. Nada de mais falso. Os índios não têm nenhum sentido inato de pátria. Os ianomâmis, por exemplo, vivem em pequenas aldeias, com pouco contato com os civilizados, brancos e caboclos, alimentando-se basicamente de farinha e de pouca caça.

Circulam entre fronteiras e são tutelados pela Funai e por missões religiosas que lhes inculcam ainda mais o sentido do isolamento, da separação e, mais recentemente, a idéia de nação, distinta da brasileira. Quem defende a fronteira é o Exército.

O que, sim, existe são brasileiros índios. São índios que se tornaram brasileiros, o que significa, nas regiões visitadas, que se tornaram brasileiros graças à sua incorporação ao Exército. Nem teriam, não fosse isso, o domínio de nossa língua. Não faz o menor sentido falar de defesa do território nacional, de nossa soberania, sem as Forças Armadas. Quem o faz, na verdade, está fazendo um jogo contra o próprio País. No dizer de um membro da comitiva, são “brasileiros índios”, e não “índios brasileiros”. Os índios incorporaram-se voluntariamente ao Exército, que se torna um meio de sua integração ao Brasil. Ganham, em suas próprias tribos, prestígio e melhoram a sua condição de vida. Guardam também as suas tradições, voltando às suas aldeias, no interior desse processo de aculturação que os faz brasileiros. É isso que suscita a reação da Funai e do Cimi, que têm como objetivo segregá-los e isolá-los, dentro de um outro projeto político.

Em São Gabriel da Cachoeira há um batalhão completamente indígena, de diferentes etnias. Em Maturacá, o pelotão é constituído por indígenas de 22 etnias. Todos uniformizados e bem treinados para a guerra na selva. Segundo os comandantes militares, trata-se dos melhores “guerreiros da selva”. Presenciei uma cerimônia militar altamente impactante. É difícil não ser sensível a ela. O local foi, em São Gabriel da Cachoeira, uma colina que dá para o Rio Negro. Lá, a tropa estava perfilada, para uma formatura, com a presença do comandante militar da Amazônia, o general Heleno. Fazia parte do ritual cantar o Hino Nacional. Naquele ermo do mundo, os soldados indígenas cantavam o hino a plenos pulmões, numa adesão pouca vezes vista. É como se sua alma falasse através desse canto, dessas palavras, numa irmandade que conferia a todos os presentes uma mesma união, uma união nacional.

Os brasileiros indígenas são índios aculturados, que se sentem brasileiros. Terminam se identificando com os caboclos, que são o resultado da miscigenação de brancos com índios. O caboclo é o nativo da região e termina servindo, para o indígena, como modelo de integração ao mundo não-indígena. É um equívoco conceitual opor índios aos brancos, dentro de uma região que já é o produto de um processo de aculturação e, sobretudo, de miscigenação racial, com casais constituídos de diferentes raças e etnias. O caboclo é fruto de todo o processo histórico brasileiro. Os que se opõem à aculturação e propugnam pelo isolamento visam, na verdade, a se opor a todo o processo histórico que resultou na Nação brasileira. ***Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia - na UFRGS. E-mail: denisrosenfield@terra.com.br**

País consegue contornar pressões para controlar emissão de gases-estufa – Estado de São Paulo – Nacional – 23/12/2008

O Brasil conseguiu contornar, na II Cúpula União Européia-Brasil, pressões européias para que se comprometesse com o estabelecimento de limites para a emissão de gases-estufa - um tabu para a diplomacia brasileira, alinhada à posição de que os países industrializados, maiores emissores, devem se responsabilizar pelos cortes.

Nas declarações após reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, e o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, os três usaram expressões que indicaram tentativa de convergência de posições. Segundo noticiou o Estado, a França pretendia pressionar o Brasil por limites nas emissões.

Lula ressaltou o recentemente lançado Plano Nacional Sobre Mudanças Climáticas, que, até 2017, pretende reduzir em 71% o desmatamento em relação aos valores observados de 1996 a 2005, e em 80% até 2020. “Isso representa menos 4,8 bilhões de toneladas de CO2 emitidos”, disse o presidente brasileiro. Lula afirmou que o compromisso não é só do governo, mas das entidades da sociedade civil que tratam da questão ambiental, e referiu-se em tom ameno à soberania brasileira sobre a região amazônica. “É um compromisso do País, para o País e para o mundo. Porque dizemos todo dia que a Amazônia é brasileira, mas que queremos partilhar os benefícios da Amazônia, sobretudo no que diz respeito à sua riqueza de biodiversidade, com o mundo científico”, declarou.

Durão Barroso elogiou o plano brasileiro - que não se compromete com limites de emissões, mas de desmatamento -, mas lembrou as responsabilidades do Brasil no problema. Ele elogiou o programa brasileiro do etanol e disse que a soberania brasileira sobre a Amazônia implica responsabilidades. “A Amazônia é brasileira. Sabemos disso. Ao mesmo tempo, há, sem dúvida, um problema que é global. Tudo o que o Brasil puder fazer para ajudar a resolver este problema global será reconhecido como muito importante pela comunidade internacional”, disse Durão Barroso.

Sarkozy, em seu breve pronunciamento, também elogiou o plano brasileiro. “É uma enorme novidade”, afirmou, referindo-se ao programa anunciado por Lula.

Países criam instituto para explorar Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 24/12/2008

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nicolas Sarkozy assinaram no Rio de Janeiro um ambicioso acordo para a exploração conjunta da Amazônia. O plano, que acabou ofuscado pela parceria militar e os olhos azuis da primeira-dama francesa, Carla Bruni, prevê atividades de pesquisa e exploração dos recursos genéticos do bioma amazônico, acesso aos conhecimentos tradicionais e o desenvolvimento de produtos "de

interesse ambiental, econômico e social", com a "repartição justa e equitativa dos benefícios" gerados.

Um protocolo adicional prevê a criação de um Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, focado na pesquisa científica e tecnológica. O órgão será constituído de núcleos a serem instalados na região fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Pelo acordo, as atividades de exploração dos recursos dependerão da anuência de cada governo. Segundo a **Folha** apurou, será criado grupo de trabalho com a missão de fazer um levantamento, por sensoriamento remoto, da situação atual dos recursos naturais, tanto do lado francês como do brasileiro. Regularização fundiária, zoneamento ecológico e econômico também estão no alvo do estudo conjunto. "A concepção é que só se protege bem o que se conhece bem", disse o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. A parceria também prevê a promoção do manejo sustentável, com a criação de uma cadeia produtiva e análise de novos mercados para colocação dos subprodutos da madeira.

Em discurso, Sarkozy disse que "a única chance de a Guiana Francesa se desenvolver é se ligando ao Brasil, senão fica em um beco sem saída".

Legislação - Para o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara, deputado André de Paula (DEM-PE), a parceria é "positiva".

"Não conheço os termos, mas vejo com bons olhos. Trata-se de uma questão central, e a parceria nos ajuda a dispor de tecnologias. Não adianta falar de preservação, sem gerar alternativas de sustentabilidade", disse. Já o deputado Mendes Thame (PSDB-SP), membro da comissão, classificou o acordo de "pirotecnia". "Falta uma lei que defina parâmetros para a partição justa dos benefícios. Não há um marco legal", afirmou. Thame acha que há risco de o Brasil perder para a França direitos sobre recursos do bioma amazônico. "A França vem, investe um pouquinho, e fica detentora dos direitos", disse. **(CLAUDIO DANTAS SEQUEIRA e RAPHAEL GOMIDE)**

Nova reserva "fecha" fronteira do Brasil na região amazônica – Cláudio Dantas Siqueira – Folha de São Paulo – Brasil – 27/12/2008

Paralelamente ao debate sobre Raposa/Serra do Sol, a Funai (Fundação Nacional do Índio) acaba de concluir relatório circunstanciado de demarcação de uma nova área com alto potencial de conflito: a terra indígena Cué-Cué/Marabitanas, localizada na tríplice fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela.

Com a demarcação da reserva, os limites nacionais da região Norte estarão praticamente encerrados em terras indígenas, restando apenas o trecho entre as reservas Alto Rio Negro e Evaré I, no Amazonas, e a área entre as reservas Yanomami e Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Mapa da Diretoria de Assuntos Funcionários da Funai,

obtido pela **Folha**, mostra que a nova reserva ocupará uma área de 808.597 hectares, cerca de 8.085,97 km² -superior à da região metropolitana de São Paulo (a Grande SP).

A Cué-Cué, reivindicada há oito anos por organizações indigenistas, se estende por uma faixa de 522 km ao longo da margem esquerda do rio Negro (AM), entre as cidades de Cucuí e São Gabriel da Cachoeira. Une assim as terras indígenas Alto Rio Negro (oeste), Yanomami (leste) e Balaio (sudeste), além de outras três no Amazonas. Segundo projeções de analistas, são cerca de 23 milhões de hectares numa faixa contínua superior a 2.500 km.

Ex-presidente da Funai, o antropólogo Mércio Gomes é contra a fusão das terras: "Vai ficar uma área contínua muito grande, que barra toda fronteira e abre uma celeuma muito difícil. É uma temeridade". Mércio explica que, quando dirigiu o órgão (2003-2007), sugeriu que a área se restringisse ao perímetro da margem esquerda do Rio Negro. Ele critica que o grupo de delimitação tenha sido integrado por organizações indigenistas.

Setores militares mais radicais vêem uma ameaça à soberania nacional. "Acho suspeito esse fechamento da fronteira. Temos que tomar cuidado com a balcanização da Amazônia e a presença de ONGs interessadas em explorar as riquezas da terra", afirma o presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Barbosa de Figueiredo. O militar defende a integração do índio à sociedade e critica a Funai de ser "pouco transparente". Na última sessão de julgamento no STF sobre a demarcação contínua de Raposa/Serra do Sol, o ministro Carlos Alberto Menezes Direito deu garantias de acesso das Forças Armadas às reservas. Seu voto foi acolhido por outros seis ministros.

População - Segundo o relatório da Funai, na área de Cue-Cué/Marabitanas vivem 1.702 índios, a maioria das etnias baré e baniwa. Também há em menor proporção membros das etnias tucano e piratapuia, além de um subgrupo baré-uerequena. As famílias vivem basicamente do extrativismo, embora o subsolo da região seja rico em minerais estratégicos. A **Folha** apurou que haveria também pouco mais de 1.000 não-índios, moradores e comerciantes, que deverão ser retirados após a homologação da reserva.

O próximo passo será a aprovação do relatório, com o que se abrirá um período de 90 dias para contestações. Coordenador-geral de Identificação e Demarcação, Paulo Santilli admite que "pode haver algum questionamento e reações localizadas", e que o traçado da reserva em questão não é definitivo. Santilli espera um "debate qualificado" e rejeita alegações de risco à soberania.

"Os últimos casos, inclusive Raposa, reafirmam a legitimidade da presença do Exército e de outras forças. Não há qualquer restrição à presença militar e as próprias guarnições são compostas por índios, que auxiliam na garantia da presença e da mobilidade dos militares na área", diz o antropólogo.

Para Santilli, as relações entre militares e indígenas no Amazonas são diferentes das de Roraima, onde o debate é permeado pela "elite política interessada na exploração econômica das reservas". Para a demarcação, foi feito estudo antropológico, identificação da ocupação tradicional e levantamento fundiário. Após aprovação, o relatório será submetido à homologação presidencial.

Preocupados, militares buscam aproximação com o "Evo" do Amazonas – Folha de São Paulo – Brasil – 27/12/2008

O Exército está atento a mudanças históricas em curso no cenário político de São Gabriel da Cachoeira (AM). Com a maior população indígena do país -cerca de 85%- e localização estratégica na fronteira com Colômbia e Venezuela, o município terá como prefeito, a partir de 1º de janeiro, o índio tariano Pedro Garcia (PT), 47. O fato inédito na história da cidade já enseja paralelos com o presidente boliviano, Evo Morales.

Guardadas as proporções, há algumas semelhanças. Garcia, como Morales, começou a carreira política no movimento étnico. Em São Gabriel, como na Bolívia, o governo estava nas mãos da elite branca, e os índios marginalizados. A insatisfação promoveu a mudança.

Garcia está ciente das comparações, e "trabalha com cuidado". "A discriminação é visível, mas prometo governar para todos, índios, brancos e negros", disse à **Folha**. Garcia diz que na cidade o poder econômico "domina" e "a democracia não é levada a sério", mas que sua eleição é fruto "da maturidade do povo".

Na caserna, o sentimento é de curiosidade e preocupação -em 2006, Morales ocupou a refinaria da Petrobras em território boliviano. A estratégia com Garcia é de aproximação. O indígena foi convidado a participar de um almoço tradicional entre militares da ativa e da reserva. "Eu o tratei como prefeito eleito com toda a consideração", disse o comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno. "É importante que ele tenha humildade para aprender", afirmou. (CDS)

Lei de proteção prejudica bioma em SC – Desirée Antônio – Folha de São Paulo – Ciência – 27/12/2008

A paisagem do planalto catarinense e do Vale do Itajaí está mudando. As regiões, que há cerca de dez anos eram repletas de bracatingas, árvore típica dos Estados do sul do país, estão sendo tomadas por plantações de espécies como o pínus e o eucalipto, que podem causar contaminação biológica.

Usada tradicionalmente como fonte de lenha na agricultura familiar -especialmente entre grupos de baixa renda- devido a sua abundância e alta capacidade de regeneração, a bracatinga (*Mimosa scabrella*) está sendo gradativamente substituída por espécies estranhas ao ecossistema do Estado.

Segundo Lúcia Sevegnani, professora de engenharia ambiental da Universidade Regional de Blumenau, só no planalto catarinense cerca de metade das áreas em que a árvore ocorre -a floresta de araucária ou ombrófila mista, subtipos de mata atlântica- foi tomada por espécies exóticas. Ela e outros pesquisadores afirmam que a legislação sobre o uso da bracatinga tem sido responsável por intensificar a diminuição de suas áreas de

ocorrência. Ela explica que a lei inviabiliza o uso da espécie por parte de agricultores familiares, uma vez que limita a exploração a apenas 40% das árvores presentes na área e impõe uma série de custos e burocracias.

A norma à que a professora se refere é a resolução nº 310 do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), de julho de 2002 (leia texto à dir.).

Letra morta - Pínus e eucalipto vêm ocupando cada vez mais terreno porque são sujeitos a uma regulamentação mais branda e têm custo menor. Para plantar e explorar essas espécies exóticas numa área de até 50 hectares (cerca de 1/3 do parque Ibirapuera), o agricultor só precisa fazer o cadastro ambiental, que custa R\$ 55, na Fatma (Fundação do Meio Ambiente), de Santa Catarina. Se quiser explorar bracatinga, terá de gastar cerca de R\$ 1.100 pelos papéis para pedir a licença. Além disso, a autorização demora cerca de um mês para sair, contra apenas cinco dias no caso de espécies exóticas.

Arno Arendt, 47, morador de Petrolândia (SC), optou por deixar de cultivar a bracatinga como fonte de lenha há três anos. Produtor de fumo há duas décadas, ele diz ter sido orientado pela empresa fumageira com a qual tem contrato a usar lenha de eucalipto na secagem das folhas de fumo. Hoje, ele mantém apenas 1 hectare dos 5 de bracatinga que possuía.

O técnico agrícola que atende Arendt, Orli Goebel, disse que aconselhou o produtor a não usar a bracatinga por acreditar que ela é uma "mata ilegal", que não pode ser usada. Além dos pequenos produtores, o ecossistema local também é prejudicado pelo avanço do pínus e do eucalipto. Espécies invasoras são a segunda maior causa de perda de biodiversidade, segundo levantamento do MMA (Ministério do Meio Ambiente), de 2002. De acordo com Fernando Bechara, professor do curso de engenharia florestal da Universidade Tecnológica do Paraná, essas duas árvores -sobretudo o pínus- dispersam suas sementes com facilidade e reduzem o espaço ocupado por espécies nativas. "Ecologicamente, uma plantação nativa sempre será muito mais interessante do que uma plantação de exóticas, porque as nativas possuem relações fortes com a fauna, e as exóticas, não."

Norma é economicamente inviável, afirma professor – Desireê Antônio – Folha de São Paulo – Ciência – 27/12/2008

Para o analista do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e professor de legislação ambiental da Universidade do Contestado, Walter Steenbock, o Brasil tem um problema de discurso. Segundo ele, o país divulga que tem uma das melhores legislações ambientais do mundo e prioriza a agricultura familiar e os pequenos produtores, mas isso não acontece na prática.

Steenbock diz que o decreto n.º 310/2002, do Conama, é economicamente inviável porque se forem retirados apenas 40% das árvores de um bracatingal, não se compensam os custos de manutenção da formação, e o agricultor não consegue usar a lenha da árvore.

O professor estima que um agricultor deve gastar cerca de R\$ 2.500 para manter um hectare de bracatinga por ano. Fazendo as contas, não é economicamente viável fazer esse investimento para depois aproveitar só uma parcela limitada da mata, quando se pode retirar pínus ou eucalipto sem esse tipo de restrição.

Steenbock explica que, além das taxas da Fatma, o agricultor deve pagar a declaração da reserva legal -área que não pode sofrer intervenções e que corresponde a 20% de cada propriedade- se a terra demarcada for superior a 50 hectares. E ainda é preciso fazer o georreferenciamento do local acompanhado do inventário dos animais e plantas. Se for feito por um engenheiro agrônomo ou florestal e por um biólogo, só o levantamento das espécies custa de R\$ 4.000 a R\$ 5.000, de acordo com Steenbock.

Segundo o engenheiro florestal Guilherme Floriani, todo o trabalho de regularização pode chegar ao valor de R\$ 12.500.

Regeneração - A norma federal trata da exploração da bracatinga em florestas nativas de Santa Catarina em estágio médio e avançado de regeneração -ou seja, formações vegetais que haviam sido degradadas anteriormente e, após o replantio, passaram a ter características parecidas com as da vegetação original. Além da resolução, há uma instrução normativa estadual - a IN nº 49 da Fatma- que especifica a documentação para pedido de uso da bracatinga. A medida federal, dentre outros pontos, limita a exploração a 40% das árvores do local e diz que o agricultor deve apresentar à Fatma um plano de manejo florestal sustentável no qual estejam listadas as ações desenvolvidas no local, bem como os impactos que podem ser produzidos pela atividade. **DESIREÊ ANTÔNIO participou do 46º programa de treinamento da **Folha**, que foi patrocinado pela Odebrecht e pela Philip Morris Brasil*

Falha não é da legislação, diz fundação – Desireê Antônio – Folha de São Paulo –
Ciência – 27/12/2008

O gerente de licenciamento da Fatma, Jairo Claudino, diz que o problema com a bracatinga ocorre por razões econômicas e por falta de fiscais, não por causa da lei ambiental. Segundo ele, porém, a norma que rege o uso da espécie no Estado deverá ser revista agora que a Lei da Mata Atlântica está regulamentada.

O MMA, diz, fará uma lista das espécies consideradas pioneiras -as primeiras a nascerem numa área degradada e a iniciar sua regeneração. Claudino diz que depende disso para definir as novas condições de corte da bracatinga. Em entrevista no início do mês, o diretor de Áreas Protegidas do MMA, João de Deus Medeiros, disse que a lista deveria sair logo. Segundo ele, a resolução de 2002 pretende viabilizar o uso da bracatinga pelos pequenos produtores e não apenas conservar a espécie, que não estaria sofrendo nenhum tipo de "ameaça objetiva e direta identificada". (DA)

As metas do plano sobre mudança do clima – Luiz Pinguelli Rosa _ Folha de São Paulo
– Opinião – 29/12/2008

NA 14ª Conferência da Convenção sobre o Clima realizada em Poznan, Polônia, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e o ex-vice-presidente norte-americano Al Gore, em discurso muito aplaudido, elogiaram a posição do Brasil. A repercussão do plano nacional lançado pelo presidente Lula e pelo ministro Carlos Minc em 1º/12, na reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), foi positiva.

Erik Solheim, ministro do Meio Ambiente da Noruega, país que fez a primeira contribuição para o Fundo Amazônia, e o economista inglês Nicholas Stern participaram em Poznan da apresentação do plano brasileiro, feita pela secretária de Mudança Climática do Ministério do Meio Ambiente. Embora inicialmente criticado por ambientalistas, o plano surpreendeu positivamente por ter metas, o que causou muita polêmica.

Em março de 2007, participei de reunião com Marina Silva, então ministra do Meio Ambiente, e o presidente Lula, que concordou com a elaboração de um plano. O FBMC, assim, solicitou sugestões aos seus membros, realizou reuniões para discuti-las e, em maio, apresentou ao presidente e à ministra uma primeira proposta, destacando a necessidade de metas quantificáveis para a redução do desmatamento, do qual se origina a maior parte de nossas emissões de gases do efeito estufa.

No mesmo ano, após criar a Secretaria de Mudança Climática, Lula anunciou, na Assembléia Geral da ONU, em setembro, que o Brasil elaboraria um plano. Em reunião do FBMC em novembro de 2007, o presidente instituiu um comitê interministerial, sob coordenação da Casa Civil. Preparado pela Secretaria de Mudança Climática, a cargo de Suzana Ribeiro, o plano foi submetido à comissão interministerial e discutido com a sociedade ao longo de 2008.

O FBMC organizou diálogos com vários setores: a Confederação Nacional da Indústria, a Associação Brasileira de Consumidores Industriais de Energia, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, o Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, o setor de silvicultura e o movimento municipalista. Nessas reuniões, alguns setores empresariais manifestaram preocupação com metas.

Em Poznan, o ministro do Meio Ambiente enfatizou que o Brasil tem, agora, metas para reduzir emissões. Mas isso não significa, como interpretaram alguns, que assumirá as obrigações internacionais dos países ricos, incluídos no Anexo I da Convenção do Clima. Pelo Protocolo de Kyoto -que, como o ministro ressaltou, não está sendo cumprido-, esses países devem reduzir, até 2012, suas emissões a um valor menor que em 1990.

Países como China, Índia e Brasil deverão ter ações voluntárias para redução de emissões quantificáveis e verificáveis, segundo o "Road Map", a cargo de uma comissão criada na Conferência do Clima, realizada em Bali, em dezembro de 2007. Seu relatório, apresentado em Poznan, trata do que fazer depois de 2012, quando expira o prazo do Protocolo de Kyoto.

A conferência foi presidida pelo diplomata Luiz Alberto Figueiredo, prestigiando os negociadores do Itamaraty e dos ministérios de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente. As metas do plano brasileiro são internas e há uma questão semântica. O Protocolo de Kyoto usa, para os países do Anexo I, a palavra "target" (alvo), ou seja, um ponto a ser atingido.

No "Aurélio", "meta" tem sentido mais amplo, embora se use como "alvo" em sentido figurado. A lógica da linguagem natural não é precisa. As metas do plano são compatíveis com as reduções do "Road Map", não com os "targets" dos países do Anexo I.

O plano do Brasil objetiva reduzir emissões em certas atividades, como desmatamento, reduzir o crescimento delas em outras e ter um desenvolvimento sustentável. A maioria da população consome pouca energia, mas as classes de maior renda seguem padrões dos países ricos. Apesar do plano brasileiro e da expectativa de uma melhor posição dos EUA com Obama, as resoluções de Poznan foram pífiás, deixando para a próxima conferência (Copenhague, em 2009) as decisões cruciais para evitar catástrofes climáticas.

O preço do petróleo em queda e a crise do capitalismo mundial dificultam investimentos em novas fontes de energia. Mas a intervenção do Estado na crise financeira é uma oportunidade de mudar padrões de produção e de consumo. Um ponto negativo, porém, é a recente anistia por um ano concedida aos responsáveis pelo desmatamento, que pressionaram o governo em nome da crise.

***LUIZ PINGUELLI ROSA** , 66, físico, é diretor da Coppe-UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Foi presidente da Eletrobrás (2003-2004).

Estudo revela efeitos em cascata do aquecimento - Alexandre Gonçalves – Estado de São Paulo – Vida & - 30/12/2008

Pesquisadores da Universidade de Bremen, na Alemanha, liderados por um jovem brasileiro, desvendaram as causas do aquecimento mais drástico de uma região do globo nos últimos 80 mil anos.

Há 14,7 mil anos, as águas do Atlântico Norte aqueceram 9°C em duas décadas. Para que se tenha uma idéia, desde o início da Revolução Industrial, no século 18, a ação humana aumentou a temperatura da Terra em 0,7°C, com impactos ambientais significativos.

A descoberta é parte da tese de doutorado de Cristiano Chiessi, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e foi publicada na edição deste mês da revista

científica Geology. Chiessi voltou ao Brasil há dois meses, depois de concluir suas pesquisas no Centro de Ciências Ambientais Marinhas da Universidade de Bremen.

Os cientistas já estudam há muito tempo o evento de Bölling, como é conhecido o fenômeno descrito por Chiessi. O pesquisador brasileiro procurou no litoral gaúcho as causas do aquecimento nos mares do norte.

Carapaças de microrganismos depositadas no fundo do mar ofereceram as informações necessárias para descrever as variações de salinidade e temperatura nos últimos 20 mil anos. As duas variáveis exercem influência direta nas correntes marítimas.

Com pistas tão tênues, os cientistas identificaram um pequeno aquecimento na costa sul-africana, que abriu uma “avenida” para uma corrente vinda do Oceano Índico. Ela percorreu a costa da América do Sul e alterou radicalmente a dinâmica da temperatura e da salinidade no Norte (mais informações nesta página).

MECANISMO CONTROLADOR - O pesquisador Pedro Leite da Silva Dias, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAG-USP), aponta que os resultados obtidos “comprovam a importância da circulação oceânica no Atlântico como mecanismo controlador do clima terrestre”.

Dias recorda que há 11 mil anos ocorreu um evento semelhante de mudança climática abrupta no Atlântico Norte, conhecido como Dryas Recente. “O artigo publicado ajuda a compreender o que está em jogo quando falamos de mudanças climáticas”, afirma Chiessi. “Mostra como uma pequena variação na temperatura de uma região pode gerar um efeito praticamente imprevisível do outro lado do planeta.”

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

